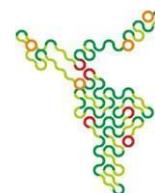




SUMÁRIO

O CONCEITO DE BEM COMUM: UMA APROXIMAÇÃO DO PENSAMENTO DE TOMÁS DE AQUINO COM O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002.....	3
Vilmar Vandresen; William Casagrande Candiottto; Giovani Alberton Ascari	
POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO INTERNA	13
Eliton Felipe de Souza	
NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM RELEVO PARA O PROGRAMA PACTO PELA VIDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	26
Francisco das Chagas Araújo; Carlos Antônio da Silva; Diógenes José Gusmão Coutinho	
OS FATORES DETERMINANTES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX-XXI	42
Tiago Dalla Corte	
EDUCAÇÃO PARA O INDUSTRIALISMO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTISMO	55
Adnilson José da Silva	
AS CONTRIBUIÇÕES DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO INCLUSIVO EM ESCOLA REGULAR DO MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM- PE. PONTOS E CONTRAPONTO.	63
Ronalda Adriana dos Santos da Silva; Diógenes José Gusmão Coutinho	
SINDICALISTAS E MILITANTES: LUTA E OPOSIÇÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS	78
Carlos Alberto Lourenço Nunes	
O RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015 PUBLICADO PELO PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) - O TRABALHO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - E AS AÇÕES E REAÇÕES DO GOVERNO, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES BRASILEIROS.....	88
Adilson Aparecido Caetano da Silva; Maria José de Rezende	
VIDEOCOLONOSCOPIA: OS CUIDADOS NA VISÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.	98
Patrícia Gartner Milke; Márcia Welfer	



O CONCEITO DE BEM COMUM: UMA APROXIMAÇÃO DO PENSAMENTO DE TOMÁS DE AQUINO COM O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002

Vilmar Vandresen ¹
William Casagrande Candioto ²
Giovani Alberton Ascari ³

Resumo: O presente texto tem por objetivo identificar os dispositivos contidos no código Civil de 2002 em vigor que indicam, ao menos, intenções do legislador em incluir na norma civil dispositivos que se aproximam do ideário do bem comum preconizado pelo aquinate. Embora cientes de que as disposições normativas vigentes não constituem garantias de sua efetividade, entendemos importante fazer tal inventário, com a intenção de incentivar uma reflexão e a busca constante pela consecução de tal desiderato. A base da pesquisa está fundamentada no pensamento de São Tomás de Aquino, sem olvidar referências a outros pensadores, bem como outras normas que trazem, explícita ou implicitamente, o conceito de bem comum. Com este estudo, buscou-se mostrar que o sistema normativo brasileiro é bastante rico em dispositivos que apontam para o bem comum. Entretanto, embora não expressamente, o bem comum é ainda apenas um ideário que, para sua consecução, requer muita reflexão, mas principalmente tomada de consciência quanto aos direitos humanos, o que implica vontade política e ética na aplicação e interpretação das normas vigentes.

Palavras-chave: Bem. Aquinate. Código.

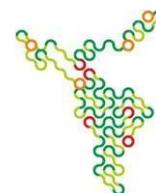
THE CONCEPT OF COMMON GOOD: AN APPROXIMATION OF THE THOUGHT OF TOMÁS DE AQUINO WITH THE CIVIL CODE OF 2002

Abstract: The purpose of this text is to identify the devices contained in the current Civil Code of 2002 which indicate at least the intention of the legislator to include in the civil standard devices that approximate the idea of the common good advocated by aquinate. Although aware that the current normative provisions are not guarantees of their effectiveness, it is considered important to make such inventory, with the intention of encouraging reflection and the constant search for the achievement of such desideratum. The basis of the research is based on the thought of St. Thomas Aquino, without forgetting references to other thinkers, as well as other norms that bring, explicitly or implicitly, the concept of the common good. With this study, we tried to show that the Brazilian normative system is quite rich in devices that point to the common good. However, although not expressly, it is still only an ideology that, in order to achieve it, requires much reflection, but mainly awareness of human rights, which implies political and ethical will in the application and interpretation of existing norms.

¹ Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Brasil.

² Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Brasil.

³ Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Brasil.



Key-words: Common good. Aquinate. Code.

Palavras iniciais

O presente estudo tem como objeto de reflexão o conceito de bem comum proposto pelo pensamento de São Tomás de Aquino e outros pensadores da filosofia, bem como apresenta proposições para explicar relações do referido conceito com o Código Civil brasileiro de 2002 e outras normas em vigor.

São identificados dispositivos da referida norma e de outros diplomas normativos para fins de iniciar a reflexão e esclarecer um aspecto destacado do pensamento de Tomás de Aquino sobre o tema, a saber, o aspecto da importância da lei, que interessa diretamente ao presente trabalho.

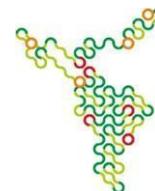
O objetivo é demonstrar aspectos do Código Civil brasileiro de 2002 que se aproximam do conceito de bem comum, procurando incentivar a busca de oportunidades e possibilidades de conhecimento para ações cidadãs efetivas e, também, contribuir para uma compreensão mais sistêmica das relações entre o pensamento filosófico e o jurídico.

A importância da Norma

A necessidade da vida humana em sociedade é uma realidade amplamente discutida ao longo da história do pensamento por meio de reflexões filosóficas, sociológicas, políticas, jurídicas e demais campos do saber.

Entretanto, a vida social sem qualquer tipo de normas reguladoras ou mesmo orientadoras tornaria inviável, pois como já ensinava Thomas Hobbes, o homem é o lobo do próprio homem e, assim, sendo correta a assertiva hobesiana, a necessidade de regulamentos e normas é imperativo indispensável, como forma de ordenar a vida em sociedade.

Cada ser humano tem sua singularidade e, por sua vez, sua natureza o inclina para uma existência com o outro da sua espécie. Aqui talvez resida um dos aspectos mais importantes da lei que, por sua dimensão objetiva, contribui para a superação do individualismo que impede a convivência humana em padrões mínimos de humanidade esperados de seres dotados de



racionalidade e consciência. Não se pode conceber o indivíduo como um ser absoluto sem considerar manifestações dos outros e para com os outros.

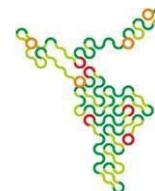
Sobre a importância da lei, Tomás de Aquino ensina que uma pessoa, considerada em sua singularidade, não pode colocar-se como senhor do outro. Assim, em situações de conflitos de interesses, cada pessoa pode no máximo advertir o outro, pois a vontade individual não goza de força coativa legítima, pois como expresso no artigo 5º, II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (adiante denominada simplesmente Constituição Federal de 1988), “*Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, senão em virtude de lei*”. Talvez a expressão “**Lei**” devesse ser substituída por “**Norma**”, uma vez que nem todas as normas são leis. A expressão “**Lei**” não abarca, por exemplo, os decretos, os estatutos, os regimentos, os tratados internacionais incorporados, entre outras normas vigentes nas mais diversas instituições.

Em contrapartida, a sociedade reconhece o Estado como legitimado para produzir e aplicar a lei, mas segundo princípios normativos legítimos, em estrita observância ao devido Processo Legal, do Contraditório e Ampla Defesa, consagrados na referida Constituição, no artigo 5º, LIV, onde diz que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” e no inciso LV, onde diz que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Sobre a finalidade da lei:

O fim da lei é o bem comum. A lei deve ser escrita não em vista de um interesse privado, mas a favor da utilidade comum dos cidadãos. Portanto é necessário que as leis humanas sejam proporcionadas ao bem comum (AQUINO, 2005, p. 594).

Há outro aspecto que se pode extrair do pensamento de Tomás de Aquino, qual seja, sua consideração de que a lei funciona também com função educativa e pedagógica, pois serve como referencial básico de conduta para as pessoas, em relação a diversos aspectos atitudinais e de conduta, até porque, segundo preceito contido na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942, adiante denominada simplesmente LINDB em seu artigo 3º, “ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece”. Sendo assim, como preceito imposto a todos, a lei funciona como o mínimo a ser observado pelo homem médio (considerando o entendimento mínimo da convivência social), ficando a cargo de outros preceitos, como os da ética, por exemplo, para orientar a conduta humana, em relação a temas ainda mais elementares ou mesmo mais complexos.



Mas, Aquino (2005) também lembra que há leis que por serem injustas e irem contra o bem comum não merecem ser chamadas de leis e não obrigam no foro da consciência. A respeito de tal reflexão do aquinate, podemos lembrar alguns personagens da história como Sócrates, Antígona, Einstein, Martin Luther King, Mahatma Gandhi e Jesus Cristo, que foram desafiadores da lei, sem, no entanto, buscarem condutas contrárias à humanidade. Quiseram eles sim, chamar a atenção para o fato de que mesmo a lei, como princípio elementar, pode ser injusta, dependendo de quem a elabora, o modo e a finalidade para a qual é aplicada. E, nesse sentido faz necessário mencionar outro preceito contido na LINDB em seu artigo 5º, qual seja, “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”, que se coaduna como mola propulsora do objetivo desse trabalho, para destacar o relacionamento do conceito de “Bem Comum”, de Tomás de Aquino com o Código Civil Brasileiro.

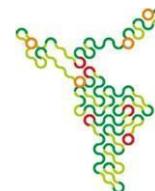
Aspectos indicativos do Conceito de Bem Comum na Constituição de 1988

Uma primeira aproximação com o ideário do “Bem Comum” pode ser identificada já no artigo 1º, III, onde a Constituição destaca como Fundamento do Estado Brasileiro “a dignidade da pessoa humana”. Pelo menos enquanto ideário, tal disposição indica a necessidade de respeito pelo ser humano, independentemente de sua condição social, econômica, ou sob qualquer outro aspecto. Denota que a dignidade humana é princípio e fim, não só do sistema jurídico, mas também do próprio Estado e da sociedade.

A esse respeito, destaca-se ensinamento do Papa João Paulo II, citado por Nery Junior (2009, p. 151), ao afirmar que:

Esse reconhecimento principiológico se alicerça em valor fundamental para o exercício de qualquer elaboração jurídica; está no cerne daquilo que a Ciência do Direito experimentou de mais especial; está naquilo que o conhecimento jus-filosófico buscou com mais entusiasmo e vitalidade; é a mais importante consideração jus-filosófica do conhecimento científico do Direito; é a razão de ser da proteção fundamental do valor da pessoa e, por conseguinte, da humanidade do ser e da responsabilidade que cada homem tem pelo outro.

De acordo com Miranda (1993, p.166), a Constituição da República Federativa do Brasil com um dos seus princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana, a qual revela o mais primário de todos os direitos, na garantia e proteção da própria pessoa como um último recurso, quando a garantia de todos os outros direitos fundamentais se revela excepcionalmente ineficaz, proclamando a pessoa como fim e fundamento do direito.



E a isso acrescentamos que se tal assertiva se configura verdadeira, certo também está que os ditames constitucionais se aplicam a todos, indistintamente, e isso se entrelaça com a busca do bem comum.

No mesmo sentido, ensina Ascensão (1997. P. 64) que, em face do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, pode-se dizer que a pessoa é o bem supremo da ordem jurídica, o seu fundamento e seu fim. Sendo possível concluir que o Estado existe em função das pessoas e não o contrário, a pessoa é o sujeito do direito e nunca o seu objeto.

A Constituição Federal, no artigo 3º, ao destacar os objetivos fundamentais do Estado brasileiro permite que se leia no inciso I, “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Trata-se de um objetivo comum que deve ser pensado e dirigido para o bem comum e os próprios conceitos de justiça, liberdade e solidariedade, e por estarem insculpidos na carta constitucional devem ser referência a todos os cidadãos e não apenas para determinados extratos sociais.

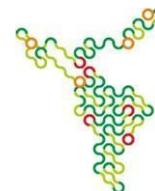
No mesmo dispositivo, no inciso III, a constituição aponta outro objetivo que é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Aqui também se manifesta o Bem Comum como objetivo, pois a erradicação da pobreza e a marginalização implicam, em tese, qualidade de vida e existência digna a todos, sem que grupos ou comunidades fiquem alijados do processo e dos bens sociais. Quanto a reduzir as desigualdades sociais e regionais também se configura indicativo do tema em questão, porém como dito, são objetivos ainda não alcançados, por conta de razões múltiplas.

Para ilustrar tais afirmações, é importante destacar os dados do relatório da Organização das Nações Unidas – ONU sobre a Fome no mundo em 2016, uma vez que afetou 815 milhões de pessoas, o que corresponde a 11% da população global.

Mas, talvez entre os objetivos mais diretamente ligados ao Bem Comum, está o contido no inciso IV do dispositivo constitucional em comento, a saber, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”, que constitui, entre os objetivos do Estado Brasileiro, o que reafirma o ideário do Bem Comum, pois traz em seu conteúdo o princípio da “não discriminação”, que por si só leva à perspectiva de consecução do Bem Comum.

A mesma Carta Constitucional, quando traça os princípios a serem observados pelo Brasil nas suas relações internacionais, destaca no artigo 4º, II, “a prevalência dos direitos humanos” e no inciso IX “a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

Tais dispositivos se entrelaçam com a perspectiva do direito internacional público, como por



exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos incorporada pelo Decreto 3.298/1999 e o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), incorporado pelo Decreto 678 de 6/11/1992. Cumpre destacar que a incorporação destes e outros tratados internacionais foi possível em razão do disposto no artigo 5º, § 2º: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” e no § 3º: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Com base em tais assertivas dos documentos supracitados, recorreremos a Kant (2003 p.68) ao afirmar que:

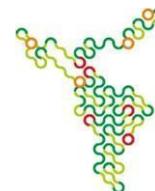
O homem de uma maneira geral, todo o ser racional, existe como um fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações tanto nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como um fim.

Assim, quando a constituição promove a perspectiva de inserção de declarações de direitos humanos, considera o desiderato da consecução do Bem Comum não só no plano interno do Estado brasileiro quanto no contexto internacional.

A incursão pela constituição federal mostra outro dispositivo capaz de indicar traços do conceito de bem comum, como o contido no caput do artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”.

Do dispositivo podem ser extraídos alguns princípios importantes. Um deles é o da igualdade jurídica, que embora se saiba que ainda se revela na sociedade brasileira muito mais sob o aspecto formal do que o material indica a possibilidade de invocação da norma, para a consecução da igualdade que considere o bem de todos.

Outro princípio, não menos importante, é o da discriminação, inclusive entre os brasileiros e os estrangeiros aqui residentes, o que se coaduna com a incorporação dos tratados humanitários anteriormente referidos. Há de se considerar que os demais aspectos, destacados no dispositivo em comento, não só estão ligados à questão da dignidade humana, como também ao ideário do bem comum, uma vez que a expressão “todos”, que inicia o dispositivo, é designativa de referência à população considerada como universalidade de sujeitos do direito podendo-se dizer de outro modo



que o conteúdo se aplica e é dirigido a cada uma das pessoas segundo a vigência e abrangência da norma referida.

A respeito da inviolabilidade do direito à vida colhe-se lição de Capello de Sousa (1995, p. 203) segundo o qual:

A vida humana, qualquer que seja a sua origem, apresenta-se-nos, antes de mais, como um fluxo de projeção colectiva, contínuo, transmissível, comum a toda a espécie humana e presente em cada indivíduo humano, enquanto depositário, continuador e transmitente dessa energia vital global.

Muitos outros aspectos da constituição federal permitem identificar relações com o ideário do Bem Comum, tais como o reconhecimento do direito de propriedade e a exigência de sua função social, a proteção ao consumidor, os princípios da publicidade, eficiência, moralidade e probidade administrativa, a referência ao meio ambiente como direito de todos, a proteção à família, criança, idoso, deficientes, a proteção ao patrimônio artístico, histórico e cultural, entre outros.

A presente seção do texto se propôs constituir uma introdução ao tema e também ilustrar a possibilidade de discussão envolvendo outras normas articuladas ao Bem Comum, como por exemplo o Código Civil Brasileiro de 2002.

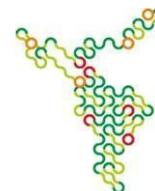
Do Bem Comum no Código Civil Brasileiro de 2002

Além da referência feita à Constituição Federal como Norma Nacional Maior, cumpre destacar melhor o objetivo do presente trabalho que é entrelaçar o conceito de Bem Comum extraído do pensamento de Tomás de Aquino, com o Código Civil brasileiro.

Na essência, o Código Civil é norma de direito privado, embora existam entrelaçamentos com as normas de direito público, em seu artigo 421 estabelece que “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”, indica principiológicamente que o interesse privado não pode se sobrepor ao interesse público, ou seja, de todos sem distinção.

No mesmo sentido, o artigo 422 dispõe que “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. Trata-se aqui da exigência de lealdade, retidão de comportamento, ausência de intenção de causar prejuízo a quem quer que seja, certamente se refere ao dever dos contratantes de compor seus interesses no sentido de zelarem, embora nas suas iniciativas privadas, pelo interesse e segurança patrimonial e moral das demais pessoas, em nome do Bem Comum social.

Essa noção de conduta ética e direcionada à abstenção devida quanto a causar danos a outros,



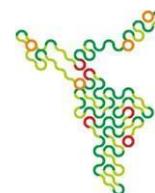
também é expressa em um dos Princípios Gerais do Direito segundo o qual “ninguém é autorizado a causar dano a outrem”. Na mesma linha de raciocínio, o Código Civil em comento consagra, na sua Parte Geral, ao traçar as regras de conduta quanto aos Negócios Jurídicos em seu artigo 150 quando define que: “se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização”. Esse ditame civil consagra o repúdio do direito e da filosofia contra a ‘torpeza bilateral’ e configura no primeiro caso a ideia do bem comum público e, no segundo, o bem comum privado, também entrelaçado com pensamento filosófico de Tomás de Aquino.

No mesmo diapasão, o Código Civil confirma a perspectiva do Bem Comum quando estatui no artigo 927 que “aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Bem como afirma, no parágrafo único do mesmo dispositivo, “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Ao destacar a expressão “outrem”, o diploma legal referido não faz qualquer distinção, no sentido de autorizar atos lesivos a qualquer que seja, pessoas físicas ou jurídicas, muito menos à sociedade, o que se coaduna perfeitamente com o bem comum preconizado. O Código Civil contempla ainda muitos outros dispositivos relacionados ao tema em discussão que podem ser objeto de novas investigações.

Considerações Finais

Muito se fala que o problema do Brasil é político e econômico, mas apresenta também evidências de um problema ético, de moralidade, visto que, se os princípios éticos constituídos na atual sociedade fossem exequíveis, conseqüentemente poderíamos vislumbrar melhores condições políticas e econômicas. Está claro que o tema aqui abordado requer um maior aprofundamento não só mediante uma incursão na própria Constituição Federal e no Código Civil, mas também em muitos outros diplomas legais vigentes no Brasil, como também a literatura sobre a temática. Mas, os aspectos aqui abordados podem servir como pequenas bússolas indicativas de um possível caminho na direção do Bem Comum, a partir do sistema jurídico brasileiro. Com este estudo buscou-se mostrar que o sistema normativo brasileiro é bastante rico em dispositivos que apontam para o Bem Comum. Entretanto, como referimos anteriormente, embora não expressamente, o bem comum é ainda apenas um ideário, que para sua consecução, requer muita reflexão, mas principalmente consciência, quanto ao valor do ser humano e vontade política e ética na aplicação e interpretação das normas vigentes.



Referências

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Loyola, 2005. v. IV.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Teoria geral do direito civil**. Coimbra: Editora Coimbra, 1997.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 de jan. de 2019.

BRASIL, Código Civil Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em < Acesso em: 10 de maio. de 2019.

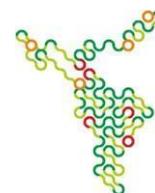
BRASIL, Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm Acesso em: 03 de jan. de 2019.

CAPELLO DE SOUZA, Rabindranath. **O direito geral de personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2003.

MIRANDA, José. **Manual de direito constitucional: direitos fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2009.



POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO INTERNA

Eliton Felipe de Souza¹

Resumo: Este trabalho pretende compreender as relações de dependência que subjugarão as populações latino-americanas não apenas externamente, mas internamente. Particularmente, no contexto histórico cá delimitado, da imposição de uma ditadura militar no Brasil, a pretensão é a de mostrar que entre a exploração imperialista dos Estados Unidos e os golpes militares na América Latina havia políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder brasileiro ambicionando garantir-lhes o papel de potência regional em oposição a outra poderosa nação da América do Sul, a Argentina. Para isso, foram coletadas e analisadas mais de 300 páginas de documentos de diferentes acervos. Procuramos, portanto, destacar a atuação política dos chefes militares brasileiros na relação com países da América Latina, sob os quais o governo do Brasil ganhou relevância e importância nos interesses diplomáticos e políticos que mobilizaram para competir por maior hegemonia regional na disputa com a vizinha Argentina.
Palavras-chave: América Latina; Ditadura Militar; Relações Internacionais; Relações de Poder; Diplomacia.

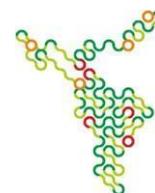
Exploration policies in Latin America - A relationship of internal domination

Abstract: This paper intends to understand the relations of dependence that have subjugated the Latin American populations not only externally, but internally. Particularly in the historical context of the imposition of a military dictatorship in Brazil, the pretension is to show that between the imperialist exploitation of the United States and the military coups in Latin America there were State policies practiced by the occupants of Brazilian power, the role of regional power in opposition to another powerful nation of South America, Argentina. For this, more than 300 pages of documents from different collections were collected and analyzed. Therefore, we seek to highlight the political performance of the Brazilian military leaders in relation to Latin American countries, under which the Brazilian government gained relevance and importance in the diplomatic and political interests that mobilized to compete for greater regional hegemony in the dispute with neighboring Argentina.

Keywords: Latin America; Military Dictatorship; International Relations; Power Relations; Diplomacy.

¹ historiador, mestre em sociologia política, doutorando em história pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/PósGraduação. Código ORCID: orcid.org/0000-0002-4534-0987.

E-mail: elitonfelipe@gmail.com.



Introdução – Uma América Latina ditatorial

Os golpes de Estado ocorridos na América Latina durante o século XX, mantiveram a supremacia do modo de produção capitalista, impedindo o surgimento de governos capitalistas independentes e/ou mudanças no caminho do socialismo e do comunismo. No contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos apoiaram financeira e militarmente, com instrução militar e ideológica, além de ajuda material aos setores políticos e econômicos que se alinhavam aos interesses estratégicos estadunidenses na região. Para isso, Washington fez uso de programas de assistência, assim como de missões de serviços de inteligência, constantemente respaldados diplomaticamente (Padrós, 2009, p. 24).

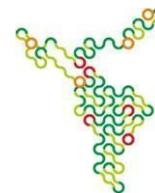
Com o fim da segunda guerra, os Estados Unidos pretendiam expandir o poder pelo globo e era fundamental que a América Latina se tornasse o quintal da Casa Branca, impedindo o avanço de outros países americanos. Já em 1946, por exemplo, antes mesmo das ditaduras começarem a se instalar pelo continente, o governo estadunidense tentou impor a própria vontade sobre a política argentina, mas “apesar das pressões [...] Perón foi eleito com uma votação contundente, obtendo 56% dos votos” (Neto, 2015, p. 477), e o governo estadunidense foi obrigado a recuar.

Apesar disso, para evitar a crescente organização popular nos países latinos e impedir que ações como a vitória dos guerrilheiros cubanos de Sierra Maestra, em 1959, servissem de exemplo, os Estados Unidos auxiliaram no desencadeamento de ditaduras pelo continente, como a chilena (1973-1990), a uruguaia (1973-1985), na Bolívia, onde ocorreram golpes em 1964, 1971, 1980, 1981 e mais três governos militares até outubro de 1982.

Brasil e Argentina – Uma disputa revelada

Ainda que a tentativa de integração dos países da América do Sul tenha estado em pauta durante todo o século XX, isso não impediu que os dois maiores do continente continuassem em permanente disputa, construindo alianças com as nações vizinhas, fosse por meio de acordos políticos e econômicos ou pela imposição militar.

De acordo com Candeas (2005, p. 01), “a história dos laços bilaterais [entre Brasil e Argentina] revela que as relações se iniciam sob o signo da instabilidade estrutural no século XIX” e



as aproximações entre os dois países “ocorreram até os anos 1970 de forma irregular”, com ações de aproximação e afastamento de ambos os lados.

Dentro dos limites impostos pelo imperialismo estadunidense nações como Brasil e Argentina procuraram estabelecer uma relação de domínio junto aos países vizinhos e como resposta à ameaça à hegemonia imperialista na América, militares brasileiros, iniciaram tentativas de derrubadas de governos eleitos democraticamente no Cone Sul.

Quando o General Augusto Pinochet tomou o poder, em setembro de 1973, os militares brasileiros haviam derrubado o presidente João Goulart havia nove anos, os partidos políticos do país já tinham sido extintos, o AI-5 estava em vigor reprimindo violentamente os brasileiros contrários ao golpe e a ditadura brasileira estava em seu terceiro ditador. Ou seja, o governo tupiniquim tinha experiência suficiente para auxiliar os colegas hispânicos.

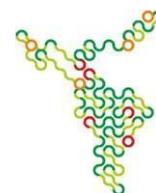
Em 1966, antes mesmo de Salvador Allende chegar a presidência do Chile, a ditadura brasileira se preocupava com o avanço político do país vizinho. Em reunião do Conselho de Segurança, o então chanceler brasileiro, Juracy Magalhães relatou a conversa que teve com o colega chileno, Gabriel Valdez. Na ata da reunião fica clara a preocupação com o fato de o Governo Frei agir “muito em função do partido comunista local, que é muito forte, representando cerca de 30% do eleitorado chileno¹”. Magalhães segue afirmando que em caso “de uma vitória do partido comunista nas futuras eleições, ainda longínquas, se o Governo Frei não conseguir realizar as aspirações do povo chileno [...] seria o caso de ter a possibilidade do hemisfério agir em benefício do Chile². Segundo o chanceler, Valdez estava “convencido de que, se o partido comunista se tornasse majoritário, as forças vivas da Nação agiriam no Chile, como agiram no Brasil e na Argentina³”. Além disso, a reunião entre os chanceleres deixou claro que só seria possível uma integração econômica latino-americana se esta estivesse sob a liderança clara e ostensiva do governo brasileiro.

Segundo documentos estadunidenses, divulgados em 2009, os Estados Unidos só aceitaram dar apoio financeiro aos militares chilenos após uma reunião entre o Presidente Richard Nixon e o ditador brasileiro, Emílio Garrastazu Médici, na Casa Branca, em 1971. Nesses documentos, fica evidente a parceria entre os dois governos para intervir em países da América Latina, como Chile e Cuba, evitando novos Allendes e Castros (SOUZA, 2014, p.60)

¹Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 39., 1966, Brasília. *Arquivo Nacional*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/6Mt7hu> acessado em 13/03/2014. p.7

² Idem.

³ Idem.



De acordo com Henry Kissinger, responsável por relatar a reunião entre os dois chefes de Estado, Nixon inquiriu Médici sobre a capacidade dos militares chilenos para derrubarem Allende e o ditador brasileiro teria deixado claro que o Brasil estava trabalhando para este fim.

Em certo ponto da conversa, Nixon parecia depositar total confiança em Médici, dizendo que “Os Estados Unidos não poderiam tomar uma direção, mas se os brasileiros [...] precisassem de dinheiro ou outro auxílio discreto, os Estados Unidos seriam capazes de torná-los disponíveis. Isto deveria ser realizado na maior confiança” Segundo Kissinger “era muito importante que o Brasil e os Estados Unidos trabalhassem em estreita colaboração” [nossa tradução]⁵.

Não demorou muito para que as forças armadas chilenas tomassem o poder, tornando inevitável fazer ligações entre as ditaduras do Brasil e do Chile. Há referência, por exemplo, de que Brasília financiou políticos opositores durante o mandato de Allende:

"Ganamos!" Con esta palabra el entonces embajador de la dictadura militar brasileña en Chile, Antonio Candido da Camara Canto, conmemoró el triunfo del golpe militar de Pinochet, para el cual, tanto él como el gobierno militar de Brasil habían trabajado intensamente. [...] Destinado a Chile entre 1968 y 1975, Camara Canto estableció estrechas relaciones con altos miembros del Ejército y la Marina y, después del golpe, fue el primer diplomático en reconocer a la Junta Militar de Pinochet. Camara Canto llegó a recibir del asesor de la Junta Militar, Alvaro Puga, el reconocimiento: "Era un hombre que estaba de nuestro lado" (KRISCHKE, 2017, p. 03).

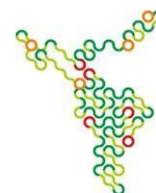
Da mesma forma, os ditadores brasileiros mantiveram uma relação de ajuda mútua com Augusto Pinochet, trocando apoio às candidaturas de ambos os países em organismos internacionais.

Um dos desdobramentos dessa política de aproximação entre a ditadura brasileira e a chilena foi a participação do Brasil na criação da Operação Condor⁶, oficializada em 1975, em Santiago, no Chile.

A ditadura brasileira foi responsável pela instrumentalização da Condor por meio, por exemplo, dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), reiniciados em 1965, e pela Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1973, responsável pela formação de quadros das forças de segurança. Entre eles o conhecido torturador chileno, Osvaldo Enrique Romo Mena. O governo

⁵ National Security Archive Electronic Briefing. Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende. Disponível em: <http://goo.gl/rm0mPp> acessado em 10/08/2013.

⁶ O condor andino é a segunda maior ave voadora do mundo, possuindo a terceira maior envergadura, com 3,2 metros, chegando a pesar 14 quilos e podendo voar 300 km por dia. Além disso, é o pássaro símbolo do Equador, Colômbia, Chile e Bolívia, estando presente nos brasões destes países.



brasileiro promovia conferências e troca de materiais produzidos pela repressão como o *Diccionario de Termos e Expressões, Nomes e Siglas Utilizados pelos Subversivos Terroristas*, descoberto junto ao *Archivo del Terror*, no Paraguai. O dicionário foi elaborado pelo delegado da Polícia Civil Edsel Magnotti (Krischke, 2017, p. 01).

O Uruguai passou por 12 anos de governo militar, entre 1973 e 1985, onde a Doutrina de Segurança Nacional foi aplicada contra os subversivos com o apoio do governo brasileiro:

E quando os militares finalmente deram, em 1973, o golpe de estado, ultimando o processo de implantação da ditadura, o Brasil, que influíra direta ou indiretamente para esse desfecho, enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$ 815.000, enquanto a Argentina fornecia automóveis para a Polícia, bem como gasolina e querosene da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (BANDEIRA, 2003).

Em 23 de setembro de 1971, no entanto, o governo brasileiro já se preparava para intervir em Montevideú. Um telegrama trocado entre a embaixada brasileira em Buenos Aires e Brasília informa que o governo argentino estava a par das intenções brasileiras, mas, diferente do que ocorrera em relação a Bolívia, não pretendia participar daquela ação:

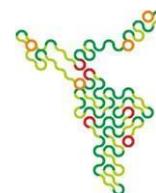
O exército argentino deu, na medida de suas possibilidades, apoio ao movimento que levou o Coronel Banzer a chefia do governo da Bolívia. No que se refere a situação do Uruguai, o adido dos Estados da América⁷ (Sic) é de opinião que os oficiais argentinos estão convencidos de que a hipótese da intervenção armada brasileira no Uruguai (caso a Frente Ampla triunfe nas eleições) vem sendo estudada por nosso exército. Caso isso se efetivasse, sempre segundo Stapleton, o exército argentino não estaria em condições de apoiar a iniciativa brasileira em vista das condicionantes da situação política interna daqui⁸.

Ocorrido o golpe dois anos depois, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Divisão da Ordem Política e Social de São Paulo – DOPS, foi destacado para ajudar a formar, em solo uruguaio, um esquadrão da morte para liquidar os militantes do Movimiento de Liberación Nacional Tupac Amaru.

Com o tumultuado cenário político boliviano de finais dos anos 1960, depois de uma série de tentativas de golpes militares, em 07 de outubro de 1970 chegou ao poder o General Juan José Torres Gonzáles. Este tinha sua base de apoio estabelecida entre os trabalhadores e os movimentos

⁷ Coronel Stapleton, adido dos Estados Unidos em Buenos Aires, comunicou o embaixador brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira, sobre a reunião entre Lanusse e os generais argentinos para decidir os rumos da política externa em relação a Brasil e Uruguai.

⁸ Embaixada do Brasil em Buenos Aires. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 2f. Situação político-militar. Relações com o Brasil. Situação do Uruguai. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. *Acervo referente às embaixadas brasileiras*. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b. 2p.



populares. O avanço das políticas populares desencadeou a formação da Assembleia Popular dia 1º de maio de 1971, com 221 delegados entre camponeses, operários, setores da classe média e partidos políticos. No entanto, os setores da reação boliviana conspiravam contra o governo, antes mesmo deste estar completamente estabelecido e no centro dessa conspiração encontravam-se os militares brasileiros. Ofício da II Seção do Estado Maior do Exército e da II Seção do Estado Maior da Aeronáutica, produzido para a Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Relações Exteriores, classificado como Secreto-Urgentíssimo e datado de 03 de agosto de 1970, revela que “altos Chefes militares [bolivianos] já se convenceram da impossibilidade de levarem o Presidente [Alfredo] Ovando [Candia] a descartar-se de seus compromissos com os comunistas e que por isso estão estudando a sua substituição”⁹.

O documento é concluído afirmando que a aliança entre as FFAA dos dois países “representarão um fortalecimento das Forças Armadas deste país para sua dupla missão de combater o movimento guerrilheiro e eliminar a influência do comunismo”¹⁰. O peso da informação foi tão grande que suscitou a produção de um estudo emitido em 14 de agosto de 1970 com o título de Estudo Especial N° 075/SG-1/70 e outro em 04 de setembro do mesmo ano, com o nome de Estudo Sucinto N° 080/SG-1/70 sobre a situação política boliviana, e um terceiro documento, este taxado como Ultrassecreto, produzido em 13 de outubro de 1970, no qual em três páginas o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante de Esquadra Murilo Vasco do Valle Silva, solicita aos Ministros da marinha, exército e aeronáutica uma resposta rápida sobre de que maneira cada ministério poderia contribuir nas questões envolvendo a Bolívia¹¹.

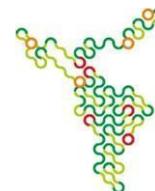
As mudanças no cenário político boliviano eram um perigo real aos intentos brasileiros na região, pois:

A importância da Bolívia, naquele momento, fica clara quando se observa “o interesse brasileiro em assegurar na América Latina fontes de energia integradas à sua economia por meio da oferta de vultuosos investimentos [...] para a construção de um gasoduto e um polo siderúrgico na fronteira dos dois países” (LESSA, 1994, p. 16).

⁹ Embaixada do Brasil em La Paz – Secretaria de Estado das Relações Exteriores. [Telegrama] 03 ago. 1970, Brasília [para] II Seção do Estado Maior do Exército e II Seção do Estado Maior da Aeronáutica. Brasília. 2f. Situação político-militar na Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Acervo da Ditadura Militar*. Brasília: Arquivo Nacional, 2017, 2p.

¹⁰ Ibidem, p. 03.

¹¹ Estado Maior das Forças Armadas. [Ofício] 03 out. 1970, Brasília [para] Secretário Geral de Segurança Nacional. Brasília. 3f. Aviso N° 35 PA-2 267. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Acervo da Ditadura Militar*. Brasília: Arquivo Nacional, 2017, 3p.



Para se ter uma ideia, até janeiro de 1956, quando foi inaugurada a estrada de ferro entre Santa Cruz de la Sierra e Corumbá, no Mato Grosso, os bolivianos dependiam inteiramente do porto de Buenos Aires para escoar as exportações do país. Com a construção da ferrovia, a Bolívia aproximou-se do governo brasileiro, passando a ter novas opções e acirrando a disputa Argentina/Brasil.

Outro país que viu no Brasil uma nova saída para escoar seus produtos foi o Paraguai. Ainda na década de 1950 o governo brasileiro passou a estreitar as excelentes relações que possuía com o ditador Stroessner. Além disso, com a construção da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, e da rodovia Coronel Oviedo os paraguaios encontravam uma nova saída para o mar, liberando-se dos braços argentinos.

Se o Brasil mantinha o Paraguai sobre sua zona de domínio, por outro lado, em 1959, o Partido Colorado uruguaio, aliado do Brasil desde 1864 e que comandava o país havia 95 anos, fora derrotado pelo Partido Nacional, abrindo caminho para a expansão dos objetivos argentinos na região:

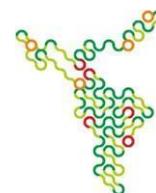
O Brasil, cujas atenções se concentravam sobre o Paraguai e a Bolívia, não se preocupou com a mudança na política interna do Uruguai, onde a Argentina, aproveitando a oportunidade, começou a desenvolver agressivo e incansável trabalho de aproximação e penetração, de modo a atraí-lo para sua órbita, submetê-lo à sua hegemonia e recompensar a redução que sofrera seu predomínio sobre outros países da região (Ibidem, p. 291-292).

Com a chegada dos militares ao poder no Brasil, em 1964, as ações dos governos brasileiro e argentino foram elevadas a outro nível, inclusive com a conspiração para a derrubada de presidentes eleitos em países da América do Sul, fazendo com que, além do Paraguai, como vimos, Chile, Bolívia e Uruguai passassem a gravitar cada vez mais em sua órbita.

Mas o principal foco de tensão entre Argentina e Brasil se dava em torno da utilização da Bacia do Prata, na qual ambos tinham pretensões no campo energético como forma de garantir o crescimento industrial a partir da construção de usinas hidrelétricas.

Na verdade, a contenda sobre a utilização do rio se estendia desde a Guerra do Paraguai, no século XIX, quando a disputa se dava em torno da navegação. Foi, inclusive, ao final do conflito que a Argentina se consolidou como uma potência capaz de fazer frente ao Brasil:

Foi durante esse último conflito armado que a estrutura regional de poder até então conhecida atravessou as mudanças que consolidariam, pela primeira vez, a preeminência de Buenos Aires no Prata. O fim da Guerra do Paraguai definia um novo quadro em que a Argentina sobressaía pelo inédito crescimento financeiro do capital privado, o rearmamento de suas forças e a articulação de seus interesses na América do Sul mediante uma vasta rede de relacionamentos bilaterais fluidos (SPEKTOR, 2002, p. 120).



A rivalidade entre os dois vizinhos crescia em torno dos rios e enquanto a Argentina utilizava o direito internacional na tentativa de barrar os avanços brasileiros, o governo do Brasil “não admitia equacionar [o aproveitamento dos rios] em termos incompatíveis com seus interesses nacionais” (Bandeira, 2010, p. 408).

O governo Argentino procurava impedir os intentos do Brasil para conseguir o empréstimo estrangeiros necessários para a utilização do potencial do Rio Paraná:

A Argentina deve se opor, nos organismos financeiros internacionais, a nossos pedidos de crédito para obras no Paraná. Assim, o projeto Iguazu, no momento, não deve ser considerado e, os estudos conjuntos no Uruguai devem aguardar melhor clima político e mostrar de maior seriedade de conduta por parte da Argentina quanto a troca de informações¹².

Os argentinos receavam que com a construção conjunta da Usina de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, com capacidade de produção de 11.000 Mw, mais do que os 7.000 Mw produzidos em toda a Argentina, a cidade de Foz do Iguaçu tornasse-se um novo polo industrial na fronteira aprofundando o desequilíbrio econômico entre os países do Cone Sul.

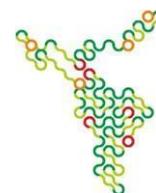
A Argentina, destarte, não obteve qualquer concessão do Brasil, que continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a construção de obras em rios internacionais de curso sucessivo. E os dois países, além de alguns acordos de cooperação, apenas firmaram [em 1972] uma declaração conjunta, reconhecendo que todos os povos tinham igual direito de ver realizado seu ideal de paz e prosperidade, de acordo com as suas respectivas instituições, o que se afigurou como adesão do Brasil ao pluralismo ideológico, apregoado pela Argentina (BANDEIRA, 2010, p. 412).

Evidentemente que o acordo não fora levado adiante pelo governo brasileiro que apoiou e viabilizou a sequência de golpes de Estado que ocorreriam nos países da América do Sul nos anos seguintes:

A situação que se delineou não foi favorável para o governo argentino na medida em que o apoio brasileiro aos golpes de estado nesses países trouxe-os para sua órbita de influência, ao qual se somou o Chile, formando um cordão de isolamento ao país platino (ANSELMO; Teixeira, 2011, p. 16).

Estes golpes ampliaram o poder da ditadura brasileira sobre os argentinos na luta pela hegemonia no continente, já que junto com os novos governos estabeleciam-se, também, acordos e tratados favorecendo a ditadura brasileira.

¹² Embaixada do Brasil em Buenos Aires. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 5f. Argentina, política em relação ao Brasil. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. *Acervo referente às embaixadas brasileiras*. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a. 5p.



Além disso, os generais brasileiros faziam questão de impedir quaisquer intentos argentinos de ampliar a sua atuação junto aos outros países da América do Sul.

Em setembro de 1973, apenas doze dias após o golpe de Pinochet, no Chile, Juan Domingo Peron voltou à presidência da Argentina com 62% dos votos, depois da renúncia de Héctor Cámpora. Como medida imediata, querendo de reestabelecer o poder regional, Peron passou a visitar os países vizinhos na tentativa de conseguir acordos que favorecessem o seu país. Com pouco mais de um mês de volta à Casa Rosada, Peron viajou para Montevidéu, onde propôs ao colega Juan Maria Bordaberry a união aduaneira entre os dois países, imediatamente rechaçada pelo Brasil.

A relação entre os dois governos atingiu o máximo de tensão quando, em julho de 1977, a junta militar que tomou o poder na Argentina em 24 de março de 1976 interdito o túnel Cueva-Caracoles, na Cordilheira dos Andes, para o tráfego de caminhões pesados que transportavam mercadorias do Brasil para o Chile¹³. O governo brasileiro, por sua vez, encarou o ocorrido como uma retaliação por conta das questões envolvendo Itaipu e como resposta fechou as fronteiras a 80% da frota de caminhões argentinos. O impasse, chamado de “Guerra de los camiones” pela imprensa sul-americana, caso registrado pelo jornal ABC, de Assunção no Paraguai, por exemplo¹⁴, se estendeu até o dia 25 de agosto, quando a Argentina decidiu liberar a passagem dos caminhões brasileiros.

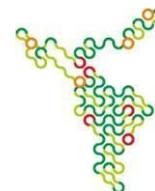
O ânimo entre os dois poderosos só se acalmou quando outra ameaça surgiu. Enquanto Brasil e Argentina disputavam o uso da Bacia do Prata, a Argentina tinha problemas para resolver com outro vizinho, o Chile. Ambos queriam controlar o Canal de Beagle e o conflito chegou ao ponto da guerra iminente¹⁵. O governo argentino não aceitava o Laudo Arbitral de 1977, quando o Tribunal

¹³ Segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, de 25 de agosto de 1977, o túnel foi fechado para países terceiros depois que o governo do General Videla endureceu a política externa do país, justamente por conta da construção de Itaipu. Segundo a Folha, em julho de 1977, o comandante-chefe da Armada argentina, Almirante Emílio Massera, visitou o Paraguai para pressionar Stroessner.

¹⁴ Embaixada do Brasil em Buenos Aires. [Recorte de jornal] 26 de ago. de 1977, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 1f. Jornal ABC. Con una tregua honrosa, concluyó la “Guerra de los camiones” entre la Argentina y Brasil. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. Acervo referente às embaixadas brasileiras. Brasília: *Arquivo do Itamaraty*, 2017c. 5p.

¹⁵ Os dois países requisitaram à Grã-Bretanha um laudo que determinasse as fronteiras. O governo britânico, então, formou uma equipe com cinco juristas de países diferentes definindo “que pertenecen a la República de Chile las islas Picton, Nueva y Lennox, conjuntamente con los islotes y rocas inmediatamente adyacente a ellas” [Dipublico. *Laudo Arbitral de su Majestad Britanica Isabel II*. (18 de abril de 1977) Partes, Presentación y Disposiciones Finales. Disponível em:

<https://www.dipublico.org/7014/laudo-arbitral-de-su-majestad-britanica-isabel-ii-18-de-abril-de-1977-partes-presentacion-y-disposiciones-finales/> acessado em: 10/10/2017], o laudo foi repudiado por Buenos Aires, pois “según la Argentina, el principio de 'UTI possidetis Juris' de 1810, obraba a su favor: [...] Argentina era soberana de todo el litoral atlántico, desde el Río de la Plata hasta el Cabo de Hornos, incluyendo [...] cualquiera tierra que tuviera frente al Océano



internacional considerou as ilhas chilenas, dando ao governo de Pinochet o desejado acesso ao oceano Atlântico.

Para o governo de Buenos Aires, no entanto, era impossível manter um conflito em duas frentes, com o Brasil, em Itaipu, e contra o Chile, em Beagle. Como resultado, no fim de 1978, a junta militar de Buenos Aires cedeu às exigências brasileiras aceitando a cota de 105 m de queda para a produção da Usina de Corpus e em 19 de outubro de 1979, os dois países, e o governo Stroessner, assinaram o Acordo Tripartite, encerrando a contenda.

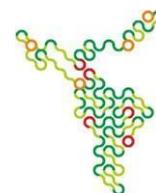
Durante todo esse conflito, os dois países investiam pesado na tentativa de possuir a bomba atômica. O Brasil por meio do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha de quem obtinha a transferência do ciclo completo do enriquecimento de urânio, produção do elemento combustível e reprocessamento e a fabricação de reatores para que pudessem fabricar ossubmarinos nucleares que desejava, além da própria bomba caso intentasse. No outro lado, os argentinos utilizavam o Plano Europa:

Voltando-se para a CEE [Comunidade Econômica Europeia], em busca de armamentos mais modernos, e não só protegeu e ampliou sua própria produção, através da empresa estatal – Fabricaciones Militares – como optou pela utilização de urânio natural, refrigerado e moderado com água pesada, na usina atômica de Atucha, a fim de não depender de tecnologia estrangeira. Sua intenção era adquirir capacidade nuclear, que lhe permitisse resolver favoravelmente aos seus interesses as questões com o Brasil (Itaipu-Corpus), Chile (Canal de Beagle) e Grã-Bretanha (Malvinas/Falklands) (BANDEIRA, 2010, p. 417).

Com o fim do conflito, rapidamente, o superavit comercial entre Brasil e Argentina disparou em favor dos brasileiros¹⁶, garantindo ao país a posição de potência hegemônica na região há tanto tempo disputada pelas duas nações.

Atlântico” [Corporación defensa de la soberanía. *Estudios históricos y políticos para la defensa del patrimonio territorial chileno*. Disponível em: <http://www.soberaniachile.cl/controversias/arg/articulo0023.html> acessado em: 10/10/2017]. Por meio do “Operativo Soberanía”, os militares argentinos decidiram, então, partir para a hostilidade e chegaram a cruzar a fronteira com o Chile, adentrando três quilômetros no território vizinho, ao mesmo tempo, do outro lado da fronteira, Pinochet tinha 10 mil soldados preparados para atacarem a usina nuclear de Atucha. O conflito só não foi pior porque houve a intervenção do Vaticano que fez com que Buenos Aires desistisse da guerra e trouxesse os militares de volta para casa.

¹⁶ Segundo Hirst [1988, p. 56], em 1980, 72,5% das exportações brasileiras para a Argentina eram de manufaturados, enquanto das vendas do país vizinho apenas 31,6% correspondiam a produtos industriais. Três anos depois esses números caíram, mas continuaram favoráveis aos brasileiros: as exportações passaram para 14,8% e as importações para somente 3,7%.



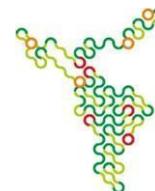
por hegemonias sobre as nações mais débeis. Contudo, ainda que de modo não intencional, a imagem de um continente submetido à vassalagem internacional e à constante destruição de suas riquezas naturais e culturais desde os primórdios da colonização europeia até a proeminência estadunidense destaca-se e é o que a maioria dos leitores retém da leitura.

No entanto, as forças internas de dominação na América Latina não deixaram de estar presentes no processo que Galeano procurou denunciar. Uma das discussões que parece ter influenciado Galeano ao longo da escrita de sua obra foi aquela derivada dos debates em torno do que ativistas e intelectuais passaram a denominar de “subimperialismo” e que o autor utiliza para descrever a relação de dupla exploração do Paraguai, padecendo sob o imperialismo estadunidense e o subimperialismo brasileiro como uma “colônia de colônias” (Galeano, 2010, p. 137); como um imperialismo de segundo grau, expresso pela participação de soldados paraguaios na República Dominicana, em 1965, a mando do governo estadunidense, mas sob o comando de um general brasileiro (Ibidem, p. 138); e que havia no Brasil dos militares a intenção subimperialista sobre os vizinhos. “Um elenco militar de importante gravitação postula o país como o grande administrador dos interesses norte-americanos na região, e chama o Brasil para exercer, no Sul, uma hegemonia semelhante a que, frente aos Estados Unidos, o próprio Brasil padece” (Ibidem, p. 182).

Nesse artigo foram apresentados elementos sociais e históricos mobilizados pela ditadura brasileira na disputa hegemônica com a Argentina para configurar relações de dependência e dominação nas suas correlações internas, principalmente atentando para as estratégias nacionais de desenvolvimento capitalista.

A partir da análise documental e da revisão de vasta bibliografia sobre o tema, fica claro que entre a exploração imperialista dos Estados Unidos e os golpes militares na América Latina havia políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder nos dois países que ambicionavam garantir-lhes o papel de potência regional.

Portanto, depois de seus respectivos processos de independência e em conjunto com disputas geopolíticas no âmbito da América do Sul, os governos brasileiros e argentinos mediram forças e se envolveram em conflitos de modo a cada qual se sobressair como a potência hegemônica na região. Durante o período da ditadura militar brasileira esta situação não foi diferente, pelo contrário, a partir do que apontamos aqui, ficou claro que entre os militares os intentos de conquista e controle da América do Sul estavam presentes e existiam como política de Estado.



6. REFERÊNCIAS

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. América do Sul: o papel dos conflitos na perspectiva de integração do continente. *Horizonte científico*. Uberlândia, vol 5, nº 2, Dez./2011, p. 02-28.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Espaço Acadêmico*. Maringá, N. 28, set., 2003.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista brasileira de política internacional*. Brasília, vol.48 no.1, Jan./June 2005.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

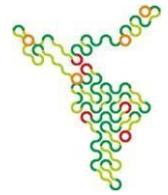
HIRST, Monica. Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil. *Revista de economia política*. São Paulo, vol. 8, n. 3, jul/set 1998, p. 55-72.

KRISCHKE, Jair. Brasil y la Operación Condor. Disponível em: encurtador.com.br/hlwAU acessado em: 14/10/2017.

LESSA, Antônio Carlos. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979)*. 1994. 117. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), Brasília, 1994.

NETO, Sydenham Lourenço. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 3, set/dez, 2015, p. 473-489.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28 N.48, Jul/Dez., 2012, p. 495-517.



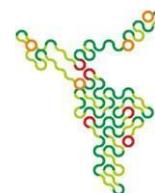
_____. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça.

Organon, Porto Alegre, n. 47, jul/dez 2009, p. 115-138.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política*, vol 45, n. 1, 2002, p. 117-145.

SOUZA, Eliton Felipe de. Operação Condor: O cone sul nas asas do terror. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 05., 2014, Curitiba. *Anais*. Curitiba: Universidade Federal de Curitiba, 2014, p. 01-14.

SOUZA, Sirlei. Resistência em tempos sombrios. In: THIAGO, Raquel S. (Org.). *Tempos de Joinville*. Joinville: Editora da Univille, 2008. p. 101-105.



NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM RELEVO PARA O PROGRAMA PACTO PELA VIDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Francisco das Chagas Araújo¹

Carlos Antônio da Silva²

Diógenes José Gusmão Coutinho³

Resumo: O Brasil figura como um dos países mais violentos do mundo, suas taxas de homicídios são análogas a países em guerra civil. O país inaugurou um patamar bastante preocupante, pela primeira vez, as pesquisas sobre a temática da violência registraram a taxa de 31,6 homicídios/100mil habitantes. Posto que, a Organização Mundial de Saúde (OMS) usa como indicador de aceite a taxa de 10 homicídios para cada cem mil habitantes. Deste modo, há entre os entes federados brasileiros uma elevada preocupação com a problemática da violência, no entanto, há, também, um consecutivo aumento das mesmas taxas nos estados nortistas e nordestinos. De posse deste cenário, este trabalho investigativo tem como escopo primal apresentar considerações acerca da Política de Segurança Pública, em relevo, para as principais configurações do Programa Pacto pela Vida, implantado no estado de Pernambuco enquanto Política de Segurança Pública, com destaque para as taxas de violência homicida no estado para o período compreendido entre 2007 e 2017. Adentrado os aspectos metodológicos desta investigação, este trabalho é uma pesquisa quantitativa — qualitativa que primou pela investigação do objeto de estudo em tela, a partir dos instrumentos técnicos, tais como, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como fontes investigativas, merecendo o devido registro que este artigo, em sua gênese, é parte de dissertação sobre a temática em discussão.

Palavras-Chaves: Atlas da Violência. Pernambuco. Políticas Públicas. Programa Pacto Pela Vida.

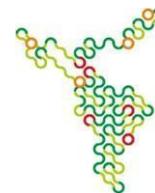
Introductory Notes on Public Security Policy Relevant to the Pact For Life Program of the State of Pernambuco

Abstract: Brazil ranks as one of the most violent countries in the world, its homicide rates are analogous to countries in civil war. The country inaugurated a very worrying level, for the first time, research on the theme of violence recorded the rate of 31.6 homicides / 100,000 inhabitants. Since, the World Health Organization (WHO) uses as indicator of acceptance the rate of 10 homicides per 100 thousand inhabitants. Thus,

¹ Graduado em Direito pela Faculdade de Olinda (AESO); especialista em direito administrativo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrando em Direito e Políticas Públicas pela Faculdade Atenas College University. e-mail: chicoaraujomovel@gmail.com.

² Bacharel em ciências jurídicas pela UNICAP, especialista em Direito Civil e processual pela Escola Judicial de Pernambuco e mestrando em Direito e Políticas Públicas pela Faculdade Atenas College University. E-mail: antoniocparaujo@hotmail.com.

³ Graduado em Biologia pela UFRPE. Doutor em Biologia pela UFPE. Professor do Mestrado em Direito pela ALPHA. E-mail: alphadiogenes@gmail.com.



among the Brazilian federate entities there is a high concern with the problem of violence, however, there is also a consecutive increase of the same rates in the northern and northeastern states. Given this scenario, this investigative work has as its primary scope to present considerations about the Public Security Policy, in particular, for the main configurations of the Pact for Life Program implemented in the state of Pernambuco as a Public Security Policy, with emphasis on homicidal violence in the state for the period between 2007 and 2017. And entering the methodological aspects of this investigation, this work is a quantitative-qualitative research that focused on the investigation of the object of study, from the technical instruments, such as the bibliographic research and documentary research as investigative sources. It should be noted that this article, in its genesis, is part of a dissertation on the subject under discussion.

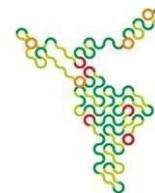
Keywords: Atlas of Violence. Pernambuco. Public policy. Pact For Life Program.

INTRODUÇÃO

O Brasil figura como um dos países mais violentos do mundo, suas taxas de homicídios são análogas a países em guerra civil. A versão do Atlas da violência de 2019 mostra que o país inaugurou um patamar bastante preocupante, pela primeira vez, as pesquisas sobre a temática da violência registraram a taxa de 31,6 homicídios/100 mil habitantes. Posto que, a Organização Mundial de Saúde (OMS) usa como indicador de aceite a taxa de 10 homicídios para cada cem mil habitantes. Ainda que esses dados mostrem um crescimento expressivo no número de crimes homicidas no país, atesta também, a cronicidade do problema em tela. Contudo, é indefensável afirmar o caráter heterogêneo destas taxas na atualidade.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta dois movimentos antagônicos verificados no país no que tange os seus dados sobre a letalidade violenta. Há entre os entes federados brasileiros uma elevada preocupação com a problemática da violência, e com ações contínuas e efetivas têm diminuído as taxas de homicídio, porém, em sentido contrário, há um consecutivo aumento das mesmas taxas nos estados nortistas e nordestinos.

De posse deste cenário, este trabalho investigativo tem como escopo primal apresentar considerações acerca da Política de Segurança Pública, em relevo, para as principais configurações do Programa Pacto pela Vida, implantado no estado de Pernambuco enquanto Política de Segurança Pública, com destaque para as taxas de violência homicida no estado para o período compreendido entre 2007 e 2017.



Se alinhando ao crescimento dos dados sobre homicídio no Nordeste, Pernambuco registrou entre 2007 e 2017 o total de 43,432 assassinatos. Todavia, estes números sofreram importantes librações anuais que podem estar ligados aos fatores casuais de desigualdades sociais, desemprego, pobreza, densidade demográfica, dentre outros. (NÓBREGA, 2010).

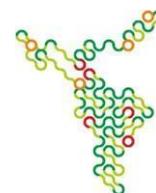
Registra-se que em 2007, o início do Pacto Pela vida e os seis anos seguintes foram marcados pela diminuição dos crimes homicidas em Pernambuco. Os estudos de (RATTON e DUADLIN, 2017, p. 02) demonstram que a queda registrada ficou em torno de 40% em todo o estado, e em 60% na capital pernambucana. Contudo, os anos subsequentes até 2013 houve um substancial aumento dos homicídios. Diante deste cenário questionam-se as quais variáveis respondem por essa linha oscilatória entre estes dados, já que, o Programa Pacto Pela Vida foi operacionalizado continuamente nesta faixa temporal (2007–2017).

Adentrado os aspectos metodológicos desta investigação, este trabalho é uma pesquisa quantitativa — qualitativa que primou pela investigação do objeto de estudo em tela, a partir dos instrumentos técnicos, tais como, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como fontes investigativas. Merecendo o devido registro que este artigo, em sua gênese, é parte de dissertação sobre a temática em discussão. As fontes de dados que ilustrou as considerações sobre políticas públicas e o Programa Pacto Pela Vida são tomadas de empréstimo do Atlas da Violência (2007 – 2017) que se apresenta como uma publicação oficial e anual sobre violência no Brasil em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

2 A formulação das Políticas Públicas

O papel precípua das políticas públicas na conjuntura do estado democrático de direito é a garantia dos direitos fundamentais dos seus cidadãos. Dito de outro modo, figura como o somatório de decisões tomadas pelo ente público como resposta as demandas de interesse público.

As políticas públicas são ações governamentais cunhadas conjuntamente com diversos representantes políticos com objetivo precípua de dirimir ou findar problemáticas



persistentes de um determinado orbe social. (TEIXEIRA, 2002); SOUZA (2006); SECCHI (2011). Sendo “tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. (AZEVEDO, 2003, p. 38).

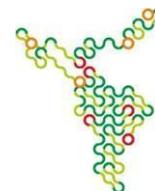
Há um animus político que reúne uma série de fatores para a inclusão das políticas públicas na agenda do governo. Essa pauta é formulada, inclusive, a partir da dinâmica de percepção da sociedade civil acerca da problemática em questão. Deste modo, “Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se, o seu processo de elaboração é submetido ao debate público”, (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A concepção de políticas públicas pode ser vislumbrada como a convergência procedimental que agrega, segundo (KINGDON, 2013, p. 35), “a configuração da agenda; a especificação de alternativas a partir das quais, uma opção é feita; uma escolha entre essas alternativas a partir de votação legislativa ou de uma decisão do executivo; e a implementação da decisão.” No entanto, não menos importante para a formulação das políticas públicas, o arcabouço teórico acumulativo sobre o tema advindo de experimentações anteriores e “[...] as perspectivas dos especialistas bem como o processo político, incluindo as oscilações do humor nacional, a opinião pública e os resultados das eleições”. (KINGDON, 2013, p. 35)

Diante deste cenário, a formação da agenda governamental para adoção de políticas públicas coaduna com a dinâmica social percebida. Dito de outro modo, as manifestações políticas podem servir como gatilho ou restringir pautas do governo, e com especial relevância “a influência das nomeações políticas que colocam nos cargos de primeiro e segundo escalão, atores aos quais são conferidos o status de decisores políticos críticos.” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 30). Estes nomeados refletem os caminhos gerenciais para os quais as pautas serão conduzidas, delineado os caracteres próprios do grupo de interesses e expectativas sociais. (MACHADO DA SILVA, 2010, P. 31).

Já os demais atores que participam do processo de governança sem o endosso da nomeação formal, “são classificados como grupos de interesse que apesar das distintas atividades, influenciam na construção da agenda e inclusão de pautas nas discussões políticas, mesmo estando fora da esfera [...] formal” (KINGDON, 2013, p. 36).

Sendo assim, é necessário observar o arranjo de atores que se forma a partir do tripé: problemas, *Policies* e *Politics*. Sendo o primeiro, visto como a mola motriz para a elaboração de propostas que apontem à transformação das políticas públicas e fazem parte



do discurso presente no decorrer dos pleitos políticos, já os Políticas para (KINGDON, 2013, p. 36), são “Ações governamentais para enfrentar problemas sociais.” Dentro desta dinâmica, há o problema envolvendo o orbe da segurança pública que enquanto temática investigativa sempre figurou como uma problemática complexa, que exigia especial atenção governamental, porém, por longo período, alimentada por ações esparsas e fragmentadas. Posto que as *politics* é definida por (FERREIRA, 2017, p. 21) como “Conjunto de atividades relacionadas à esfera das relações de poder e autoridade em uma sociedade: Estado, suas instituições e organizações”. Prontamente, essa categoria sofre a influência direta dos indicadores dos problemas que apontam para caminhos que convergem tanto às sorções políticas e das políticas em direções idênticas. Em face deste quadro a agenda governamental é elaborada para dirimir as demandas próprias das políticas públicas.

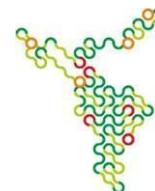
2.1 A Política de Segurança Pública e a legislação constituinte

Adentrar a discussão sobre Políticas de Segurança Pública pede o crivo da Constituição que estabelece no seu art. 144, a Segurança pública enquanto obrigação estatal, e nos constructos de (FERREIRA, 2017, p. 22) se apresenta como “direito e responsabilidade de todos” devendo ser implantada para a garantia da ordem pública e bem-estar tanto dos indivíduos quanto da segurança patrimonial.

A Carta Constitucional define os órgãos que compõe as unidades responsáveis pela segurança pública, assim como, as competências exclusivas atreladas a cada órgão e sua autonomia, dentre outros aspectos, a execução de decisões.

O disciplinamento constitucional permite a “legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança”. (FERREIRA, 2017, p. 21). Essa prerrogativa lastreada pela Lei consente que os entes federados legislem acerca da segurança, porém, em total consonância com os ditames constitucionais, inclusive mantendo a estrutura legislativa definida por essa normativa.

Devem ser especialmente observados os princípios constitucionais fundamentais — a república, a democracia, o Estado de direito, a cidadania, a dignidade da pessoa humana-bem como os direitos fundamentais — a vida, a liberdade, a igualdade, segurança. O art. 144 deve ser interpretado de acordo com o núcleo axiológico do sistema



constitucional, que se situam esses princípios fundamentais — o que tem grande importância, como se observará, para a formulação de um conceito constitucionalmente adequado de segurança pública. (SOUZA NETO, 2015, p. 52).

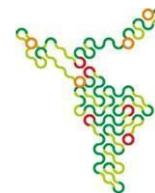
Há duas principais dogmáticas acerca da concepção de segurança pública que se antagonizam. Um entendimento tem seu enfoque na ação direta contra os elementos delituosos, e tem como baldrame a justificativa acerca da missão e performance das corporações policiais, que para (SOUZA, 2013, p. 52) é definida como “[...] papel é combater os criminosos, que são convertidos em “inimigos internos”. As favelas são “territórios hostis” que precisam ser “ocupados” por meio de utilização do “poder militar”. Dividem perspectivas teóricas semelhantes acerca desta concepção de Política de Segurança Pública. PROENÇA JÚNIOR (2016); CERQUEIRA (2011) SILVA (2013); DORNELES (2016) E SOUZA (2015).

Surge uma aproximação desta concepção com as teorias estrangeiras de períodos de guerra, alçando determinados sujeitos ou categorias específicas a condição de “inimigo público do Estado” que advém da corrente alemão do Direito Penal do Inimigo, que em tempos de paz cria a figura demonizada do inimigo-para todos aqueles que o Estado se opõe e seus tentáculos legislativos não conseguem silenciá-lo.

A outra corrente de destaque centra sua força atuante na prestação de serviços públicos ao cidadão. Nessa segunda abordagem, desaparece a figura hostil do inimigo do Estado e “a concepção democrática abre espaço para a participação social na gestão da segurança através dos Colegiados Gestores de Segurança Pública”. (SOUZA, 2013, p. 52).

Coadunando com o enxerto acima (SANTIN, 2015, p. 53) aclara que “a atividade policial neste último modelo tem o objetivo de gerar coesão social e proporciona um contexto de cooperação cidadã”. O viés combativo da primeira dogmática é substituído pelo caráter preventivo nas ações policiais da segunda abordagem que investe na ampliação da interlocução com as políticas sociais, mecanismos para dirimir as convulsões sociais e investimento mais amplo na investigação dos delitos, buscando resultados ambiciosos na equacionalização dos crimes no país. (CERQUEIRA, 2016).

Estes objetivos perpassam fundamentalmente pela segurança dos cidadãos, ainda, que a ação tática seja utilizada para debelar problemáticas específicas e justificadas pelo poder de letalidade dos organismos em oposição à segurança do lócus ao qual essa política



de segurança pública esteja inserida.

A Constituição Federal, ao tratar da segurança pública, não elege nenhum modelo. Existe uma crítica generalizada de que o Artigo 144 é composto por conceitos imprecisos que dão margem a ações autoritárias coexistindo com o discurso democrático do Estado de direito. Essa ambiguidade justifica, portanto, a aplicação de ambos os modelos de segurança pública cabendo a cada órgão federativo utilizá-la como convier. O uso da noção de “ordem pública” pela Constituição. Um conceito jurídico indeterminado visto que é o mais utilizado para legitimação de ditaduras. Além disso, tal concepção cria uma cultura institucional policial de manutenção da ordem e não do cumprimento da lei. Legitimam-se, então, ações policiais truculentas, torturas e prisões arbitrárias. Em regra, essas práticas se articulam com um olhar seletivo, que constitui inimigos da ordem. (SOUZA, 2013, p. 57).

Não obstante, aqueles que figuram como ‘inimigos da ordem’ são grupos historicamente excluídos e/ou pertencentes a determinados lócus geográficos tidos como hostis, a exemplo das comunidades periféricas e favelas. Estes sujeitos são alvos, contumaz da perseguição policial que se apresenta como uma “reação em cadeia da exclusão social, que atinge parte considerável da população brasileira, reduzida à condição de “subcidadania””. (SOUZA, 2013, p. 57).

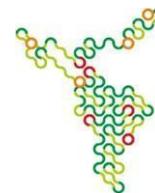
De posse deste preâmbulo sobre a formação da agenda governamental e o que tem entre suas características a pendularidade antes explicada, e marco constitucional da Segurança Pública, é necessário situar o momento histórico nacional que gestou o Programa Pacto Pela Vida em Pernambuco.

2.2 A Segurança Pública brasileira e os homicídios no Brasil entre 1980 e 2017

Versar sobre as questões ligadas a Segurança Pública indubitavelmente trata-se dos motes relativos à criminalidade, imperativo também, adentrar o espaço teórico que aborda toda a problemática e torno do crime.

Ao apresentar em epítome os dados sobre o percurso da criminalidade no Brasil no lapso temporal entre 1980 e 2017 e como Pernambuco se comportou diante desta dinâmica de oscilação pendular da criminalidade. (SAPORI, 2018, p. 45), avalia que “politicamente, altos níveis de criminalidade levam às democracias violentas”, ou seja, regimes políticos que são democracias eleitorais, mas falham na provisão de segurança para os seus cidadãos”. (SCHEDLER, 2015, p. 43).

Logo, a condição de violência se estala nos mais diversos espaços, e como efeito



direito “[...], a criminalidade violenta representa uma grave limitação na proteção de direitos civis, notadamente o direito à vida e à propriedade (no caso dos crimes contra a propriedade, como o assalto e o roubo). (SAPORI, 2018, p. 45).

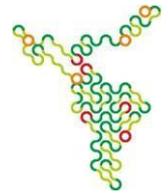
Em situações de corrupção endêmica, “observar a infiltração de indivíduos criminosos dentro da máquina pública, subvertendo, mesmo que parcialmente, o comportamento das instituições a favor de determinados grupos criminosos.” (SILVEIRA, 2008, p. 123).

Nestes cenários há a divisão de domínios territoriais entre o tráfico de drogas e das milícias, por conseguinte, a fragilização da confiança da sociedade nas forças policiais que subjaz ao poder que acolhe os criminosos a partir do trânsito de influência para acobertar essas ramificações políticas representadas pelos sujeitos que operam a máquina pública. (RATTON; TORRES e BASTOS, 2016).

Ante este contexto, as políticas públicas se mostram como uma alternativa diante de uma demanda pública latente. SAPORI (2015) e SECCHI (2016). Entretanto, o problema deve está inserido como responsabilidade estatal para que o Estado seja provocado para a sua solução. A criminalidade espelha essa condição, e, os homicídios. (SCHIEDLER,2015, p.30). Mormente a violência nas suas mais variadas configurações desponta, segundo (SCHIEDLER,2015, p.30), como replicação fatural da percepção social,” sendo que as pesquisas que tratam do tema apontam um crescimento significativo nos números de assassinatos em todo o país. (CERQUEIRA, 2017).

Os estudos com objeto factual aportado no início da década de 1980 mostram uma média de 12 homicídios/100 mil habitantes, chegando em 2017 com taxas de 31, 6 homicídios para a base de cálculo de cem mil habitantes. Entretanto, a Organização Mundial de Saúde afiança que o tolerável é a taxa de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes. Perante o distanciamento dos dados palatáveis da OMS, estudos afirmam que “esse crescimento da taxa significou a morte de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas em trinta anos [...] números são superiores aos de diversas guerras que ocorreram no mesmo período ao redor do mundo.”

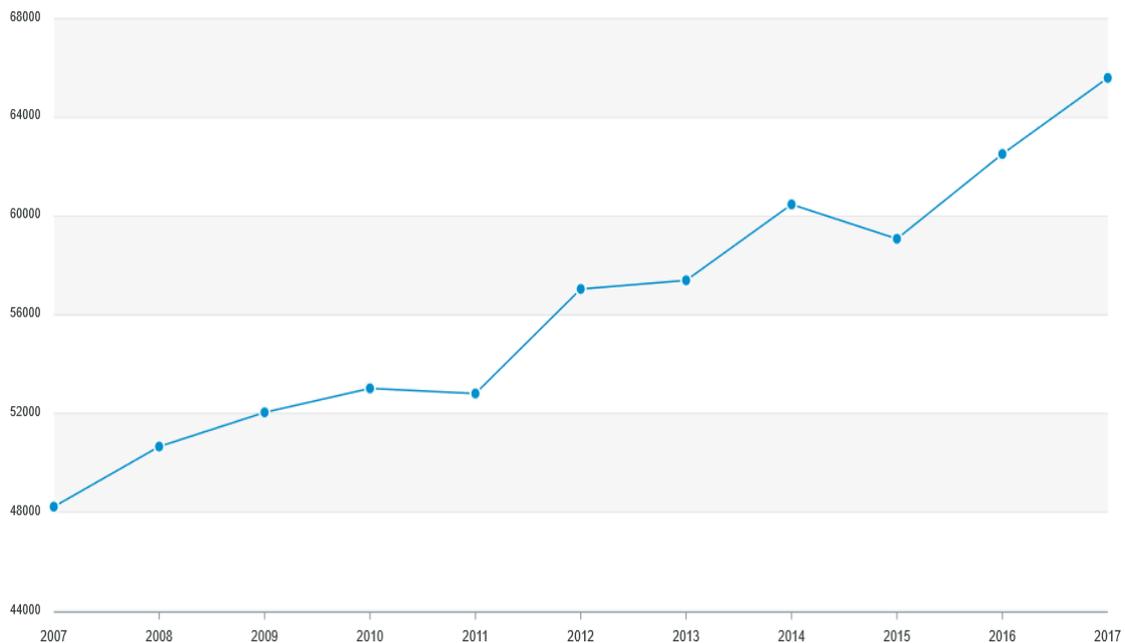
Os dados reunidos dos entes federados apontados pelo (Gráfico 1) ocultam as particularidades vivenciadas pelos estados no período analisado. O resultado verificado no tocante as ocisões no Brasil entre 2007 – 2017 é contabilizado 17 383 por homicídios no país. Neste lapso de temporal, os estados da região Nordeste seguiram a tendência



nacional de aumento no número de violência homicida. (RATTON e SILVA, 2015).

Gráfico 1 — Homicídios no Brasil (2007 – 2017).

Gráfico 1- Homicídios no Brasil (2007- 2017)

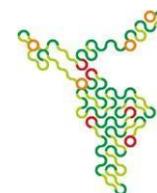


Fonte: Autor com base nos dados do Diest/Ipea

Sendo assim, (CERQUEIRA et al., 2017) afiança que “Pernambuco apontava para a direção oposta ao que vinham acontecendo nas outras 9 (nove) unidades do Nordeste brasileiro, em que as mesmas taxas cresciam de forma assustadora”. Ainda que no período observado houvesse “[...] melhora substancial dos indicadores sociais e apenas Pernambuco conseguiu reduzir a violência naquele momento. Cabe a inquirição — o que houve em Pernambuco que não ocorreu nos demais estados nordestinos? “. (CACCIAMALI e TATEI 2016).

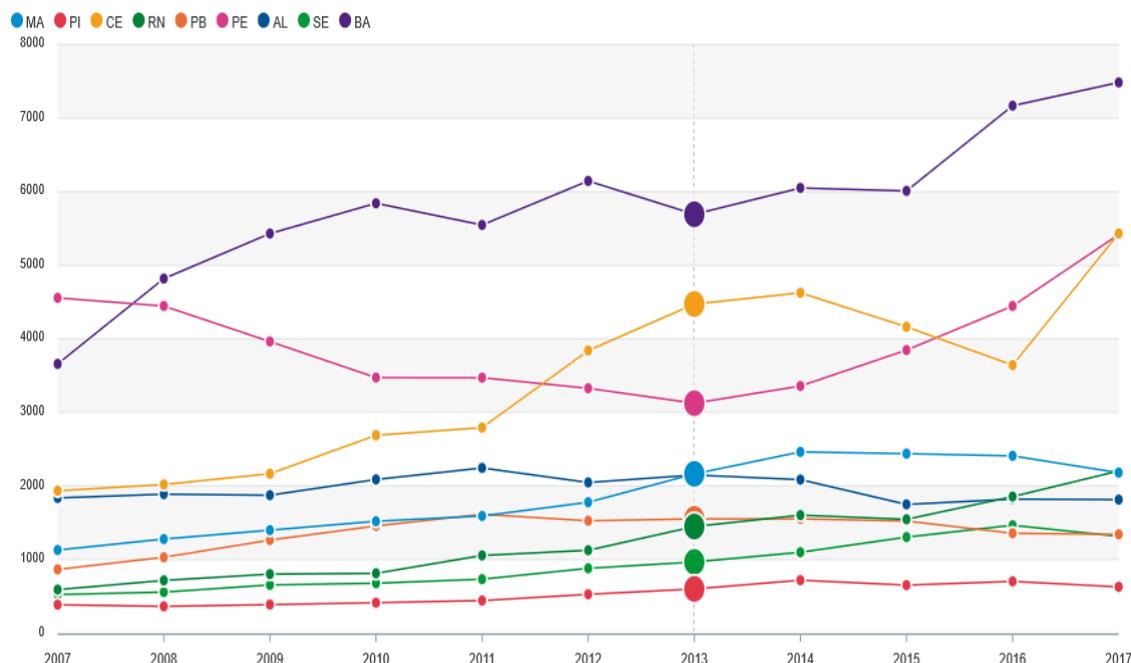
Para o período em destaque o Mapa da Violência destaca o aumento de mortes de jovens (15 – 29) anos, do sexo masculino e negros entre as principais vítimas de mortes violentas no nordeste brasileiro. Esse estudo aponta o triplo de crescimento diante da média nacional para essa década em análise.

Um dos indicativos para Pernambuco apresentar taxas contrastantes com os demais estados nordestinos (gráfico 2), reside na tese que a implantação da Política de



Segurança Pública pernambucana que alçou o estado para a condição de uma das menores taxas de morte homicida no lapso temporal investigado. (RATTON e SILVA, 2015).

Gráfico 2- Homicídios nos estados da Região Nordeste entre (2007 – 2017)



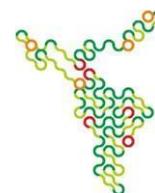
Fonte: Autor com base nos dados do Diest/Ipea

Um dos indicativos para Pernambuco apresentar taxas contrastantes com os demais estados nordestinos (gráfico 2), reside na tese que a implantação da Política de Segurança Pública pernambucana que alçou o estado para a condição de uma das menores taxas de morte homicida no lapso temporal investigado. (RATTON e SILVA, 2015).

Uma análise entre os gráficos que tratam da condição factual do Brasil (gráfico 1) entre (2007 – 2017) e para o mesmo período, os dados referentes as mortes por homicídio no estado Pernambucano (gráfico 2) é possível perceber uma tendência dessemelhante até o ano de 2013. As sinalizações para condições de operacionalizações do Programa Pacto Pela Vida ganham respaldo diante dos dados sobre a violência em análise, diante uma década de sua implantação.

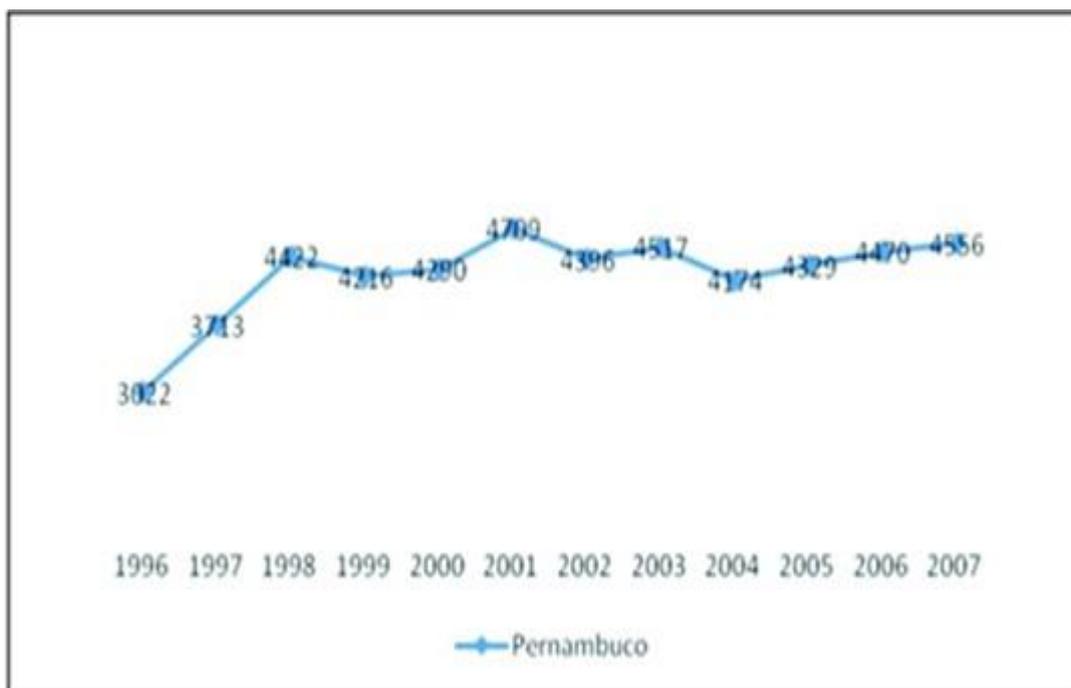
2.3 Preâmbulo sobre implementação da Política de Segurança Pública estadual- Pacto Pela Vida

Adentrando o universo pernambucano no que concerne as políticas públicas de segurança, o crescimento expressivo nas estatísticas de homicídios no estado de Pernambuco fazia desta problemática o mote político ideal para embalar as campanhas



eleitorais. As ações estatais para coibir a escalada no número de homicídios no estado se mostraram inócuas e/ou descontinuadas como atesta os resultados no (Gráfico 2).

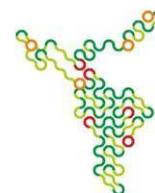
Gráfico 2 — Homicídios em números absolutos em Pernambuco (1996 – 2006)



Fonte: O autor com base dos dados DATASUS

O processo eletivo para governador do estado trouxe a temática sobre segurança pública, mais uma vez, para os palcos políticos, e o então concorrente Eduardo Campos, arregimentou como uma das suas propostas eleitorais a diminuição dos índices de violência homicida.

Eleito, o então governador reuniu uma força tarefa para conter os índices crescentes de homicídios no estado. Dentre suas ações debelatórias sobre os índices de homicídios no estado pernambucano, (MACEDO, 2012, p. 77) citar “o aperfeiçoamento das fontes de informação, para que os diagnósticos realizados fossem feitos com base em dados seguros; o aperfeiçoamento dos inquéritos policiais” e investimento em (re) qualificação dos policiais militares e da ação investigativa da polícia civil. De pronto, (RATTON; GALVÃO e FERNANDEZ, 2014, p. 12) asseveram que o Pacto pela Vida “pode ser definido como a política pública de segurança implementada pelo governo Eduardo Campos. O processo de construção do PPV teve início no primeiro



mandato do atual governador do estado, em janeiro de 2007”. Com a “finalidade reduzir a criminalidade e controlar a violência” no estado pernambucano. (RATTON; GALVÃO e FERNANDEZ, 2014, p. 13).

Esse Programa foi gestado pela perspectiva de elaboração participativa. Atores dos mais diversos segmentos sociais foram alocados nas dezesseis Câmaras Técnicas que construíram conjuntamente a anamnese da violência homicida local, assim como, a laboração das diretrizes sociais.

Após o período de discussões, foram encaminhadas as propostas cunhadas a partir das Câmaras Técnicas-CT para a convenção com integrantes da “Cúpula da Administração Pública de Pernambuco (como os secretários de Estado, comandantes da Polícia Militar e do Bombeiros, Chefe da Polícia Civil, presidente do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa, entre outros)”. (MACÊDO, 2012, p. 77). Neste último encontro, as proposições saídas das CT ganharam a formatação final.

Em maio de 2007, o propalado Plano Estadual de Segurança Pública foi lançado sob o apodo de Pacto Pela Vida. Sua meta inicial orbitava em torno da redução de 12% sobre os últimos dados que apontavam 4 472 homicídios em 2006. Entre os autores que investigam a temática em tese, não encontraram explicação direta sobre o percentual de 12% na meta. Dito de outro modo, “No projeto não aparece nenhuma explicação o porquê da meta está estabelecido neste patamar percentual”. (NÓBREGA JÚNIOR, 2010, p. 76).

Como um dos articuladores do PPV, José Luiz Ratton (2014) oferece indícios sobre a definição deste percentual ao afirmar que: É importante destacar que a legitimidade da meta também era um valor em disputa, no início de 2007. O estabelecimento da referida meta sofreu resistência tanto por setores das organizações policiais, quanto por setores da sociedade civil pernambucana. O governador sustentou essa ideia e a necessidade de se estabelecer mecanismos que possibilitassem a implementação de um modelo de gestão por resultados. (RATTON; GALVÃO e FERNANDEZ, 2014, p. 12).

Observando os dados a partir do ano de implantação do Programa Pacto pela Vida e estendendo o olhar por dez anos (2007 – 2017) é possível perceber oscilações importantes no decorrer da vigência do Programa em tela.

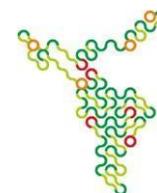
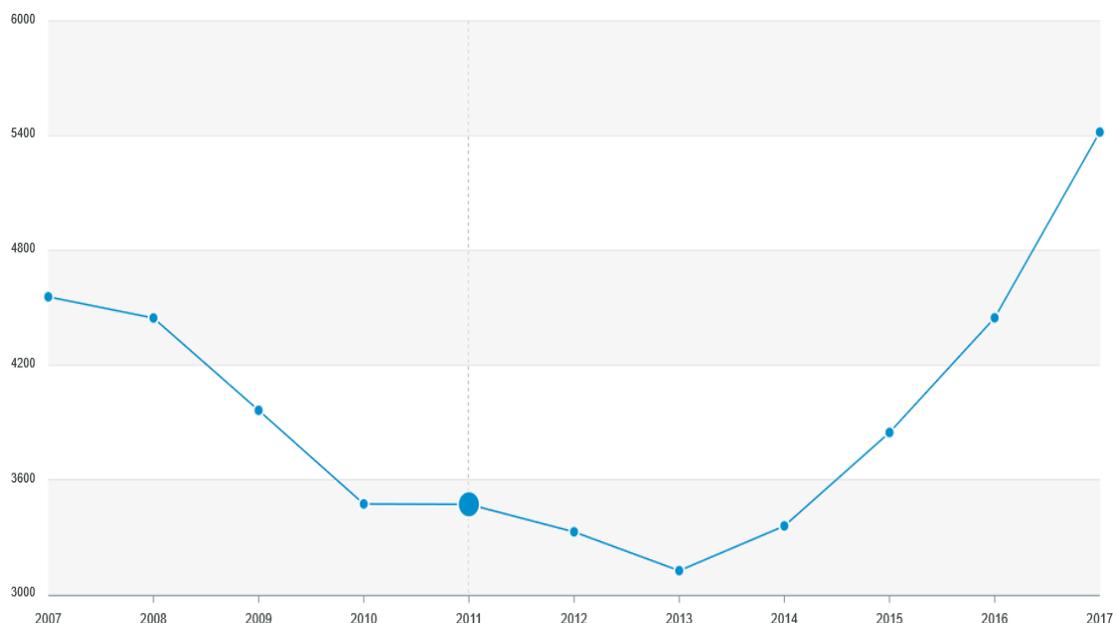


Gráfico 3 — Quantidade de Homicídios em Pernambuco entre 2007 – 2017



Fonte: Autor com base nos dados do Diest/Ipea

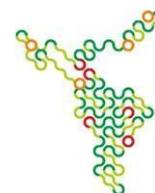
Há uma série de investigações que respondem sobre essas oscilações, visto que, para os estudos de ZAVERUCHA, (2010); NÓBREGA JÚNIOR, (2010); MACÊDO, (2012); CRUZ, (2014) é necessário divisar a referida Política de Segurança Pública pernambucana em dois momentos distintos para melhor explicar os resultados vistos no (Gráfico 3).

Em minha lente, houve dois momentos do Pacto pela Vida, um primeiro, o da administração João Lyra, e um segundo, pós-assunção de Geraldo Júlio à frente do programa. O primeiro sem rumo e sem foco, e o segundo, simples e com foco na gestão de resultados, importando, mais ou menos, o modelo paulistano (São Paulo). O primeiro Pacto tinha projetos mirabolantes como, por exemplo, a utilização de um avião de controle remoto para investir no combate ao narcotráfico na região do Polígono da Maconha. Coisas do gênero, sem exemplos comparativos de eficácia. (ZAVERUCHA, 2015, p. 252).

Arelados ao Pacto pela Vida estavam mais de 130¹ projetos plurissetoriais agregando em torno de quatro eixos que tratam da “prevenção e redução da violência envolvendo várias secretárias de governo” (MACÊDO, 2012, p. 77).

Avaliar as políticas públicas traz imbricada a complexidade própria da carência

¹ Estes projetos foram subdivididos em seis linhas de ação: a) Repressão qualificada; b) Aperfeiçoamento institucional; c) Informação e gestão do conhecimento; d) Formação e capacitação; e) Prevenção social do crime e da violência e f) Gestão democrática.



de uniformidade de dados sobre violência no Brasil. A subnotificação também se mostra como um entrave diante da necessidade de investigar as questões relativas à violência no país.

Há uma importante sinalização feita por (MACÊDO 2012, p. 77) quando trata da preocupação em retroalimentar as ações a partir dos dados do mecanismo de monitoramento que trouxeram respostas rápidas na condução do PPV, porém, a meta de 12% na diminuição dos crimes violentos letais intencionais (CVLI), se tornou um farol para balizar seu êxito. Destarte, “De modo geral, o PPV é considerado uma política exitosa – o que não implica a ausência de críticas – e uma iniciativa pioneira no estado de Pernambuco, e no Brasil, tanto pelos gestores quanto pela sociedade civil”. (RATTON; GALVÃO e FERNANDEZ, 2014, p. 12).

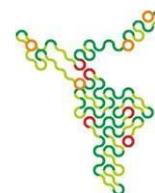
3 Método

No que concerne seus aspectos metodológicos, este trabalho se configura como uma pesquisa quantitativa-qualitativa que primou pela investigação do objeto de estudo em tela, a partir dos instrumentos técnicos, tais como, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como fontes investigativas. Merecendo o devido registro que este artigo, em sua gênese, é parte de dissertação sobre a temática em comento.

4 Resultados e discussões

O estado de Pernambuco no ano de 2006, anterior a implantação do Pacto Pela Vida, apresentou 4 472 mortes violentas, no ano seguinte, após a implantação do referido Programa houve um discreto aumento de 1,9%. Já em 2008 houve uma tendência que se mostrou constante em declínio em relação a taxas de homicídios no estado, permanecendo com essa tendência decrescente até 2013. Entre 2007 e 2013 o Atlas da Violência demonstra uma queda de 31,45% do número de mortes violentas em todo estado.

De posse dos dados do Diest/Ipea para a década em estudo, é possível estimar um arrefecimento na média anual na ordem de 9,1 nos números sobre as mortes homicidas no estado pernambucano, em comparação aos dados que compõe o controle sintético (2007 – 2011), equivalendo a uma diminuição média de 17,3% diante dos níveis destes dados para o ano de 2007. Entre (2014 – 2017) as mortes violentas no estado de Pernambuco voltaram a crescer



passando de 3 358 casos em 2017 para 5 419, em 2017.

5 Conclusões

É inconteste a validade da Política de Segurança Pública do estado de Pernambuco, porém é necessário ajuizar, também, que o animus político no percurso de aniversário de uma década da referida política foi determinante para seus resultados. A pendularidade dos números coincide com as mudanças gerenciais implementadas no ambiente governamental que indubitavelmente refletiram na dinâmica de implementação do PPV mostrando uma oscilação nos seus dados.

Bibliografia utilizada

CACCIAMALI, M.C. e TATEI, F. (2016). “Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica”, *Novos Estudos-CEBRAP*.

CERQUEIRA, D. et al. (2017). *Atlas da Violência*, IPEA; Cacciamali & Tatei, (2016); CARVALHO et ali, 2001).

FERREIRA, Vanessa Nolasco Política de Segurança Pública e Globalização: estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro. 2017.

KINGDON, J. W. *Agendas, Alternativas, e Políticas Públicas*. New York: Longman, 2003.

MACHADO DA SILVA, L. A. *Afinal, qual é a das UPPs*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. 2010. NOBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. *Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas* / José Maria Pereira da Nóbrega Júnior. – Recife: O Autor, 2010.

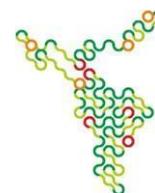
OLIVEIRA, Jocsã Carlos Leite de. *Avaliação dos resultados do Pacto pela Vida e a dinâmica dos homicídios nos municípios de Pernambuco*.

SOUZA, J. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SILVEIRA, R; RATTON, J L, MENEZES, T, e MONTEIRO, C.; *Avaliação de política pública para redução da criminalidade violenta: o caso do programa Pacto pela Vida do Estado de Pernambuco [MIMEO]*, 2013.

RATTON, J. L.; TORRES, V. & BASTOS, C., “Inquérito policial, Sistema de Justiça Criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da Governança” in: *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 26, no. 1, jan./abr., 2016.

_____, José Luiz, GALVÃO, Clarissa, FERNANDEZ, Michelle Fernandez. *O Pacto pela Vida e a Redução de Homicídios em Pernambuco. Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã*. Instituto Igarapé 2014.



_____, J. L. & SILVA, B. F (2015), Políticas Públicas de Segurança e a redução dos homicídios em Pernambuco: avaliando o Pacto pela Vida, MIMÉO.

SAPORI, L. F. Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas. São Paulo: FGV, 2018.

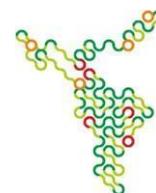
SANTIN, V. F. Controle Judicial da Segurança Pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: RT, 2015, SANTIN, 2015.

SCHEDLER, A.; A subversão criminal da democracia mexicana. *Journal of Democracy*, V. 4, n. 2. 2015.

SILVEIRA, A. M.; A Prevenção dos Homicídios: Desafio para a Segurança Pública. in BEATO, Cláudio (org.). *Compreendendo e Avaliando: Projetos de Segurança Pública*. Belo Horizonte: UFMG, p. 120-165, 2008.

_____, SILVEIRA, R.; RATTON, J. L.; MENEZES, T.; MONTEIRO, C. Avaliação de Política Pública para Redução da Violência: o Caso do Programa Pacto pela Vida do Estado de Pernambuco, 2013 Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i12a18f8b2a674b482bcc8caaf814b25e1a.docx. Acesso em: 02.06.2019.

ZAVERUCHA, Jorge. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 - no 2 - ABR./MAI/JUN. 2015, p. 252. Disponível: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fxNdF3nhLK8J:https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/download/7289/5868+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 01.abr.2019.



OS FATORES DETERMINANTES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX-XXI

Tiago Dalla Corte¹

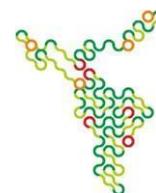
RESUMO: O presente estudo aplica os aportes teórico-conceituais da história regional para discutir o processo de internacionalização da agricultura brasileira entre os séculos XX e XXI. Para tanto, investiga os fatores determinantes para o processo de internacionalização da agricultura brasileira face ao período de transição de conjunturas ocorrido na década de 1990. É através da relevância do movimento de internacionalização da agricultura, a partir do qual o setor passou a se caracterizar como um dos mais dinâmicos da economia brasileira, que se justifica o estudo. Em sua análise, levantam-se alguns questionamentos sobre o ambiente econômico brasileiro e o impacto das suas reformas sobre o setor, bem como sobre a influência da aceleração do processo de globalização em relação ao processo de internacionalização. Procura-se, assim, identificar o elemento fundamental para a consolidação do referido processo, apresentando-se a elevação dos preços internacionais e, conseqüentemente, dos preços finais ao produtor como os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira. Dessa forma, através do método de abordagem dedutivo, busca-se investigar a internacionalização da agricultura brasileira na transição do século XX para o XXI.

Palavras-chave: Agricultura brasileira; Fatores determinantes; Internacionalização; Séculos XX e XXI.

THE DETERMINING FACTORS FOR THE INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN AGRICULTURE IN THE TRANSITION OF THE XX-XXI CENTURIES

ABSTRACT: This study apply the theoretical and conceptual contributions of regional history to discuss the internationalization process of Brazilian agriculture between the XX and XXI centuries. To this end, investigates the determinants of the internationalization process of Brazilian agriculture face the transition period that occurred in the 1990's. It is through the relevance of agriculture internationalization movement, from which the sector

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Possui MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Economista. Docente da Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administração da Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF). E-mail: dallacorte@upf.br.



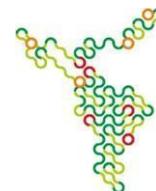
has be characterized as one of the most dynamic of the Brazilian economy, that justifies the study. In this analysis, some questions arise about the Brazilian economic environment and the impact of the reforms on the sector and, also, about the influence of the acceleration of the globalization process in relation to the internationalization process. Thus, seeks to identify the key element for the consolidation of that process, presenting the increase in international prices and, consequently, to the final producer price as the determining factors for the internationalization of Brazilian agriculture. That way, through the deductive approach method, the objective is to investigate the internationalization of Brazilian agriculture in the transition from the XX to the XXI centuries.

Keywords: Brazilian agriculture; Determining factors; Internationalization; XX and XXI centuries.

INTRODUÇÃO

Durante a aceleração do processo de globalização nos anos 1990, o cenário no qual o agronegócio encontrava-se envolto relacionava-se, cada vez mais, com a lógica do mercado. Essa era a racionalidade que conduziu a reformulação dos instrumentos de política agrícola e a redefinição do papel do Estado na agricultura (o qual era o provedor de confiança para a expansão econômica). A narrativa histórica sobre a transição da conjuntura econômica da agricultura brasileira consolidou-se com a normatização das políticas agrícolas, marcando o amplo processo de regulamentação de novos instrumentos de política agrícola (como, entre outros, a elaboração de leis e de subsídios específicos para a agricultura). Contudo, apesar da reformulação dos instrumentos de política agrícola e econômica ter criado condições para a expansão da agricultura, essa só aconteceu a partir de 1995/96 com a melhora dos preços recebidos pelo produtor brasileiro.

No início da década de 2010, os resultados e a dimensão alcançada pela agricultura apontavam-na como um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Em 2000, segundo a FAO, o Brasil ocupava o 6º lugar no *ranking* mundial de exportadores agrícolas. Já, em 2010, o Brasil alcançou a terceira posição no *ranking* mundial de exportadores agrícolas, ultrapassando Austrália, China e Canadá, ficando atrás, apenas, dos Estados Unidos e da União Europeia. No começo da década de 2010, o Brasil já ocupava a primeira posição de exportação de produtos como café, suco de laranja, açúcar e carne bovina. Ocupava, ainda, a segunda posição na exportação de importantes culturas como soja e milho. Nesse sentido, o agronegócio foi o setor com maior contribuição para o crescimento da economia brasileira nos últimos anos, representando, em 2012, aproximadamente, 22% do PIB brasileiro. Os estudos da FAO destacaram, também, que



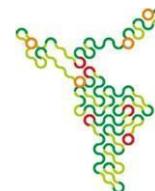
o resultado alcançado pela agricultura brasileira foi obtido com a manutenção de 69,4% da vegetação nativa brasileira, contra, apenas, 0,3% da manutenção da vegetação nativa europeia (FAO, 2012).

Perante essa reflexão e confrontação de informações é que sobressai a pergunta que passa a ser investigada pelo presente estudo: Quais foram/são os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira? De acordo com o embasamento teórico que será apresentado, a resposta para essa questão é fundamental para que se compreenda os pontos de ruptura em sua conjuntura a partir dos quais a produção agrícola brasileira começou a ganhar destaque em relação à produção mundial, assumindo, assim, notoriedade.

É diante da relevância do movimento de internacionalização da agricultura, a partir do qual o setor passou a caracterizar-se como um dos mais importantes da economia brasileira, que sejustifica o presente estudo. Assim, tem-se como objetivo geral elaborar uma reflexão sobre o processo de internacionalização da agricultura brasileira. Para tanto, através do método de abordagem dedutivo e do aporte teórico da História Regional (a qual permite a confrontação de fontes e a comparação entre o regional e o global), procurou-se identificar e classificar os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira.

Convém mencionar que o estudo realizado perpassou pela investigação de diversas temáticas, em início, pela abordagem da conjuntura da agricultura brasileira no pós-guerra e a interiorização do Brasil, em sequência, pelo estudo da transição de conjunturas, seguido pelo estudo da ocidentalização da dieta alimentar e, por fim, pela relação das partes com o todo. Ressalta-se que os enfoques apresentados foram considerados como condicionantes, ainda que não diretos, para a exploração do objetivo geral deste trabalho.

Dentro desse contexto, procurou-se desenvolver a discussão em torno do diálogo de fontes históricas previamente definidas, com destaque para a Revista de Política Agrícola (RPA), periódico que emergiu no período de transição de conjunturas no começo da década de 1990. O periódico RPA discute temas relacionados à política e à agricultura, sendo a sua publicação de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



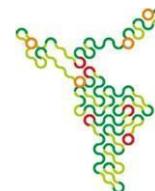
(Mapa). Na elaboração e na avaliação do conteúdo da RPA, o Mapa conta com a colaboração de um corpo técnico atuante nas principais agências de pesquisa e companhias relacionadas à agricultura no país, como EMBRAPA, CONAB etc. É importante salientar que algumas Cartas de Política Agrícola foram assinadas pelos próprios ministros de Estado em exercício. As fontes históricas, de acordo com a metodologia, foram trabalhadas como não excludentes ou antinômicas, mas como complementares, optando-se pela soja como cultura de referência para este trabalho.

A AGRICULTURA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA E A TRANSIÇÃO DE CONJUNTURA ECONÔMICA NA AGRICULTURA ENTRE 1990 E 1994

Foi no período do pós-guerra até a estruturação da nova ordem internacional (política, econômica e comercial), no final da década de 1980, que se presenciou o desenrolar de vários fatores que precisam ser mencionados para a reconstrução do processo de internacionalização da agricultura brasileira.¹ O primeiro fator relaciona-se à instauração de políticas que favoreceriam a internacionalização da agricultura brasileira, a qual ocorreu quando a inflação começou a fugir de controle e quando a capacidade de importação atingiu níveis críticos (após a empolgação desenvolvimentista do período 1955/60). A rigidez estrutural da oferta agrícola foi apontada como a principal causa da elevação dos preços e, ainda, a agricultura começou a surgir como um grande potencial para alavancar e diversificar as exportações brasileiras.

Nessa senda, a construção da oferta agrícola passou por um ambicioso programa de modernização. Ele teve início em 1965, com a Lei 4.829, de 5/11/65, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e com o Decreto-Lei 57.391, de 7/12/65, que reformulou a Política de Garantia de Preços Mínimos, e continuou nos anos posteriores com a ampliação dos estímulos à pesquisa agropecuária, por meio da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o incentivo à extensão rural, por meio da criação da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) no início da década de setenta, e com a implementação de vários programas independentes, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), em cooperação com o governo do Japão, e de programas regionais como o POLOCENTRO.

Entre os pontos destacados acima, deve-se discutir a importância da criação da EMBRAPA. Com a manutenção dos recursos pelo governo federal, a



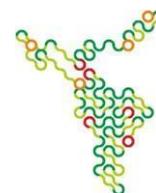
EMBRAPA logo se tornou um dos mais importantes sistemas de pesquisas dos países em desenvolvimento. A empresa apresentava elevados investimentos no treinamento de seus pesquisadores, por meio de graduação no exterior, garantindo-lhes todo o apoio operacional necessário. Como resultado dessa política, Schuh (1997, p. 18) relata que o sistema começou a gerar um fluxo contínuo de novas tecnologias para produção e, como no Brasil já no início da década de 70.

Ainda, durante esse período, o governo investiu no desenvolvimento de programas de graduação em Ciências Agrárias. O objetivo estava centrado na capacitação de novos pesquisadores para o crescente mercado agrícola. Contudo, é importante relatar que, com o agravamento da crise fiscal brasileira, na década de 1980, os responsáveis pela política reduziram o apoio aos programas de graduação e à EMBRAPA. Como consequência, ambos os sistemas passaram por um sério declínio, provocando a saída de técnicos especializados do Brasil, que foram em busca de empregos, tanto em organismos internacionais como na iniciativa privada.

O segundo fator envolve a política brasileira de crédito agrícola. Tradicionalmente, a resposta dos encarregados da política para as crises na agricultura era a de fornecer crédito subsidiado para o setor. Barros (1991) afirma que, desse modo, o setor agrícola tratou de se beneficiar dessa política ao longo dos anos, aumentando a utilização do crédito subsidiado na década de 1970 e levando ao extremo essa política durante a crise dos anos 1980. Os relatos demonstram que as taxas de juros reais para o crédito agrícola chegaram a se situar entre 40% e 50% negativos. O volume de crédito agrícola era tão elevado que contribuiu para a eventual perda de controle da política monetária por parte do governo.

Assim, convém informar, conforme dados do Banco Central do Brasil e do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, que o período de 1975 e 1982 apresentou a maior sequência de duração (um total de oito anos) de disponibilização de crédito agrícola pelo país. Nessa época, o volume anual disponibilizado de crédito agrícola encontrava-se acima de 80 bilhões de reais (ano base 2010).

Segundo Schuh (1997, p. 19), esse crédito subsidiado compensou alguns dos recursos que foram subtraídos do setor pelas políticas comercial e cambial. Entretanto, a distribuição dos benefícios delas era bem diferente da política de distribuição dos impostos. Os relatos demonstram que esse crédito subsidiado aumentou o valor da terra.



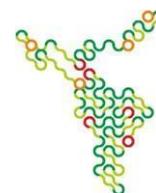
Ainda, os grandes proprietários consagraram-se como os agraciados pela elevação dos volumes de crédito agrícola – em contrapartida dos pequenos proprietários. Além de exacerbar a distribuição muito distorcida da renda do setor, essa política também deu condições para que os grandes agricultores comprassem as terras de produtores menores.

Coelho (2001, p. 03) afirma que, no Brasil, o crédito rural oficial compõe a espinha dorsal do sistema de financiamento da agricultura. Já, os instrumentos de suporte à comercialização e à transferência de risco dependem pesadamente do apoio do Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que o volume de crédito agrícola, com destaque para os elevados volumes da década de 1970, foi o principal mecanismo de incentivo da abertura de novas áreas para cultivo e para a elevação da produção.

O terceiro fator relevante refere-se às consequências da crise econômica da década de 1980. Ela teve efeitos salutares sobre a política econômica, já que teve que ser mais justa com a agricultura. Nesse período, a dívida externa precisou ser respeitada e houve a necessidade de atração de capital externo para a economia. Assim, como resultado, a proteção teve que ser reduzida, a taxa cambial ajustada, os impostos sobre a exportação reduzidos e as exportações estimuladas. A maior parte dessas reformas políticas beneficiaram a agricultura (COELHO, 1992).

Com base na fonte da Revista de Política Agrícola e nos relatos dos autores discutidos sobre a caracterização da conjuntura da agricultura brasileira no pós-guerra e na interiorização do Brasil, é possível evidenciar que o grande agente por trás de toda essa evolução ocorrida é o próprio governo brasileiro. As grandes contribuições dele estão na disponibilização de recursos para produção via crédito agrícola subsidiado e no fomento à pesquisa. Essa expansão via governo está dentro de uma conjuntura econômica para a agricultura diferente da que se observa a partir da internacionalização, na qual um dos grandes fatores característicos é a redução do papel do Estado na agricultura.

Os anos de 1990 começaram com novas perspectivas que foram estruturadas pensando no melhor desempenho da agricultura no médio prazo. O período ficou marcado no Brasil pela abertura ao comércio. Ainda, foi possível evidenciar que essas mudanças exigiram um grande esforço da agricultura brasileira no sentido de absorver novas tecnologias e na busca de mecanismos de mercados nos quais o aspecto central deveria ser a liberdade comercial e de preços (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

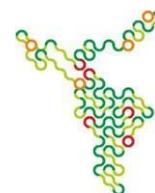


Assim, o início da década de 1990 marcou de forma auspiciosa os campos legal e institucional da agricultura brasileira. Nesse período, começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola com o objetivo de praticar um novo padrão de crescimento no setor. Este enfoque inédito assumiu importância maior no cenário da agricultura brasileira no momento em que mecanismos oficiais de subsídios ao setor estavam esgotados. A ação do Estado voltou-se, então, para o estabelecimento de um entorno macroeconômico e legal propício às atividades agropecuárias e ao fornecimento de serviços cujas externalidades eram elevadas, como obras de infraestrutura física e a oferta tecnológica. Logo, esse padrão baseava-se, fundamentalmente, em mais estímulos de mercado e em menos ações diretas de governo. Logo, a política agrícola zelava para que o setor não fosse tratado discriminatoriamente pela política macroeconômica, defendendo os princípios de mercado e apoiando o setor em negociações e na abertura de mercados externos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

A expectativa no começo dos anos 1990 era de que a modernização da comercialização agrícola, em conjunto com as necessárias reformas estruturais, garantiria à agricultura brasileira uma transição com o mínimo de trauma de uma economia fechada para uma maior inserção no mercado mundial. É possível observar também que a volta do Brasil ao sistema financeiro internacional viabilizou novas fontes de investimentos produtivos para a agricultura e agroindústria. A partir de então, os objetivos da política governamental estariam direcionados para a consolidação do crescimento da agricultura, aumento da produtividade e maior liberdade de mercado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

O ano de 1991 pode ser definido como o marco inicial da nova conjuntura econômica para o setor. Esse período foi delimitado com base nas sanções do Presidente Fernando Collor às denominadas Leis Agrícolas. Essas leis estabeleceram as diretrizes básicas para a ação de Governo no setor. Os desafios enfrentados concentravam-se na estabilização da economia brasileira. O objetivo, assim, era criar um ambiente que permitiria o planejamento das atividades de médio e de longo prazo que favoreceriam o desenvolvimento do setor (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

Nesse contexto, ressalta-se que o discurso do período relacionava-se à mudança no papel do Estado no setor. Este deixaria de exercer uma função de protagonista no setor agrícola para desempenhar um papel de regulador, sendo responsável pela condução das políticas sociais. É sob essa perspectiva que se passa a buscar a abertura comercial e o acesso a novos mercados para a agricultura brasileira. Diante do exposto, estava



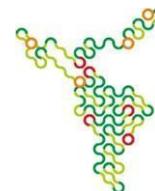
formatada e normatizada a nova conjuntura econômica que desenvolveria o potencial da agricultura brasileira e o conduziria rumo a sua internacionalização.

AIINTERNACIONALIZAÇÃO DAAGRICULTURA BRASILEIRA: O IMPACTO DA NOVA CONJUNTURA

Conforme os artigos de política agrícola, até esse período, as várias tentativas para integrar a economia brasileira no comércio mundial ou mesmo em blocos regionais tinham falhado em virtude da pressão direta dos beneficiários do protecionismo aliados a grupos nacionalistas. Além disso, até então, ignorava-se o princípio econômico elementar de que para aumentar as exportações é necessário também aumentar as importações e que o importante para o Brasil era o incremento do comércio exterior e não apenas um de seus componentes. O viés anti-importador do modelo em prática gerou a menor relação exportação/PIB do país entre as economias mais importantes do mundo à época. O Brasil foi o único país cuja posição no *ranking* dos exportadores não refletia a posição do *ranking* das maiores economias.

Assim, as discussões dos artigos de política agrícola voltaram-se, novamente, para o crédito rural, sendo que o modelo implantado no Brasil, a partir de 1965, apresentou como uma de suas principais características a convivência de situações de exagerado paternalismo e de exacerbado rigor. Com relação ao exagerado paternalismo, podem ser citadas as regras e as condições altamente favoráveis em termos de juros e de volume de recursos colocados à disposição dos produtores no decorrer das décadas de setenta e de oitenta e, ainda, alguns perdões de dívidas aprovados na esteira de alguns planos de estabilização postos em prática na segunda metade dos anos 1980.

É importante destacar que o crédito rural patrocinado pelo Estado permanecia sendo mundialmente um forte instrumento de estímulo e de apoio à atividade agrícola como fonte de capital e como um fator de equilíbrio na definição dos custos do financiamento. Todavia, existiram períodos nos quais a produção agrícola elevou-se de maneira considerável, sendo neles o crédito agrícola público restrito. Assim, é importante ressaltar Maia e Lima (2001, p. 836-838), que afirmam que a ocorrência de safras recordes em 1987, 1988 e 1989 no Brasil – período no qual o crédito rural encontrava-se em patamares reduzidos – indicou que a agricultura brasileira estava relativamente imune à



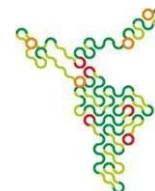
crise econômica da década de 1980.

Convém também ressaltar que há relação da abertura anual de áreas para cultivo no Centro- Oeste brasileiro com a venda de máquinas agrícolas a partir da elevação internacional dos preços da soja em 1996. Foi a forte abertura de áreas que acabou por consolidar o movimento de ocupação do território nacional. A aspiração de ocupação territorial no Brasil tem uma história longa cuja maior expressão ocorreu durante o regime militar. Nesse sentido, embora o processo de ocupação apresente muitos símbolos como a construção de Brasília, a construção da estrada Transamazônica e a política de crescimento populacional, a abertura do cerrado para a produção de soja é outra fase desse movimento. Uma variedade de políticas governamentais brasileiras e de programas específicos esforçaram-se em fomentar a produção de soja nos cerrados, o que consolidou a soja como o grande motor do crescimento demográfico e econômico dos cerrados.

Ainda, é possível afirmar que o processo de internacionalização da agricultura apresentou como fator determinante para sua consolidação a importação de soja chinesa. Entende-se que esse movimento acelerou os preços internacionais da soja, o que provocou aumento na abertura de áreas agricultáveis e na demanda de tecnologia e de bens de capital através do consumo de máquinas agrícolas. Dessa maneira, de acordo com os fundamentos apresentados, consolidou-se a relação de que a agricultura responde a preços. O processo de internacionalização da agricultura deu-se por meio da melhora dos preços para o agricultor, que foram responsáveis por acelerar o processo de interiorização brasileiro, por auxiliar o movimento de ocupação do território brasileiro e por reanimar a indústria de bens de capital para o setor primário.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, constatou-se que os determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira estão relacionados com os preços recebidos pelo produtor, que, no caso da cultura de soja, são derivados principalmente dos preços internacionais da soja e da taxa de câmbio brasileira. Os preços internacionais da cultura de soja são estabelecidos pela oferta e demanda do produto, enquanto a taxa de câmbio, a partir de 1999, estabelecida com flutuante, é formada a partir da oferta e da demanda de moeda estrangeira. Ainda, esses elementos iniciam seus movimentos de convergência que



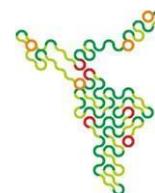
resultam na elevação do preço recebido pelo produtor brasileiro a partir de 1995/96 e alcançam

seu momento de maior relação em janeiro de 1999, com a liberação da taxa de câmbio brasileira. Nesse momento, a taxa de câmbio passou por uma considerável desvalorização, o que elevou os preços da soja para o produtor brasileiro.

É a combinação desses dois fatores necessários que se apresentam como determinantes para a efetivação do processo de internacionalização da agricultura brasileira. Todavia, embora apresente-se a elevação dos preços internacionais e a desvalorização do câmbio e, conseqüentemente, dos preços finais ao produtor como fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira, convém referir que o resultado afirmativo para o crescimento e a sustentação da produção de soja no Brasil foi, também, uma resposta aos preços reagentes devido às consideráveis mudanças da demanda mundial por produtos derivados da soja. Isso, por sua vez, não representa uma simplificação da cadeia de eventos.

Ainda, nesse contexto, deve-se destacar a velocidade de resposta oferecida pelos produtores brasileiros frente ao aumento de preços e de renda. A resposta rápida da agricultura brasileira, em termos de ampliação de área para cultivo e de elevação da produção e produtividade, relacionou-se aos incentivos, à estrutura e às políticas agrícolas. Esses incentivos caracterizaram-se como elementos necessários ao processo de internacionalização. Entretanto, eles não foram suficientes para iniciá-lo. Importa mencionar que essa constatação cristalizou-se com a observação de que a região com maior abertura de área de cultivo foi a região centro-oeste (cerrado). Sem a criação de um pacote tecnológico para a produção nos cerrados, a abertura de áreas na região não aconteceria com a mesma velocidade. Contudo, sem a demanda chinesa, responsável por elevar os preços internacionais, não haveria motivação para a ampliação da produção nos cerrados. Logo, a criação de pacotes tecnológicos são entendidos como elementos necessários para o processo de internacionalização, porém não suficientes sem a entrada chinesa no mercado internacional (o que ocorreu entre 1995/96) e seus impactos sobre a renda e os preços recebidos pelo produtor brasileiro.

Diante do exposto, demonstrou-se o impacto da transição de conjunturas sobre o papel do Estado brasileiro na economia e na agricultura, o qual passou a sua função



para o setor privado e o livre mercado. Dessa maneira, é possível concluir que a década de 1990 consolida um nova relação do Estado brasileiro com a agricultura. Aqui se encerra esta pesquisa, mas não se esgota o tema e nem a história do processo em questão. As permanências dos segmentos ligados à conjuntura anterior estão conflitando com o modelo atual. Embora o Estado tenha se afastado da agricultura, alguns segmentos

ainda ficaram sob sua tutela, permanecendo dentro da conjuntura anterior à internacionalização da agricultura.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. R. de A.; CONTINI, E. **Progresso tecnológico e desenvolvimento da agricultura brasileira**. In: YEGANIAN TZ, L. Pesquisa agropecuária, questionamentos, consolidação e perspectivas. Brasília, DF: EMBRAPA-DPU, 1988.

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2019.

BARROS, G.S.C.; ARAÚJO, P.F.C. **Oferta e demanda de crédito rural no Brasil: algumas evidências empíricas sobre seus determinantes**. Piracicaba. CEPEA. 1991

BARROS, G.S.C; FURTUOSO, M.C.; GUILHOT0, J .J.M. **O agronegócio na economia brasileira. 1994 a 1999**. Piracicaba: Esalq/Cepea. Brasília, 2001.

COELHO, Carlos Nayro. **70 anos de Política Agrícola (1931-2001)**. Edição Especial - Revista de Política Agrícola. Brasília, DF, 2001.

COELHO, Carlos Nayro (Ed.). Agricultura e Políticas Macroeconômicas de Combate à Inflação. **Revista de Política Agrícola**, Brasília-DF, v. 1, n. 1, p.14-15, 15 jan. 1992. Trimestral.

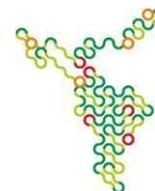
FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAOSTAT**, 2012. Disponível em:<<http://www.fao.org>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

IBGE. São Paulo: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

IPEA. São Paulo: **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeia.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

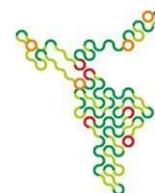
MAIA, Sinézio Fernandes; LIMA, Ricardo Chaves De. **Abertura econômica Brasileira e Seu Impacto Sobre as Exportações Agrícolas: Abordagem de Mundell-Fleming Usando Auto- regressão Vetorial**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, n. 32, p.822-841, nov. 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). **Carta**



da agricultura. Revista de Política Agrícola, Brasília-df, ano 1, n. 1, abr. 1992. Bimestral.

SCHUH, Edward. **A Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Econômico.** Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, v. 6, n. 2, p.15-21, 01 abr. 1997. Bimestral.



EDUCAÇÃO PARA O INDUSTRIALISMO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTISMO¹

Adnilson José da Silva²

Resumo: A formação escolar profissionalizante brasileira foi marcada pela ideologia industrialista. No contexto do desenvolvimentismo brasileiro a educação para o trabalho caracterizou-se pela submissão das políticas educacionais governamentais à direção de setores privados da sociedade civil expressas em conteúdos disseminados por intelectuais estrangeiros orgânicos ao capitalismo, entre os quais destacam-se neste estudo Walt Whitman Rostow, Frederick Harbison, Charles Myers e Theodore Schultz. As obras desses intelectuais tiveram grande aceitação no Brasil refletindo o perfil do trabalhador demandado pelo industrialismo. A análise crítica de importante bloco histórico situado entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil, realizada com recurso a categorias fornecidas pelas teorizações de Antonio Gramsci, proporciona a identificação de prejuízos causados pela formação escolar profissionalizante à classe operária brasileira. Conclui-se que a vitória da ideologia industrialista sobre o agrarismo não logrou salvaguardar a classe trabalhadora da penúria, traindo a promessa de modernização e desenvolvimento pelo industrialismo.

Palavras-chave: educação; industrialismo; desenvolvimentismo

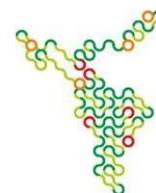
EDUCATION FOR THE INDUSTRIALISM: A GRAMSCIAN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN NATIONAL POLITICS AT THE CONTEXTO OF DEVELOPMENTALISM

Abstract: The Brazilian vocational school formation was defined by the industrialist ideology. At the context of Brazilian developmentalism, the education for work was characterized by the submission of government's educational policies under the direction of private sectors of civil society expressed in subjects disseminated by foreign intellectuals tied to capitalism. Among which stand out in this study Walt Whitman Rostow, Frederick Harbison, Charles Myers and Theodore Schultz. The works of these intellectuals had great acceptance in Brazil reflecting the profile of the worker demanded by industrialism. The critical analysis of the period between the decades of 1940 and 1970 in Brazil, bound to Gramscian categories, provides the identification of injuries caused by the education for work to the Brazilian working class. It is concluded that the victory of the industrialist ideology over agrarianism failed to safeguard the working class from penury, betraying the promise of modernization and development by industrialism.

Key words: education; industrialism; developmentalism

¹Estudo desenvolvido em projeto de pesquisa credenciado junto à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO.

²Pedagogo. Doutor em Educação. Professor adjunto do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO. Guarapuava, PR, Brasil.



Historicamente atribui-se ao Brasil destacada importância no contexto latino-americano e, em especial, no âmbito da América do Sul. Tal relevância está vinculada, entre outros motivos, desde seu pertencimento a Portugal na condição de colônia, à sua posição geográfica (com múltiplas fronteiras internacionais e enorme abertura para o Oceano Atlântico), por sua extensão de proporções continentais (que lhe vale abundantes e diversificadas fontes de recursos naturais e grande mercado consumidor). O Brasil alinhou-se formalmente aos Estados Unidos da América (EUA) desde o início da sua trajetória republicana atraído pelas sucessivas doutrinas imperialistas estadunidenses, a começar pela que ficou conhecida como *big stick*.¹ A segunda metade do século XX foi marcada pela hegemonia ideológica do industrialismo com direcionamento das ações governamentais segundo as perspectivas do capitalismo estrangeiro, dentre as quais a de adaptar as políticas educacionais ao propósito de formar trabalhadores com perfis requeridos pelo desenvolvimentismo.

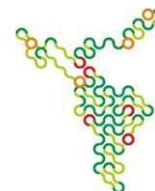
O presente estudo enfoca, nas relações entre educação e trabalho nas décadas de 1940 a 1970, aspectos basilares do modelo antropológico eleito pelo desenvolvimentismo e expressos na legislação educacional e levanta matrizes teóricas que deram suporte à perspectiva pedagógica do industrialismo. Para compreensão e análise desse movimento histórico recorre-se a categorias presentes na produção do filósofo italiano Antonio Gramsci.

Desenvolvimentismo e industrialismo são orgânicos uma vez que preponderou no século XX o entendimento de que o desenvolvimento dos países dependia do avanço quantitativo e qualitativo da industrialização. Nos limites do chamado mundo livre dirigido pelos EUA o desenvolvimento e a industrialização foram pautados pela ideologia capitalista.

O industrialismo se constituiu como a doutrina da superioridade econômica do modo de produção industrial de larga escala e comportou forte caráter político. Os agentes privados do industrialismo influenciaram a sociedade política e lograram estabelecer o desenvolvimentismo como vetor oficial para as políticas educacionais.

Na teorização política de Gramsci a categoria bloco histórico compreende a organicidade entre estrutura e superestrutura. Dessa maneira, no âmbito de determinado bloco histórico “[...] as forças materiais [estrutura] são o conteúdo e as ideologias [superestrutura] são a forma [...], já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias

¹Em 1902 o ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, afirmou que o Brasil devia aprovar a reivindicação de Theodore Roosevelt de um poder de polícia para os EUA contra países que se mostrassem incompetentes e fizessem mau uso de sua independência. (BANDEIRA, 2007, p. 247 – 248)



individuais sem as forças materiais”. (GRAMSCI, 2014, p. 238) À luz dessa categorização o presente trabalho identifica como estrutura a materialização capitalista no contexto do desenvolvimentismo e como superestrutura a ideologia industrialista. Nas décadas de 1940 a 1970 a ofensiva capitalista buscou manter sua hegemonia criando um consenso lastreado no desenvolvimento econômico e na modernização do trabalho como valores a serem assumidos pela classe operária brasileira. A partir da década de 1960 valeu-se de intelectuais orgânicos² que disseminaram sob patrocínio estrangeiro³ a retórica industrialista com argumentos pela submissão da educação à estrutura econômica. Esses intelectuais representam setores privados da sociedade civil que influenciam a sociedade política para legitimar os seus interesses e projetos por meio de legislações e de ações governamentais. Nessa dinâmica, segundo Anita Schlesener (2007), instituições da sociedade civil elaboram e divulgam ideologias que possibilitam a formação do consenso que sustenta as relações de poder enquanto o Estado se amplia e atualiza assumindo novas funções conforme a estrutura do capitalismo se desenvolve. (SCHLESENER, 2007, p. 28 - 30)

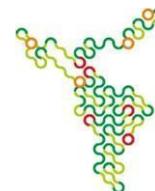
Gramsci sintetiza o tipo humano próprio do industrialismo que, em oposição ao modo de vida camponês, se ocupa de uma produção intensa e metódica, “[...] ordenada, precisa, disciplinada segundo o ritmo das grandes máquinas, de uma exata e refinada exata divisão do trabalho, divisão que é a maior máquina da produção industrial”. (GRAMSCI, 2004, p. 324) Todavia, a disciplinarização industrialista não impediria o desenvolvimento da consciência dos operários, uma vez que cada trabalhador

[...] durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 2014, p. 272, com destaques do original)

Há algum otimismo de Gramsci em que a experiência da precariedade material imposta pelo modo econômico capitalista proporcionaria o desenvolvimento da consciência proletária com atenção para as desigualdades de classe. Contrariamente, os intelectuais do industrialismo conceberam as

² Segundo Gramsci, “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]”. (GRAMSCI, 1995, p. 03)

³ O patrocínio foi dado pela Fundação Ford.



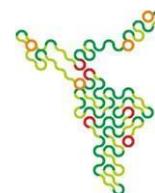
relações entre exercício do trabalho e formação do pensamento a partir da sua perspectiva reacionária com argumentos pretensamente técnicos e neutros.

Um dos teóricos do industrialismo com maior influência nos meios acadêmicos e empresariais e forte presença em processos formativos da mentalidade desenvolvimentista foi o economista estadunidense Walt Whitman Rostow. Basicamente, para Rostow (1974) o desenvolvimentismo demandaria quatro funções básicas a serem desempenhadas por agentes com diferentes graus de instrução: cientistas dedicados à sofisticação da indústria; administradores da produção, do consumo e das finanças; trabalhadores concordados e disciplinados; e ricos investidores. (ROSTOW, 1974, p. 35) Especificamente aos trabalhadores caberia

[...] aceitar o aprendizado – e seguir o funcionamento – de um sistema econômico cujos métodos são sujeitos a mudanças regulares e que também cerceia cada vez mais o indivíduo por via de organizações vastas e disciplinadas, atribuindo-lhe tarefas limitadas, especializadas, monótonas. (ROSTOW, 1974, p. 35)

Está expresso nessa afirmação o cerne do taylorismo/fordismo sobre o comportamento dos trabalhadores no processo produtivo. Rostow (1965) qualifica o desenvolvimentismo como ação governamental de “[...] financiar os projetos sociais fundamentais – no transporte, energia elétrica e outros setores – de que depende o desenvolvimento” incluindo como obrigação do estado “[...] organizar e financiar o sistema educacional e modelá-lo segundo as necessidades do país.” (ROSTOW, 1965, p. 109) Finalmente, atribui aos EUA o poder de determinar e que “[...] os recursos de todo o mundo livre influam na ajuda a longo prazo para o desenvolvimento daquelas nações que se empenham seriamente na modernização da sua economia e de sua vida social”. (ROSTOW, 1965, p. 148)

Confluem ideologicamente outros autores estadunidenses contemporâneos de Rostow cujas obras também tiveram grande circulação no Brasil, como Theodore Schultz, Frederick Harbison e Charles Mayers. Advogando pelo industrialismo, estes autores também mencionam o papel da educação para o desenvolvimentismo. Schultz (1964) assevera que a instrução escolar deve ser considerada como um componente da produção a ser providenciado pelo estado, ao qual cabe a responsabilidade de manter escolas como “[...] empresas especializadas em ‘produzir’ instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria”. (SCHULTZ, 1964, p. 19, com destaque do original)



Os economistas Harbison e Myers, juntamente com Kerr e Dunlop, atribuem à educação a função de gerar um consenso “essencial ao funcionamento da sociedade industrial” e resultante de um empreendimento educacional que relaciona “[...] grupos e indivíduos entre si e proporciona um corpo comum e integrado de ideias, crenças e julgamentos de valor”. (KERR, HARBISON, DUNLOP e MYERS, 1963, p. 57) Sobre essa base ideológica as escolas atuaram para a “[...] acumulação de capital humano e seu investimento profícuo no desenvolvimento de uma economia”. (HARBISON e MYERS, 1965, p. 14) Os intelectuais do industrialismo pertenceram aos meios acadêmicos e desempenharam funções estratégicas no governo estadunidense, o que os credenciou para serem arautos do capitalismo em todo o raio de influência dos EUA. Cabe verificar como a ideologia que promoveram se materializou como fundamento para a educação profissionalizante brasileira.

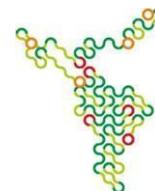
Nas décadas de 1940 e de 1960 a formação escolar para o trabalho foi regida por um conjunto de leis instituídas por meio de decretos⁴ no contexto da Reforma Capanema⁵. Trata-se das Leis Orgânicas do Ensino Comercial, do Ensino Industrial, do Ensino Agrícola e do Ensino Normal. Tais leis, criadas sob a Constituição de 1937, não foram alteradas nem mesmo pela Constituição de 1946. O tema da formação escolar profissionalizante foi tratado novamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024 de 1961.

A educação nacional pautada pela Constituição de 1937 consagrou a dualidade na formação escolar dos trabalhadores, a qual naturalmente foi impressa nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola. Pelas condições materiais de cada classe o ensino secundário proporcionador do acesso a carreiras de nível superior ficou restrito às elites enquanto a formação profissionalizante foi oferecida aos pobres. O Art. 129 da Constituição de 1937 explicita que

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpra-se dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937)

⁴ São os decretos: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola; e Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal. A Reforma Capanema incluiu ainda, com a finalidade de ofertar formação para o trabalho, o Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), e o Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

⁵ Essa reforma leva o nome do ministro da Educação e da Saúde Pública que a liderou, Gustavo Capanema.



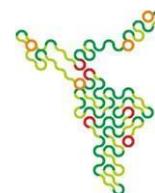
As leis orgânicas do ensino técnico-profissionalizante reuniram o culto cívico, a orientação educacional com pautas morais e encaminhamento para o trabalho, a militarização da formação escolar masculina, a valorização de prendas domésticas para o alunado feminino e a educação religiosa (embora não obrigatória). Os primeiros profissionais formados sob tais leis foram empregados na década de 1950 em um contexto taylorista/fordista e justamente quando se materializava no Brasil a “[...] superexploração do trabalho, dada pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclos expansionistas) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado”. (ANTUNES, 2002, p. 236)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024/61, preservou os fundamentos e a estrutura das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola, inclusive a possibilidade de ingerência do setor privado na educação profissionalizante pública, conforme se lê no Art. 108 da referida lei: “O poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico”. (BRASIL, 1961) Confirmou-se assim a direção dada pelos organismos privados hegemônicos à política educacional oficial, favorecendo a influência dos intelectuais orgânicos do industrialismo na formação escolar profissionalizante.

A Constituição de 1967 demonstrou mais uma vez que a sociedade política dispunha do estado em favor dos segmentos abastados da sociedade civil ao estabelecer em seu Art. 170 que “As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter [...] o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes”. E ainda, que “As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores”. (BRASIL, 1967)

Foi sob a Constituição de 1967 que a Lei n. 5.692 foi promulgada em 1971. O quadro político era marcado pela ditadura civil-militar que se impusera em 1964 e o contexto econômico se caracterizava pelo chamado milagre econômico transcorrido de 1969 a 1973. Sustentado em grande parte por ações desenvolvimentistas bancadas pelo governo brasileiro como construções e incrementos nas áreas de transportes (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), energia e comunicações, o milagre econômico demandou mão de obra para as diversas áreas da economia privada e do setor público⁶.

A Lei n. 5.692/71 se caracterizou pela profissionalização compulsória⁷ nos moldes do taylorismo/fordismo, pela supressão de disciplinas e conteúdos que pudessem instigar a reflexão



crítica sobre a realidade brasileira e pela manutenção da dualidade escolar.

A propaganda governamental ufanista disseminou o que seria um período de ordem social, segurança pública e progresso econômico gerando expectativas de empregabilidade e de melhora das condições materiais individuais. Essa expectativa restou traída, uma vez que na década de 1970 o valor real do salário mínimo encolheu 29,59% e o número de horas de trabalho subiu 30,79% (IBASE, 1982, p. 27), o que forçou a elevação da força de trabalho feminina de 20,9% em 1970 para 28,8% em 1976. (IBGE apud IBASE, 1982, p. 28) O período imediatamente posterior ao milagre econômico registrou diminuição do poder salarial de compra combinada com elevação do custo de vida em um quadro de redução das desigualdades sociais, porém com empobrecimento generalizado. (SINGER, 1986, p. 81)

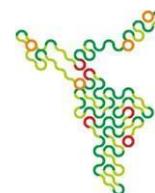
Conclusão

Frente à hegemonia estadunidense os subalternos tiveram paz na medida da sua resignação desde o *big stick*, enriqueceram nos limites do controle da taxa de lucro dos capitalistas hegemônicos e desenvolveram forças conforme as demandas de produção de mercadorias e produtos. Nesse contexto, as políticas educacionais voltadas para a formação de quadros profissionais de nível médio desde o início da década de 1940 até o fim da década de 1970 serviram a órgãos privados da sociedade civil.

Combinaram-se na formação dos perfis demandados pela ideologia industrialista objetivos de capacitação, inicialmente para poucas funções nas grandes áreas da indústria, do comércio e da agricultura e posteriormente para setores específicos dessas áreas com atenção para o suprimento de muitas funções ligadas ao desenvolvimentismo, abrangendo aí o setor público como empregador. Essa mudança verificável entre os perfis profissionais presentes nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola decretadas na década de 1940 e a Lei n. 5.692/71 comprova a vitória do industrialismo com secundarização da formação para a área agrícola. Por outro lado, a crise do final da década de 1970 evidencia que a vitória do setor industrial, mesmo com as ações desenvolvimentistas bancadas pelo governo brasileiro, e o propagandeado desenvolvimento e a modernização vinculados ao industrialismo não salvaguardaram os trabalhadores da penúria.

⁶O Parecer n. 45/72 do Conselho Federal de Educação elenca mais de uma centena de especialidades profissionais a serem ofertadas em cursos de segundo grau. (BRASIL, 1972, p. 160 - 162).

⁷A compulsoriedade foi suprimida pela Lei n. 7044/82.



Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm, acessado em 18/07/2015.

. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDBEN%204.024-61.pdf>, acessada em 18/09/2016.

. **Constituição Federal de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm, acessada em 05/08/2016.

. Parecer n. 45/72. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. MEC/INEP, v. 57, p. 144 - 177, jan./mar. 1972.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

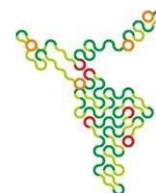
_____. O operário fabril. In: **Escritos políticos**. vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 323 – 327.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARBISON, Frederick; MYERS, Charles. **Educação, mão de obra e crescimento econômico**: Estratégia do desenvolvimento dos recursos humanos. Trad. Ricardo Werneck de Aguiar. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Saúde e trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

KERR, Clark; DUNLOP, John T.; HARBISON, Frederick; MYERS, Charles. **Industrialismo e sociedade industrial**: Os problemas das relações entre os sindicatos dos trabalhadores e a gerência



no crescimento econômico. Trad. Alfredo Moutinho dos Reis e Artur Luis Pinheiro Guimarães. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

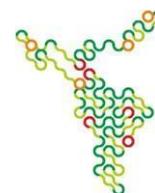
ROSTOW, W. W. **A estratégia americana**. Trad. Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **As etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. 5. ed. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SCHLESNER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Trad. P. S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SINGER, Paul. **Repartição da renda**: pobres e ricos sob o Regime Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.



AS CONTRIBUIÇÕES DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO INCLUSIVO EM ESCOLA REGULAR DO MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM - PE: PONTOS E CONTRAPONTOS

Ronalda Adriana dos Santos da Silva¹
Diógenes José Gusmão Coutinho²

Resumo: A educação inclusiva se assenta na premissa basilar do contexto escolar como um espaço genuinamente diverso na sua composição de atores. O valor capital que cerca o processo inclusivo se consubstancia nos princípios constitucionais da igualdade e diversidade, entendidos como fundamentos perpétuos de uma tessitura social democrática e equânime. Neste contexto exposto, busca-se entender o papel desempenhado pelo gestor escolar na condução do labor pedagógico com vistas à implementação de uma *práxis* escolar indubitavelmente inclusiva e democrática. Assim, propõe-se como objetivo deste trabalho, investigar o processo inclusivo dos alunos em escolas de ensino fundamental e o aporte do gestor escolar para garantir uma prática pedagógica inclusiva e participativa entre todos os atores envolvidos nos espaços educativos. Para tanto, o método de abordagem utilizado foi um estudo de caso com uso da pesquisa qualitativa a partir da utilização de questionário aberto com perguntas respondidas pela comunidade escolar de uma unidade educacional da rede municipal de ensino do município de Sirinhaém-Pernambuco.

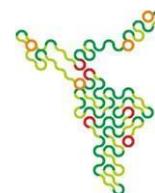
Palavras-Chave: Diversidade. Educação inclusiva. Gestão democrática.

The contributions of the school manager to the inclusive process of regular school of the city of Sirinhaém -PE: items and counterpoints

Abstract: Inclusive education is based on the basic premise of the school context as a genuinely diverse space in its composition of actors. The capital value that surrounds the inclusive process is embodied in the constitutional principles of equality and diversity, understood as perpetual foundations of a democratic and equitable social fabric. In this context, we seek to understand the role played by the school manager in conducting the pedagogical work with a view to the implementation of undoubtedly inclusive and democratic school praxis. Thus, the objective of this work is to investigate the inclusive process of students in elementary schools and the contribution of the school manager to ensure an inclusive and participatory pedagogical practice among all actors involved in educational spaces. Therefore, the approach method used was a case study using qualitative research from the use of open questionnaire with questions answered by the

¹ Graduação curso de licenciatura plena em pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, pós-graduação *lato sensu* em gestão e psicopedagogia institucional – faculdade européia de administração e marketing, mestranda internacional em ciências da educação, pela faculdade Atenas College University.

² Graduado em Biologia pela UFRPE. Doutor em Biologia pela UFPE. Professor do Mestrado em Direito pela ALPHA. E-mail: alphadiogenes@gmail.com.



school community of an educational unit of the municipal school system of the municipality of Sirinhaém-Pernambuco.

Keywords: Diversity. Inclusive Education. Democratic Management.

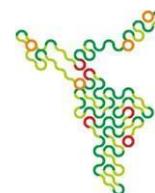
INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se assenta na premissa basilar do contexto escolar como um espaço genuinamente diverso na sua composição de atores. Sob essa condição, é garantindo o acesso a todos os indivíduos no *lócus* educacional, respeitando as suas idiossincrasias. O valor capital que cerca o processo inclusivo se consubstancia nos princípios constitucionais da igualdade e diversidade, entendidos como fundamentos perpétuos de uma tessitura social democrática e equânime. Neste contexto exposto busca-se entender o papel desempenhado pelo gestor escolar na condução do labor pedagógico com vistas a implementação de uma práxis escolar indubitavelmente inclusiva e democrática.

O objetivo deste trabalho é investigar o processo inclusivo dos alunos em escolas de ensino fundamental e o aporte do gestor escolar para garantir uma prática pedagógica inclusiva e participativa entre todos os atores envolvidos nos espaços educativos. Sendo os objetivos específicos: compreender as concepções dos docentes a respeito da inclusão; elencar os desafios cotidianos percebidos pelos docentes para garantir o processo inclusivo dos alunos com necessidades especiais e compreender o *animus* receptivo dos docentes e demais atores escolares no atendimento dos alunos *com necessidades educacionais especiais*.

O aporte teórico utilizado para compreender os meandros que cercam essa temática se consubstanciaram a partir de MITTLER (2003), Cury (2007), DRABACH e MOUSQUER (2009) e MAZZOTTA (2009), e concomitantemente a Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Sendo assim, este estudo balizou os aspectos teóricos sobre o tema e a averiguação factual em unidade escolar eleita como cenário desta pesquisa.

Para tanto, o método de abordagem utilizado foi um estudo de caso com uso da pesquisa qualitativa a partir da utilização de questionário com perguntas respondidas pela comunidade escolar de unidade educacional pertencente ao município de Sirinhaém-



Pernambuco.

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) apontam um expressivo crescimento no acesso de estudantes com necessidades especiais nas escolas públicas e regulares do país na ordem de 33,2% no hiato temporal entre 2014 e 2018. O mesmo levantamento revelou que em 2014 havia 87,1% alunos pertencentes a essa modalidade de ensino, com idades entre 4 e 17 anos foram alocados em classes regulares. Esse número correspondeu a 92,1% em 2018.

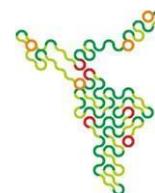
Esses dados são significativos sob o aspecto inclusivo, porém, hoje a discussão está para além da inclusão, e repousa na qualidade do ensino destinada aos alunos pertencentes à modalidade da educação especial. +Destarte, é necessário compreender que as transformações no aparelho educacional brasileiro estão atreladas a “[...] diversos fatores que envolvem o contexto político, social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e os recursos materiais disponíveis à escola”. (MENDES, 2006, p.64).

1 Díade: gestão democrática e os gestores escolares

Dentro de uma perspectiva pautada pela administração escolar, “a educação no sentido macro é delineada na gestão educacional através das esferas públicas para atingir metas e objetivos no sistema educacional”. (DRABACH e MOUSQUER, 2009, p.131). Estas articulações entre os três níveis governamentais brasileiros. Uma das premissas sedimentadas nas políticas públicas que tratam da organização educacional se assenta na gestão democrática da escola que tem todo um percurso histórico para o ornato conceitual na atualidade.

As revisões literárias sobre a temática em tela albergam a crescente relevância investigativa que tem se acentuando a partir de 1990. Trabalhos realizados por (GRACINDO e WITTMANN 2001); (Pereira e Andrade 2005); (Souza 2006) reforçam a necessária aproximação entre gestão escolar às novas exigências atribuídas ao gestor escolar que ao tratar da qualidade do ensino se assenta na gestão democrática da escola como uma das condições para garantia de uma educação com vistas à qualidade.

A Carta Constitucional de 1988 figurou como produto final para o processo de redemocratização do Brasil essa condição trouxe como cenário escolar endógeno.



A gestão democrática permite descentralizar o poder decisório de uma única pessoa para uma efetiva participação dos demais integrantes da comunidade escolar. O diretor que antes tinha como principal função fiscalizar, controlar e ditar os rumos dentro da escola se apresenta com um novo desafio, ser um mediador da escola frente aos anseios da sociedade onde está inserida. (FREITAS, 2016, p. 17).

Sendo um princípio, a gestão democrática está intimamente associada à aproximação com a qualidade educacional e recepção dos diversos atores na construção cotidiana da escola. Tendo o destaque legislativo:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (CURY, 2007, p. 23).

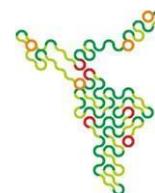
Com vista aos princípios elencados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o *locus* escolar deve estar em consonância com a coletividade e atendendo as prerrogativas legislativas constantes na Carta Constitucional de 1988 e no Plano Nacional de Educação (PNE).

A gestão democrática é vista como um princípio da educação pública brasileira, inclusive, obrigatória nas entidades escolares dos três níveis governamentais. É primal a sua presença para garantir uma comunidade escolar dialógica e participativa, e assim, apta para a elaboração e um projeto pedagógico com qualidade e que atenda as demandas dos atores que fazem parte da comunidade escolar. (CURY, 2007).

Os princípios existentes para que a gestão se torne democrática: participação, coletividade, autonomia e descentralização do poder. Portanto, não haverá gestão democrática sem a participação ativa de toda a comunidade escolar. Entende-se por comunidade escolar todos aqueles que de alguma forma contribuem e afetam a escola”. (DRABACH e MOUSQUER, 2009, p.131).

Em sentido acordante as autoras (VELOSO e CRAVEIRO, 2012, p. 815), afirmam que a “[...] a participação da comunidade na vida escolar enquadra-se na noção de escola democrática”. Factualmente o que se espera é uma ampla interação entre a comunidade escolar, com vista à participação cotidiana para construção conjunta de uma escola viva e dialógica.

Esse cenário democrático, participativo com um olhar ampliado acerca das



políticas públicas inclusivas. É uma das premissas da escola elaborar um sistema educacional que atenda as demandas individuais e respeite as diferenças de cada sujeito. “Essa escola luta pelos princípios da igualdade, liberdade, respeito e equidade com o objetivo de fortalecer a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular”. (VELOSO e CRAVEIRO, 2012, p. 815).

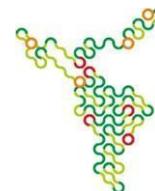
No somatório de competências de um gestor escolar alinhado com os ditames de uma gestão democrática, é necessário o caráter proativo da sua função e estão vigilantes as transformações sociais que têm um impacto no cotidiano escolar. A gestão democrática exige, segundo (SANDER, 1995, p. 135), “[...] um líder intelectual responsável pela coordenação do projeto pedagógico da escola, facilitando o processo coletivo de aprendizagem”. Em complementação é dito que “[...] o gestor – representado pela figura do diretor – seria, primeiramente, o responsável pela condução do processo educativo, articulando ações para melhoria da qualidade das condições do contexto escolar”. (ALONSO e MONTEIRO, 2009, p. 520).

1.2 A comunidade escolar e o processo inclusivo no sistema educacional formal

O processo inclusivo é vivenciado por toda a comunidade escolar, incluindo os prestadores de serviços, tais como porteiro e merendeiras. Cabe ao gestor criar estratégias formativas e sensibilizadoras para que todos façam parte desta ação inclusiva. Tacitamente é superada a visão que delimita o processo inclusivo às condições de acessibilidades e àqueles que trabalham nas salas com recursos multifuncionais. (SANTOS- LIMA, 2010, p. 54).

O educador em regência de classes regulares tem função preponderante frente ao processo inclusivo. Inicialmente preparando os alunos para compreender o caráter multifacetado e diversos dos sujeitos e as suas idiossincrasias, refletindo sobre as limitações de cada indivíduo diante do orbe social. E, concomitantemente, “[...] oferecendo ao aluno o direito de ser reconhecido como sujeito. Além disso, promover a aprendizagem e o desenvolvimento deste aluno, apesar das suas dificuldades pessoais, institucionais ou sociais”. (SANTOS- LIMA, 2010, p. 54).

Sabe-se que, além da Sala de Recursos Multifuncional no espaço escolar, precisa-se de envolvimento de todos da comunidade escolar (professores, alunos, pais, funcionários) para que se possa efetivar a inclusão escolar. O



ambiente integrador de toda comunidade se dá através da participação de todos em prol dos objetivos propostos, efetivando-os nas ações coletivas ou individuais. (SANTOS- LIMA, 2010, p. 55).

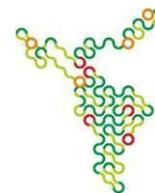
As famílias pertencentes à comunidade escolar e o seu entorno são peças importantes para a efetividade do processo inclusivo. Vale a nota que o conceito de família que deve perdurar nos documentos escolares é entendimento compartilhado pela Carta Magna cunhada em 1988 que define como celular *mater* da sociedade composta por pessoas ligadas por laços de consanguinidades e/ou afetivos. Logo, “a família e a escola têm papéis fundamentais durante o desenvolvimento do sujeito, bem como no processo de inclusão, ambas são espaços de interações dos sujeitos com o meio”. (CLOSS, 2015, p.8635). Portanto, a família é o espaço primal para as interações sociais e afetivas “[...] e o despertar de habilidades que, mais tarde, no espaço escolar, contribuirão no processo de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito”. (CLOSS, 2015, p.8636).

2 O percurso trilhado da exclusão à inclusão

A educação para indivíduos com necessidades especiais é uma temática que alimenta inúmeros debates e, hoje responde por diversas conquistas. Há incontáveis avanços e distintos entraves que fazem da educação inclusiva um cenário que abriga a luta cotidiana por direito como bandeira centrica, já que, a educação para todos é um direito garantido pela Constituição brasileira. Anuindo, que a educação deve ser universal, no entanto, deve encontrar-se irmanada pelo princípio da qualidade. Dito de outra forma, a educação deve ser inclusiva, e com vistas, à qualidade do ensino.

No percurso histórico trilhado pelas pessoas com limitações tanto de ordem cognitiva, quanto sensorial ou física e sua inserção da conjuntura social da época foi feita de modo individual e descompassado, obedecendo aos preceitos sócios- históricos de cada época e espaço geográfico. O século XX apresenta um panorama significativo sobre essa condição quando verifica-se que indivíduos portadores de necessidades especiais “[...] foram submetidos a “experiências científicas” na Alemanha nazista. Ao mesmo tempo, mutilados de guerra eram considerados heróis em países como os EUA, recebendo honrarias [...] do governo”. (GARCIA, 2011).

A gênese do acolhimento para as pessoas com necessidades especiais é verificada inicialmente na Europa, e posteriormente se estende para a América do Norte com maior



destaque nos estados Unidos. No Brasil, os primeiros registros históricos foram “[...] estabelecido no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857”. (MAZZOTA, 2009, p.43).

Até 1950, foram criados mais de cinquenta estabelecimentos no País que atendiam a pessoas consideradas deficientes. É importante salientar que o poder público nunca se ocupou, de fato, com a melhoria e ampliação da educação especializada, ficando tal responsabilidade a cargo da iniciativa privada. As duas entidades privadas que, com o passar do tempo, obtiveram um maior alcance nacional foram às sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) criadas nas décadas de 30 e 50, respectivamente que mantêm, até hoje, escolas especiais. (MAGALHÃES, 2002, p. 226).

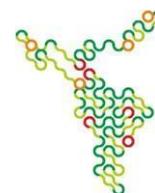
Na atualidade, a educação é avalizada, segundo as palavras de (NOZU, ICASSATTI e BRUNO, 2017, 21), “[...] discurso pautado na sua responsabilização pelo desenvolvimento das pessoas, da comunidade e da sociedade, com potencial de preparação dos sujeitos para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho”. Sendo assim, é um direito humano revestido de um supra princípio universal garantindo por preceitos jurídicos internacionais.

O compêndio jurídico nacional e internacional que tratam da educação reverbera para além de uma política pública “[...], mas como um direito que deve ser garantido e efetivado decorre de seu reconhecimento como uma “chave” para diversas portas, compreendida metaforicamente como um direito de acessibilidade a outros direitos”. (NOZU, ICASSATTI e BRUNO, 2017, 22)

No mesmo sentido, (SACAVINO, 2007, p.457) afirma que é garantido que “[...] o direito à educação abre a porta para outros direitos, enquanto o seu desprezo traz consigo a negação de outros direitos e a perpetuação da pobreza”. Essa condição se estabelece dada a primazia da educação para a sedimentação de diversos direitos. (SCHILLING, 2008).

Em atenção a essa perspectiva, adentra-se o palco das políticas tanto de cunho social quanto educacional com vistas ao melhoramento das suas condições de vida e sua completa inserção social. A Carta Constituinte afiança em seu art.205 a condição universal da educação, cita a educação especial no art. 208.

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1998).



Com base fundada na Carta Política de 1988, a educação especial alça um novo patamar nas garantias dos direitos a atendimento especializado em classes regulares. Sendo assim, um direito público subjetivo, ficando o Estado obrigado a disponibilizar essa modalidade educacional que é tutelada expressamente pela normativa constitucional.

A educação especial sai da condição de educação segregada na Constituição de 1988 e renasce sob a batuta da inclusão dentro de uma conjuntura democrática.

Na conjuntura internacional a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994 representa um marco decisivo para nortear as políticas educacionais, especialmente no Brasil. Esse documento, entre outras propostas, recomenda que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...]”, porquanto tais instituições “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...]”.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação dedica um capítulo para tratar das normativas sobre a educação especial.

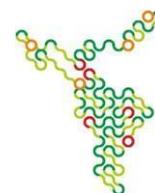
Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (...)

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A educação especial ganha o *status* de modalidade, dito de outra forma, “a educação especial somente transcorre e complementa as etapas da Educação Básica e Superior, sendo considerada uma modalidade, e não constitui um nível de ensino”. (MONTAAN, 2004, p. 68). Com vistas à efetivação do *locus* educacional inclusivo conta-se com as salas de Recursos Multifuncionais, local que é ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) a clientela atendida pela educação inclusiva. Para tanto, assente que a educação pública de qualidade deve ser redimensionada sob a perspectiva democrática para “[...] que flua e atinja a todos os alunos sem preconceitos, tornando a inclusão um processo natural, sem qualquer distinção cultural, social, étnico ou religioso”. (MONTAAN, 2004, p. 68)

3 Metodologia

Sopesando a temática investigativa em tela, a pesquisa do tipo qualitativo que tem como foco a interpretação de um universo factual e os atores que transitam neste *locus*.



A pesquisa qualitativa tem como objetivo interpretar e dar significados aos fenômenos analisados. Nessa abordagem, os resultados não são traduzidos em números, unidades de medidas, ou categorias homogêneas de um problema [...]. (REIS, 2008, p. 57).

Foi elaborado e testado previamente o questionário aberto com 4 (quatro) perguntas referentes aos objetivos específicos o instrumento escolhido para a coleta de dados acerca do processo inclusivo. Sendo o questionário “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 201) Apoiado neste conceito os instrumentos foram aplicados.

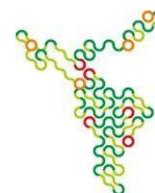
Nos seus aspectos procedimentais referem-se a um estudo de caso que iniciou as suas investigações a partir da revisão de literatura e análise documental dos dispositivos legais que embasará as discussões a respeito dos achados investigativos encontradas no ambiente da pesquisa- Uma escola municipal com classes inclusivas no município de Sirinhaém/PE.

Deste modo, os caminhos procedimentais e metodológicos foram divididos em três etapas, a saber: a) levantamento bibliográfico e documental; b) organização, tratamento dos dados; c) apresentação dos resultados.

4 Resultados e Discussões

Cabe aqui fazer ponderações reflexivas acerca do olhar dos indivíduos que compõem a comunidade escolar a acerca da inclusão. O propósito inaugural deste espaço é conhecer as concepções do corpo docente, gestão e demais funcionários a respeito do processo inclusivo de crianças com necessidades especiais em classes regulares de uma dada escola municipal com alunos na etapa do ensino fundamental do município pernambucano de Rio Formoso. O questionário foi dividido por variáveis conceituais que giram em torno da temática em análise.

Sobre a categoria *Preconceito e a Discriminação* o docente (D¹) explica que com o tempo as pessoas se acostumam e param com o preconceito, e passa a aceitar a diferença que lhe parecerá (normal). Ademais, (D⁸) explica que a “A questão da inclusão é aceitar as pessoas com suas limitações e que se deve respeitar as diferenças de cada pessoa”. Ainda que a base legal nacional reforce a ideia de uma escola plural e heterogênea, a escola é um ambiente que emana um *animus* de preconceito, especialmente com os alunos com necessidades especiais. “O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em



que elas funcionam”. (MITTLER, 2004, p,45).

Acerca da categoria *inclusão* é dito como (C¹) “a aceitação de criança com problemas diferentes, digo com necessidades especiais, primeiro na escola e depois na sociedade”. Em posição semelhante (C³) explica que “incluir significar integrar um aluno a uma realidade escolar”. Aos sujeitos escolares, aqui representados por Colaborador (C) da escola em análise, mostra que ainda que fique evidenciado a sua compreensão acerca do processo inclusivo nas escolas, a fala retrata uma dissociação da vida escolar da sociedade circundante, sendo a escola uma representação e reflexo da tessitura social em microespaço vivacional. Em oposição ao pensamento que sinonimiza inclusão com integração é averbado que:

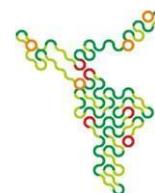
O processo de integração se traduz por uma estrutura educacional intitulada sistema de cascata, que oferece ao aluno a oportunidade, em todas as etapas de integração, de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque a cascata prevê serviços segregados”. (MONTAAN, 2004, p. 68).

Deste modo, fica implícito que a integração tem uma relação íntima com a segregação, já que, é previsto uma movimentação no sentido de adequação do aluno ao sistema vigente, porém, a inclusão parte do pressuposto da universalização de direitos em atendimento as suas especificidades.

Sobre os *Direitos*, a menção foi feita pelo (C⁵) quando alude que “É um direito da criança ter acesso ao ensino, como toda criança tem [...] O fato de uma criança ser ‘deficiente’ não quer dizer que não tenha direito igual ao qualquer outra. É lei”. A Gestora (G) defende “Uma educação que seja pautada pelo direito à inclusão, viver em um país democrático exige que todos sejam atendidos pela lei, relação que exige obrigações, mas que também é baseada em direitos, não é diferente para os especiais”.

Com vistas e essa categoria “(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. (SANTOS, 2007, p. 30). Sendo assim, o direito à inclusão não pode ser entendido como mera formalidade jurídica é necessária à compreensão do direito à educação emancipatória, que prepare para a vida social e o mundo do trabalho.

Sobre a inserção das *famílias* no ambiente escolar e participante ativa das decisões escolares é anuído pelo (D⁵) “a família precisa participar da vida escolar dos seus filhos, e digo mais, precisa agregar outros atendimentos médicos e terapêuticos aos seus filhos”.



Com pensamento em igualdade (D²) responde “as famílias são bem-vindas, mas o que percebemos é que um desafio para a escola trazer a família para dialogar e participar de modo colaborativo com a escola, só que é o contrário que ocorre”.

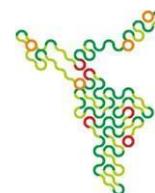
É imprescindível acolher as famílias no interior das comunidades escolares, afirma (SANTOS, 2007, p. 31). “[...] e deve ser vista e tratada como um parceiro a mais no processo de quebra das barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus integrantes, por quaisquer motivos que sejam” .Logo, a família deve ser chamada à colaboração para o sucesso do processo inclusivo escolar, mais ainda, deve ser ouvida e atendida para que a escola seja eminentemente democrática.

Sobre a *formação de professores em serviço* é vista como um desafio cotidiano. “os educadores são despreparados para atenderem a clientela especial porque são muitas as demandas distintas destes alunos” (C⁵). “Sinto que os professores que têm alunos especiais em sala ficam sobrecarregados e não estão preparados para lidar com essa clientela e as formações dadas pela escola ficam aquém das necessidades” (D³).

Verifica-se em *lócus* que a inclusão atrelada a um *continuum* formativo que dê o devido suporte instrumental e pedagógico aos professores está em defasagem diante das demandas verificadas em sala de aula, porém, percebe-se, também, uma sinalização positiva quanto o processo de formação continuada da gestão escolar, ainda que exíguo diante da realidade vivenciada. Sendo assim, “é imprescindível um esforço tanto do corpo gerencial, pedagógico e dos colaboradores dá escola em oferecer uma melhor condição educativa, porém, sofremos de limitações tanto estruturais quanto de recursos”. (G). A essa fala da gestora, é conferida uma preocupação no tocante á qualidade da educação oferecida a sua comunidade, uma das premissas da gestão escolar democrática.

Sobre o item gestão escolar laureada pelos ditames democráticos, a comunidade escolar fez sinalizações importantes. Duas categorizações foram utilizadas no apontamento investigativo, a saber:

O *diálogo* é o instrumento que melhor permite identificar os níveis de comprometimento dos gestores escolares com as bases democráticas de uma escola. É um mecanismo indispensável para a construção de um ambiente participativo. Sobre esse item foi dito que “a gestão democrática é quando uma escola adota uma postura de ouvir todo mundo, dos funcionários, os alunos, os professores e os pais dos alunos [...]. Isso



ocorre aqui na escola” (C²). Complementado pela fala do docente (D⁴), “Vejo uma preocupação da gestora em acolher as demandas de toda a comunidade. Aqui, há uma escuta sensível”. A gestora explica essa preocupação ao afirmar que “Uma escola viva pautada pelas regras que são próprias da democracia dele eleger o diálogo como forma de uma construção coletiva em que os direitos e deveres de todos sejam sempre respeitados” (G)

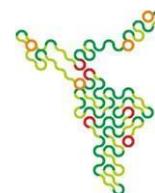
É através da participação dialógica que os sujeitos ganham voz e se instrumentalizam para replicar suas vivências escolares nas mais diversas esferas da vida social. Compete à escola exercitar cotidianamente o diálogo como o passo inicial para a construção do ambiente democrático e interativo.

Sobre o item *Participação* efetiva da comunidade escolar foi citada pela colaboradora (C¹) que a elaboração da Proposta Pedagógica (PP) “foi construída e a escola estava presente, só que ficamos presos à lei, e as questões da nossa comunidade que a lei não trata? A escola também não vai tratar?”. Sobre a participação dos docentes na construção do Projeto Político Pedagógico que “representa a essência da escola e a participação de todos é fundamental para garantir uma escola dialógica” (D⁷). “O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos”. Retroalimentar o PP da escola é antecipadamente buscar caminhos para dirimir as relações competitivas, privilegiando a construção de relações horizontais entre todos os atores que transitam no universo escolar. (VEIGA, 2004, p.96).

Considerações finais

A premissa investigativa desta pesquisa está relacionada com a problemática acerca do processo inclusivo dos alunos em escolas de ensino fundamental e o aporte do gestor escolar para garantir uma prática pedagógica inclusiva e participativa entre todos os atores envolvidos nos espaços educativos, sendo o ambiente da pesquisa escola regular do ensino fundamental com salas inclusiva no município de Sirinhaém, que fica localizado no litoral sul de Pernambuco.

A investigação em tese buscou apresentar os marcadores teóricos acerca da inclusão e o papel da gestão neste processo respaldado por uma investigação factual que



permitiu a junção teoria e *práxis*. Adentrar uma unidade escolar e perceber nas falas dos seus autores, em especial da gestão acerca do processo inclusivo, torna-se um convite para refletir acerca da importância do papel do gestor escolar frente à problemática inclusiva.

Diante das teorizações e resultados apresentados é possível afirmar que o comprometimento gerencial no espaço educacional é preponderante para que a comunidade escolar com todos os seus protagonistas esteja inserida em um espaço dialógico.

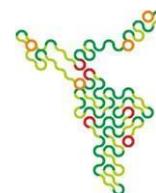
Observa-se que a escola eleita para essa investigação está caminhando timidamente para garantir um processo axiomaticamente democrático, porém, percebe-se a construção de uma caminhada que culmine em uma escola democrática e inclusiva. A gestão escolar desenha, em sua fala, as percepções acerca da necessidade de aglutinar a comunidade escolar para construção de uma escola participativa e que atenda as idiosincrasias dos alunos com necessidades especiais, mas que seja inclusiva para todos independente de credo, cor, idade, posição político e filosófica.

Ainda que de maneira tímida seja percebida a sensibilização dos docentes e demais funcionários acerca da necessidade do processo inclusivo, inclusive sob o aspecto legal. Evidencia-se, também, a ideia da responsabilidade escolar, com todos os seus membros na garantia de uma educação inclusiva e democrática. Não restringindo aos professores que têm alunos com necessidades especiais em suas classes. Essa condição de entendimento acerca da escola inclusiva é de grande valia, já que, o sentimento de pertencimento e responsabilidade deve ser a tônica para uma educação com qualidade. É cogente que a gestão escolar, também, seja uma gestão escolar democrática.

Isto posto, essa investigação não teve como escopo entrever as deficiências e limitações da entidade educativa pesquisada, no entanto, o intento é criar oportunidades de reflexivas acerca da díade gestão escolar e o processo inclusivo, dado o caráter do processo educativo que é pontilhado por demandas, discussões e pesquisas.

REFERENCIAS

ALONSO, Kátia Morosov e Monteiro, Tereza Leones. “O Gestor Escolar e a Gestão Democrática: papéis e desafios. R. Educ. Públ. Cuiabá, 2009.



BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

_____, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Censo Escolar 2018.
Disponível:<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/cento-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206>

_____, Declaração de Salamanca. (grifo nosso). Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>

CLOSS, Keula Maqueli, “UM DIÁLOGO SOBRE A INCLUSÃO A PARTIR DA GESTÃO ESCOLAR E SEUS ATORES”. In Revista Formação de Professores, Complexidade e trabalho Docente. Vol:1. Anais do Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, PUCPR/UNESCO, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil, “A gestão democrática na escola e o direito à educação”, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, vol: 23 num 3, 2007.

DRABACH, Neila Pedrotti e MOUSQUER, Maria Elisabeth Londero. Currículo sem fronteiras. Santa Maria, RS: UFSM, 2009.

GARCIA, Vinicius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo. 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>

FREITAS, José Cristiano Lima de. *A CONSTITUIÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA BRASILEIRA*. Revista PLUS FRJ: Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde, num 2, 2016. Disponível:<<https://www.faculdadeplus.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/02-Artigo-A-CONSTITUI%C3%87%C3%83O-E-A-GEST%C3%83O-DEMOCR%C3%81TICA-NA-ESCOLA-BRASILEIRA.pdf>>.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. (Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002): 226.

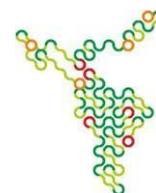
MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica.5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2006.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. A integração de pessoas com deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2004.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius e BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação inclusiva enquanto um direito humano. Revista Inc.Soc, Brasília, 2017.



REIS, Linda, *Produção de Monografia: Da teoria à prática. O método educar pela pesquisa (MEP)*, Editora SENAC. Distrito Federal, 2008.

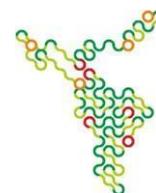
SANDER, Benor. *Gestão da Educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas: autores associados, 1995.

SANTOS- LIMA, Helen Tatiana. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria da subjetividade. e-Revista Facitec, vol: 4: num1, 2010.
Santos, Boaventura de Sousa, “Uma concepção multicultural de Direitos Humanos”. Lua Nova Revista de Cultura e Política. Governo e Direitos – CEDEC, 2007.

SCHILLING, Flávia. O direito à educação: um longo caminho. In: BITTAR, E. C. B. (Org.). *Educação e metodologia para os direitos humanos*, São Paulo: Quartier Latin, 2008.

VELOSO, Luísa; CRAVEIRO, Daniela; RUFINO, Isabel. Participação da comunidade educativa na gestão escolar”, *Revista Educação e Pesquisa*: São Paulo, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico*, Campinas: Papyrus, 2004.



SINDICALISTAS E MILITANTES: LUTA E OPOSIÇÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS

Carlos Alberto Lourenço Nunes¹

RESUMO: O objetivo desta comunicação é analisar a recepção do operariado à criação do Ministério do Trabalho e a decretação do conjunto de medidas destinadas a mudar o modelo das relações de trabalho. Como fonte utilizar-se-á a documentação anexada ao processo crime n. 227, aberto em 18 de outubro de 1937 pelo Tribunal de Segurança Nacional e o livro de memória do militante do Partido Comunista Manoel Alves Ribeiro. A análise visa perceber a combatividade de indivíduos que não aceitaram passivamente essas mudanças vindas de cima para baixo, mas enfrentaram-na elaborando uma série de proposições visando à mudança de vários artigos adequando-os segundo as suas próprias concepções. Assim como perceber semelhanças desse acontecimento no tempo presente nas reformas da CLT propostas pelo governo Temer na guisa de flexibilizar e “regular” as relações de trabalho com vistas à atender demandas do mercado internacional.

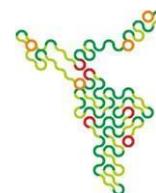
Palavras-chave: leis; trabalho; governo.

Sindicalists and militants: fighting and opposing labor reforms in the Vargas Era

Abstract: The purpose of this communication is to analyze the reception of the laborer to the creation of the Ministry of Labor and the decree of the set of measures aimed at changing the model of labor relations. As a source will be used the documentation attached to the crime file n. 227, opened on October 18, 1937 by the National Security Court and the memory book of Communist Party militant Manoel Alves Ribeiro. The analysis aims to perceive the combativity of individuals who did not passively accept these changes from the top down, but faced it by elaborating a series of propositions aiming at changing several articles according to their own conceptions. As well as perceiving similarities of this event in the present time in the reforms of the CLT proposed by the Temer government to flexible and "regulate" labor relations in order to meet the demands of the international market.

Keywords: laws; job; government.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista do Programa de Demanda Social da Fundação de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS).

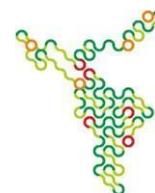


INTRODUÇÃO

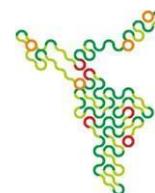
No final dos anos 1920 e início dos anos 1930 Florianópolis passava por outro ciclo de estagnação econômica que agravou ainda mais as relações entre trabalhadores e empresários. Somente nos anos de 1950 iniciar-se-á a retomada do crescimento econômico impulsionado pela ligação da rede elétrica da cidade à termoelétrica de Capivari juntamente com a instalação do novo serviço de luz e água, pelo crescimento do comércio e a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Todavia um dos principais fatores apontados como responsáveis pelo quadro econômico é a guinada política acionada pela Revolução de 1930. Com Vargas assumindo o poder

A 25 de outubro toma posse [em Santa Catarina] o interventor, general Ptolomeu de Assis Brasil. [...] foram designados para Secretários do governo pelo interventor da revolução vitoriosa, Manoel Pedro da Silva e Cândido Ramos. A 9 de novembro eram presos no Rio o ex-presidente Adolfo Konder, Simões Filho e Armênio Jouvin. A 12 do mesmo mês, o ex- ministro da Viação do deposto presidente Washington Luiz, Vistor Konder segue para a Europa a bordo do paquete “Madrid”. No mesmo dia era preso naquela cidade Fúlvio Aducci. [...] com os fatos revolucionários, esfacela-se, praticamente o Partido Republicano Catarinense. Seus líderes maiores amargam o opróbio dos vencidos, sofrendo pressões, prisões, ausentando-se alguns do país. Emerge, então, o Partido Liberal Catarinense – sucedâneo da Aliança Liberal, ou Partido Aliancista, como designavam, principalmente no sul do Estado, comandado pela família Ramos, nas expressões do coronel Vidal, seu filho Nereu, seu sobrinho Aristiliano e seu irmão, coronel Belisário Ramos. (LENZI, 1983, p. 102 e 103).

Com a mudança na arena política, tanto nacional quanto estadual, um novo quadro econômico, administrativo e político foi posto em prática no cenário catarinense e isso impactaria sensivelmente as relações de trabalho em geral. As políticas varguistas introduzem um novo elemento para organização dos operários: a lei de sindicalização de 1931². Mesmo que a função primária da lei de sindicalização fosse enquadrar os sindicatos a um modelo de colaboração com o Estado, os operários enxergaram nesse modelo brechas que possibilitavam barganhar acordos, benefícios e direitos. Ou seja, em um recorte em que a classe operária dispunha de quase nenhuma lei que regulamentasse as relações entre trabalhadores e empregadores essa lei significou um grande avanço nas relações trabalhistas. No quadro abaixo pode-se encontrar o crescimento significativo do número de sindicatos, associações e federações operárias em Florianópolis.



Ano Fundação	SOCIEDADES
1891	Liga Beneficente Operária
1920	Sociedade União dos Trabalhadores de Florianópolis Sociedade Recreativa e Beneficente S. João (da Capitania dos Portos)
1921	União Gráfica Beneficente
1922	União Beneficente e Recreativa Operária
1925	Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio
1926	Sociedade Beneficente dos Choferes de Santa Catarina
1927	Sociedade Beneficente Recreativa União Familiar Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de SC
1928	Sociedade de Amparo às Famílias
1929	União Beneficente Proletária de Classe
1930	União dos Garçons de Florianópolis
1931	Sindicato dos operários em fábricas de Rendas e Bordados Sindicato Operário em Construção Civil de Florianópolis Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiche Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Florianópolis Sindicatos dos Gráficos União dos Operários Estivadores União Beneficente dos Carroceiros de Florianópolis União dos Eletricistas de Florianópolis



1932	Sociedade União dos Garçons União dos Trabalhadores Marítimos e Terrestres Aliança dos Empregados em Padarias Sindicato dos Trabalhadores em Luz e Telefone Federação Regional ds Sindicatos de Florianópolis
1934	União dos Empregado em Hotéis, Restaurantes e Congêneres Associação dos Guardas Aduaneiros de Florianópolis
1935	Sindicato dos Bancários de Santa Catarina Caixa dos Empregados do Comércio Coligação das Associações Operárias de Florianópolis
1937	Círculo Operário de Florianópolis
1943	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Florianópolis.

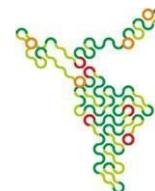
Fonte: COLLAÇO, Vera Regina Martins. O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis, 2004. p. 297.

Essa nova disposição não só estimulou novas maneiras de organização operária frente aos novos tempos como também deu aos militantes do PC catarinense maiores possibilidades de ação. Uma das possibilidades foi utilizar a lei em seu favor participando e criando sindicatos. Segundo Ribeiro:

No ano [de] 1931, começamos uma campanha para organizar sindicatos. Em Florianópolis não havia quase indústria, pois estas estavam localizadas no Vale do Itajaí. Mesmo assim, fundamos os sindicatos da construção civil, metalúrgicos, gráficos, padeiros, garçons, comércio e estivadores. (RIBEIRO, 2001, p.38).

A declaração de Ribeiro coincide com as informações apuradas por Collaço e podemos reparar no forte crescimento no número de sindicatos ocorridos naquele ano. Apesar da lei de sindicalização, não podemos atribuir esse crescimento somente a ela, mas também, nesse caso, aos interesses dos militantes junto aos trabalhadores.

Escrevendo sobre esse momento de crescimento vertiginoso do número de sindicatos, Moisés Vinhas faz os seguintes apontamentos Um dos principais sinais de efervescência política na qual está mergulhada a sociedade brasileira é o



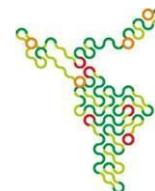
crescimento organizatório do movimento sindical, que se libertava da influência anarquista. [...] Vale observar que, através desse crescimento permanente, os números variam: aumentam e diminuem em função das mudanças da legislação, na estrutura sindical e na conjuntura política, mas a tendência dominante nos sindicatos, lideranças e associados, era a de se manter e movimentar “dentro das leis estabelecidas”. Apesar disso, o PCB e outras correntes de esquerda conseguiam fazer pronunciamentos políticos através das cúpulas sindicais. A intensa atividade política dos militantes do PCB no movimento operário e sindical culmina, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical. (VINHAS, 1982, p. 69).

Corroborando com a citação de Vinhas acrescentamos outra informação retirada do livro de memórias de Ribeiro. Nesta declaração ele aponta outra possibilidade vinda da entrada e a ação dos militantes dentro dos Sindicatos:

Os sindicatos podiam apresentar seus representantes à Câmara Federal, desde que eleitos em assembleia, pelos respectivos órgãos de classe. Uma para cada Estado. Ventura que tinha grande prestígio no meio do operariado candidatou-se, mas como já era conhecido da classe dominante como revolucionários, embora tivesse maioria dos votos, foi passado para trás. [Com a morte do titular, porém] foi então convocado Álvaro Ventura [que] saberia defender, naquele parlamento, o interesse de sua classe. (RIBEIRO, 2001, p. 39).

Segundos dados extraídos do processo n.º 227 movido pelo Tribunal de Segurança Nacional em que são acusados Álvaro Soares Ventura e outros militantes do partido em Florianópolis, todos eles possuíam ligação com os sindicatos operários da capital desde a organização da União Beneficiária Recreativa Operária (UBRO), em 1922, até a formulação de novas entidades sindicais a partir de 1931. Corroborando apresenta-se outro trecho em que Ribeiro afirma a ação direta dos militantes do partido na fundação dos “sindicatos da construção civil, metalúrgicos, gráficos, padeiros, garçons, comércio e estivadores”. (RIBEIRO, 2001, p.38).

Ou seja, uma boa parte da experiência de vida dessas pessoas passou-se no interior destas entidades. Por meio de tais agremiações foram trocadas informações e saberes com organizações congêneres de todo país. Essas trocas, observando as particularidades locais, provavelmente, foram utilizadas na formulação de novas



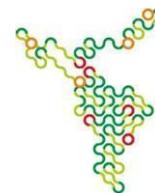
estratégias para reivindicações da classe operária. Além disso, formavam um espaço de socialização, politização, debate, diversão, etc. Contudo, cabe ressaltar que sindicatos também foram utilizados para outros fins: politicagem, conspiração, arregimentação, etc. Não por acaso, esses espaços podem ser descritos como espaços de disputas, debates e rivalidades, pois o peso destas entidades transcendia o espaço físico estendendo-se por toda a sociedade. Em relação às discussões do movimento sindical nos grandes centros do país os sindicatos de Florianópolis e outras regiões do Estado não estavam isolados ou alienados. Pelo contrário, participavam ativamente inclusive enviando representantes as convenções nacionais. Essa condição se deve em grande medida à participação dos militantes do PC catarinense.

Neste ponto retoma-se a citação de Vinhas: “a intensa atividade política dos militantes do PCB no movimento operário e sindical culmina, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical”. (VINHAS, 1982, p. 69). Essa informação tem pontos em comum com as informações anexadas ao processo n.º 227.

Quando a polícia fez buscas na casa de Álvaro Soares Ventura foi encontrado uma ata da reunião datada de 4 de agosto de 1934.

O objetivo desta reunião era a criação de uma Frente Única Proletária Ampliada. O objetivo é similar ao informado por Vinhas. E mesmo que não se remeta, necessariamente, a ela, esta ata concede mais indícios que fortalecem a argumentação de que o PC catarinense mantinha sua política alinhada com o do Comitê Central.

O documento tem por tema o seguinte título: “4 de agosto de 1934, Reunião Preliminar da Frente Única Proletária Ampliada”. Compareceram os seguintes órgãos de representação operária: Liga C. Internacional, P. Socialista Proletário, Partido Trabalhista, Ala E do P.S.B, Partido Comunista, Juventude Comunista, Sindicato do E. e O. de Moinho e Fábrica de Biscoitos, União dos Trabalhadores Metalúrgicos, Coligação dos Operários e Empregados da *Light* e Associada, Sindicato dos Trabalhadores em Marcenarias e Classes afins, Federação Vermelha de Estudantes, Sindicatos dos E. no Comércio Hoteleiro, Sindicato (ilegível) da Central do Brasil, Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (*C.G.T.B*), Federação Proletariado E. do Rei, Comitê N. de *R.C.G.R.F.*



O local da reunião não é revelado. Contudo, baseando-se na presença de Ventura na reunião em 1934, época em que Ventura exercia o mandato de deputado Classista no Rio, torna-se bem plausível apontar o Estado do Rio de Janeiro como local.

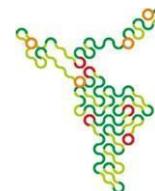
A reunião, presidida por Plínio Melo⁴, conta com a participação de vários representantes sindicais do país. Contudo, o encontro resumiu-se à proposição de sugestões para a realização de uma nova conferência no sábado seguinte, 11 de agosto de 1934. Ao que parece, essa decisão foi acertada pela ausência de alguns sindicatos, em especial, o sindicato dos bancários. Talvez essa decisão tenha sido motivada pela importância dos bancários na confecção da Frente Única Proletária Ampliada. Os bancários representavam uma categoria expressiva na luta por direitos, tanto pelo seu número quanto pela atividade que desempenhavam dentro do sistema econômico.

A reunião foi finalizada com a reiteração da importância da criação de uma Frente Única Proletária Ampliada da uma maior conscientização do proletariado frente à importância do tema e das vantagens advindas de tal empresa. A participação de militantes do PCB na reunião sugere a hipótese de que essa reunião fez parte da ação política dos comunistas no movimento operário e sindical que culminaria, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical. (VINHAS, 1982).

A relação desta ata com o Partido em Santa Catarina é interessante, pois Álvaro Ventura (sindicato dos Estivadores em Florianópolis), Oscar Amon (sindicatos trabalhadores da construção civil) e João Luís da Silva (sindicato dos Estivadores de Laguna) atuavam em sindicatos e visavam à criação de uma Frente Única com vários outros sindicatos do estado.

A FRENTE ÚNICA—PASSO DECISIVO PARA A UNIDADE SINDICAL.

Como passo decisivo para a unidade sindical concreta está a aplicação justa da tática defrente única pela base. A frente única pela base quer dizer realizar a frente única desde dentro das fábricas, empresas, fazendas, tudo para a conquista da maioria dos trabalhadores para a luta por um programa de reivindicações imediatas, esquecendo todos os ressentimentos que por ventura existam. Ao aplicarmos a tática de frente única, devemos fazer participar não só os trabalhadores isolados de diversas tendências como também a todos os organismos de base de outras organizações, devemos mobilizar todas as frações de base à direção, traçar um plano de ação, adaptado a cada fábrica, a cada região, a cada indústria e apresenta-lo a cada sindicato. A frente única deve ser utilizada para reforçar e consolidar nossas posições. (AUTOS, p. 53)

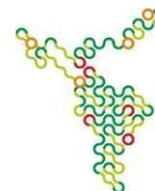


Esta atuação estava em consonância com a tendência de época, isto é, o fortalecimento da representação proletária através da união de vários sindicatos aumentando assim a força reivindicativa do operariado. Foi seguindo o “consenso” da criação de uma Frente Única que o deputado classista Álvaro Ventura assina (25 de janeiro de 1935)

como delegado do Sindicato da União dos Operários Estivadores de Florianópolis, havendo sido eleito deputado classista pelos delegados-eleitores independentes, constituídos em Frente Única, assumo perante as testemunhas abaixo assinadas, o compromisso de defender o programa da mesma organização proletária.

A declaração faz menção a uma série de atribuições operárias reivindicadas desde a Primeira República: maiores salários, jornadas de trabalho menores e melhores condições de trabalho, garantias de seguridade social (auxílio-doença, pensões para viúvas, aposentadorias, etc.). Esses requerimentos eram referências e bandeiras políticas de organizações que buscavam sua legitimidade no movimento operário. Contudo, entidades de esquerda como o PCB perceberam o sequestro de suas bandeiras históricas pelas políticas trabalhistas implementadas por Vargas. Para o PCB, a política varguista visava “impedir a formação de uma política independente da classe operária, reforçando nela aimagem - ilusória - da comunidade de interesses entre todas as classes empenhadas na paz social, na democracia, no desenvolvimento nacional” (PIOZZI, 1983, p. 25). O documento assinado por Ventura defendia as seguintes propostas:

- 1- Pela defesa das mais amplas liberdades populares, em todas as suas manifestações e contra todas as leis e medidas reacionárias;
- 2- Pela defesa da legalidade e existência de todos os partidos políticos proletários;
- 3- Contra todas as manifestações guerreiras;
- 4- Pela anulação das conquistas religiosas em face do Estado;
- 5- Pelo não pagamento dos juros da dívida externa, enquanto não se resolver satisfatoriamente para o povo a situação econômica interna, e, pela proibição da remessa para o exterior das rendas das companhias estrangeiras;
- 6- Pela efetivação do direito de greve;
- 7- Na assistência aos desempregados e as populações desamparadas;
- 8- Pela revogação de todos os impostos que atinjam as classes pobres e pelo barateamento do custo de vida;
- 9- Pela instituição do seguro social para todas as classes;
- 10- Pela padronização dos salários, sob a base do nível médio de custo de vida;
- 11- Pela unidade e ampla autonomia sindical;
- 12- Pela revisão de todas as leis social-trabalhistas, aplicando-lhes as vantagens oferecidas ao proletariado, e pelo seu pronto cumprimento;
- 13- Pela criação de escolas proletárias dirigidas pelos sindicatos;
- 14- Pela instituição do ensino técnico profissional, gratuito, mantido pelo Estado e controlado pelos sindicatos.



Foi com a criação do Ministério do Trabalho, fundado em 26 de novembro de 1930, que deu-se início as políticas e medidas destinadas a mudar o modelo das relações de trabalho. Do ponto de vista do governo, somente com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no país. Foi a partir da sistematização e a ampliação da Legislação trabalhista que em 1º de maio de 1943 foi realizada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que marcariam a sociedade brasileira até os dias atuais. Contudo, apesar do grande progresso contido nas leis, elas foram interpretadas como uma camisa de força que atrelava o movimento operário aos ditames do governo.

Por outro lado, o governo não saiu “derrotado”, pois estava disposto a manter a situação social sob controle e promoveu a intervenção maciça nos sindicatos. Essa preocupação com o controle da situação social vai além de manter a ordem e segurança pública, segundo Edgard de Decca a concessão desses “direitos sociais” aos trabalhadores visava “o projeto político a ser cumprido naquele período, [...], a resolução dos problemas proletários nos limites da nação e neutralização do espectro de uma revolução socialista”. (Decca, 1992, p. 174). Isso nos ajuda a entender porque o PCB foi tão crítico em relação as políticas trabalhistas de Vargas. Pois consideravam essas leis um “engodo” para desmobilizar a população e frear as mudanças estruturais das quais o PCB era defensor.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (CAGSC).

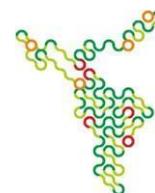
Evolução

histórico-econômica de Santa Catarina: [estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)]. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária**: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis, 2004. 335 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.



Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em:
<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0217.pdf>

BARRETO, Álvaro. As Regras da Eleição dos Deputados Classistas. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n.4 ,p.33-40 ,2005.

BERSTEIN, Serge. **Cultura política e historiografia**. In: Cultura política, memória e historiografia. Orgs. Cecília Azevedo...[et al]. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30**. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996.

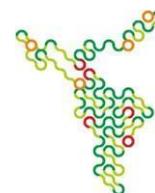
BATISTELLA, Alessandro. **A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930- 1945)**. In.: Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015. Disponível em:<
https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/6555/pdf_50> Acessado em 05 de abril de 2018.

PIOZZI, Patrícia. **Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 6: 25-36, 1983. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/trans/v6/v6a04.pdf>> Acessado em 01 de abril de 2018.

RIBEIRO, Manoel Alves. 1903-1994. **Caminho**. — Florianópolis: Garapuvu, 2001. 376p. 2ª ed. Plínio Gomes de Mello. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria- e-debate/edicoes-anteriores/memoria-plinio-mello>>. Acessado em 12 de outubro de 2017.

VINHAS, Moisés. **O partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC | FGV). Disponível em< <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial>> Acessado em 06 de outubro de 2017.



LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

O RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015 PUBLICADO PELO PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) - O TRABALHO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - E AS AÇÕES E REAÇÕES DO GOVERNO, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES BRASILEIROS.

Adilson Aparecido Caetano da Silva¹
Maria José de Rezende²

Resumo: O relatório de desenvolvimento humano de 2015 (RDH de 2015) é um documento publicado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e tem como tema o Trabalho como motor do desenvolvimento humano, este documento é apresentado em 2015, após vinte cinco anos, desde o primeiro em 1990, em meio a uma recessão econômica mundial onde se coloca em pauta reformas trabalhista e previdenciária e corte nos gastos públicos que poderão afetar os direitos conquistados a duras penas. O estudo deste relatório visa diagnosticar as possibilidades e dificuldades para constituir o trabalho sustentável no mundo atual, em específico no Brasil, tendo como parâmetro o conjunto de sugestões contidas no RDH de 2015, feitas aos diversos sujeitos sociais (Estados, trabalhadores, empresários e sindicatos), que visam tornar o trabalho um motor do desenvolvimento humano e as ações postas em andamento pelo governo e pela sociedade civil Brasileira no que tange a situação dos trabalhadores e de seus direitos.

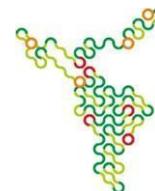
Palavras-chave: Trabalho. Desenvolvimento humano. Sustentabilidade.

the human development report 2015 published by undp (united nations development program) - work as a motor of human development - and the actions and reactions of the government, brazilian entrepreneurs and workers

Astract: The 2015 Human Development Report (HDR 2015) is a document published by the United Nations Development Programe (UNDP) and has as its theme the work as human development engine, this document is presented in 2015, after twenty five years since the first in 1990, amid a global economic recession which is placed on the agenda labor and social security reforms and cuts in public spending that may affect the rights

¹ MBA Profissional em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal - ESAB (2009), Especialista em Educação Profissional – UTFPR (2010), Contador no Departamento de Orçamento e Finanças da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Londrina, Brasil.

² Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil (1996), Professor associado da Universidade Estadual de Londrina, Brasil



won with great difficulty. The study of this report is to diagnose the possibilities and difficulties in establishing sustainable work in today's world, in particular in Brazil, having as parameter the set of suggestions contained in the 2015 HDR, made to the various social actors (States, employees, employers and unions), aimed at making the work an engine of human development and the actions set in motion by the government and the Brazilian civil society regarding the situation of workers and their rights.

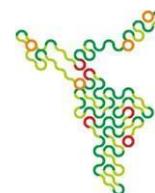
Keywords: Work. Human development. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Os RDHs (Relatórios do Desenvolvimento Humano) são publicações anuais do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde 1990, e tem por objetivo demonstrar o grau de desenvolvimento humano global, tais documentos consideram as dimensões de vida longa e saudável, conhecimento, nível de vida digno, participação na vida política e comunitária, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e segurança (BOLZON, 2015).

Estão também na agenda dos RDHs a promoção da igualdade e da justiça social para reforçar e criar efetivamente as capacidades humanas, além de conter uma importante ferramenta o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Segundo o PNUD, a criação do IDH teve como objetivo oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998 (PNUD, 2016a).

O RDH de 2015 traz em seu escopo o trabalho como motor do desenvolvimento humano e levanta um questionamento fundamental: como pode o trabalho reforçar o desenvolvimento humano tendo em vista a existência do trabalho infantil, do trabalho forçado, do trabalho realizado por vítimas de tráfico. Os impactos da globalização, do avanço tecnológico sobre o mundo do trabalho podem impedir o desenvolvimento humano. A frase apresentada nesse relatório ilustra bem esta situação: “nunca houve pior momento para ser um trabalhador apenas com competências e aptidões comuns, pois os computadores, os robôs e outras tecnologias digitais adquirem essas competências e aptidões a uma velocidade extraordinária.” (PNUD, 2015, p. 111).



1 OBJETO

O objeto deste estudo são os diagnósticos e prescrições acerca dos elementos que dificultam e impossibilitam o trabalho sustentável no mundo atual. São também objetos desta investigação o conjunto de sugestões, feitas aos diversos sujeitos sociais (Estados, trabalhadores, empresários e sindicatos), que visam tornar o trabalho um motor do desenvolvimento humano e as ações postas em andamento pelo governo e pela sociedade civil no Brasil no que tange a situação dos trabalhadores e de seus direitos. Este projeto está vinculado ao projeto de pesquisa “Os RDHs (Relatórios do Desenvolvimento Humano) produzidos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) entre 2001 e 2010 e a exposição das dificuldades de cumprimento das metas socioeconômicas denominadas ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) da ONU”, de autoria e coordenação da Prof^a. Dra. Maria José de Rezende³.

O RDH de 2015, contém 6 capítulos divididos em: Trabalho e desenvolvimento humano - relações analíticas; Desenvolvimento humano e trabalho: progressos e desafios; O mundo do trabalho em mudança; Assimetrias entre trabalho remunerado e não remunerado; Avançar para o trabalho sustentável e Potenciar o desenvolvimento humano através do trabalho.

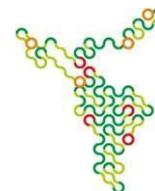
Dessa forma, o RDH de 2015 constitui um material de grande importância e relevância, pois traz consigo dados estatísticos, análises e propostas que poderiam impactar na vida de milhões de pessoas de todo o mundo, seja nas gerações do presente ou futuras.

Helen Clark Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento constata:

O Relatório identifica o trabalho sustentável, que promove o desenvolvimento humano ao mesmo tempo que reduz e elimina efeitos colaterais negativos e consequências indesejáveis, como um importante alicerce do desenvolvimento sustentável. O trabalho sustentável expande as oportunidades da geração atual, sem comprometer as das gerações futuras (PNUD, 2015, p. IV)

2 PROBLEMÁTICA

O que impede e/ou otimiza, segundo os elaboradores do RDH de 2015, a consolidação do trabalho sustentável como motor do desenvolvimento humano? Tendo



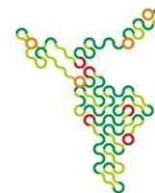
em vista as mudanças no mundo do trabalho qual o papel do Estado e da sociedade na conjuntura global atual?

Como esse processo será construído e conduzido tendo em vista o conflito de interesses, ideologias e noções diferentes sobre desenvolvimento sustentável? De que modo os formuladores do RDH de 2015 lidam com os diversos sujeitos sociais (Estado, sindicatos, associações ligadas ao mundo do trabalho, associações empresariais) que se enfrentam no processo de garantir ou subtrair os direitos dos trabalhadores? Nas condições atuais é possível fazer do trabalho um motor do desenvolvimento humano? De que maneira isto seria realizável num quadro de fragilização dos sindicatos e de outras formas de organização dos trabalhadores mediante uma situação de expansão tecnológica que diminui de modo extensivo e cada vez mais alargado os postos de trabalho? De que maneira o governo brasileiro e a sociedade civil têm atuado mediante a situação de precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores?

3 HIPÓTESE

Nas condições atuais (crise de representatividade política, aumento do desemprego, queda da arrecadação financeira e aumento da dívida pública brasileira) é possível a construção do desenvolvimento humano, em meio aos conflitos de interesses presentes na sociedade, para que o trabalho seja realmente um motor do desenvolvimento sustentável? Os formuladores do RDH de 2015 lidarão com os atores sociais (Estado, sindicatos e associações de trabalhadores e de empresários) de forma a garantir e avançar os direitos dos trabalhadores?

A construção de um contrato social para implantação do trabalho decente “(i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação.” (OIT, 2016). A promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social (trabalhadores, empresários e Governo), possibilitará uma ação coletiva nacional, para estabelecer caminhos e superar a diminuição dos postos de trabalho, a subtração de direitos trabalhistas e do trabalho análogo à de escravo?



O Estado brasileiro assumirá seu papel de protagonista para envolver trabalhadores, empresários e sociedade civil organizada, para atingir o desenvolvimento humano, onde às gerações do presente e futuras tenham uma vida próspera e de plena realização pessoal, sem pobreza e fome, livre do medo e da violência?

4 ABORDAGEM TEÓRICA DO OBJETO

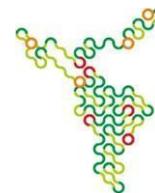
Trabalho tem inúmeros significados e ao longo do tempo passou por diversas transformações. Albornoz (1992, p. 8) faz uma constatação emblemática e atualizada sobre o tema trabalho, onde afirma:

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. As vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas.

O trabalho realmente pode significar dor e/ou sofrimento e, ao mesmo tempo, realização e crescimento pessoal, produção de bens e serviços úteis para o desenvolvimento humano. O atual relatório traz uma menção de felicidade quando se tem um trabalho criativo, apesar de ser difícil traçar uma relação trabalho–satisfação–felicidade, mas sabe-se que sem trabalho essa felicidade é reduzida. O problema inquietante é que teremos muitos trabalhadores sem trabalho e como isso deve ser enfrentado pela sociedade e Estado é o grande nó crítico da atualidade.

O tema trazido pelo RDH de 2015, o trabalho como motor do desenvolvimento humano, afirma que o trabalho tem contribuído para os êxitos alcançados no domínio do desenvolvimento humano e tem um valor social que vai para além dos ganhos dos trabalhadores.

O RDH de 2015 é o último relatório dos objetivos de desenvolvimento do milênio – ODMs, que estabeleceu 08 objetivos e 18 metas socioeconômicas para combater a fome e a pobreza no mundo, onde 13% da população mundial ainda vive em extrema pobreza, 800 milhões de pessoas passam fome e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico (ONUBR, 2016). Como não foi possível atingir tais objetivos, em setembro de 2015 os países membros das Nações Unidas divulgam novos objetivos e



metas rumo ao Desenvolvimento Sustentável com uma agenda até 2030 (PNUD, 2016b).

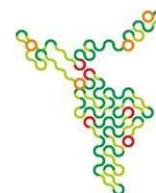
Como se vê não é uma tarefa fácil e se faz necessário um esforço conjunto para superação dos desafios colocados e das propostas contidas no RDH de 2015 com vista à redução das desigualdades e rumo ao trabalho sustentável conforme descritos abaixo e elaborados por Atkinson (2015):

- O Governo deverá prestar maior atenção aos monopólios e à política da concorrência.
- Os sindicatos deverão ser reforçados, a fim de representar os interesses dos trabalhadores.
- O Governo deve disponibilizar no setor público emprego remunerado ao nível do salário mínimo a possíveis interessados, em áreas como o fornecimento de refeições ao domicílio, a prestação e cuidados a idosos e a crianças e outros afins.
- Além de um salário mínimo, deverá existir um enquadramento que permita restringir as remunerações de nível mais elevado. Algumas empresas impuseram voluntariamente uma limitação da remuneração dos executivos a 65 ou 75 vezes a remuneração média na empresa.
- Os impostos sobre rendimentos individuais deverão ter maior progressividade, com uma taxa máxima de 65 por cento.
- Todas as crianças devem receber um pagamento a título de “abono de família”, para ajudar a mantê-las fora da pobreza (apud PNDU, 2015, p. 190)

Nestas propostas observa-se que o estado tem um papel fundamental na condução desse processo, além dos sindicatos que deverão ser fortalecidos para bem representar suas categorias rumo a conquistas e manutenção de direitos. Rezende (2007), contextualiza as reflexões de Zygmunt Bauman (1925) e Celso Furtado (1920- 2004) no artigo “A globalização e os desafios da ação política num contexto de concentração de riqueza e de poder” e revela que é possível uma ação coletiva para construção de um novo contrato social, exigindo um diálogo mundial e nacional:

Verifica-se, então, que os escritos de Bauman e de Furtado contêm elementos de grande importância para a compreensão do mundo hoje. A preocupação dos dois com a politização da esfera pública, com a distribuição de rendas, com o papel fundamental que tem o Estado nacional na regulação de um processo desconcentrador de riquezas, com a necessidade de emergir ações coletivas voltadas para impulsionar uma consciência e um agir empenhado para remover as injustiças sociais, revela que há muitos pontos em comum nos seus livros (REZENDE, 2007, p. 40).

Não existe uma receita para que este contrato social se concretize e como os



autores acima epigrafados afirmaram “a história é um processo aberto e, portanto, as ações políticas, ao longo do século XXI, é que indicarão se os novos desafios serão ou não enfrentados em favor daqueles que, como afirma Bauman, têm a sua vida governada pelo caos cotidiano.” (apud REZENDE, 2007, p. 41).

5 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é analisar o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2015 – O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano - para identificar e compreender as propostas, no campo do trabalho, sugeridas aos líderes mundiais.

Verificar em que país ou comunidade econômica ocorreu avanços ou recuos no combate às desigualdades tendo como base o trabalho sustentável e diagnosticar quais atores o Estado ou a Sociedade civil (sindicatos, associações de trabalhadores ou outras) foram protagonistas da implantação ou não das mudanças sociais propostas no RDH de 2015.

Mapear no interior do RDH de 2015 os diagnósticos e prescrições acerca do trabalho como motor do desenvolvimento humano sustentável.

Identificar quais são os sujeitos sociais, para os elaboradores dos RDHs, que devem levar a cabo processos de mudança no mundo do trabalho.

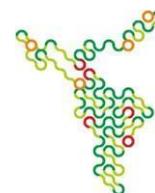
Averiguar quais são os sujeitos de mudança, segundo os autores do RDH de 2015, no mundo do trabalho e como eles serão capazes de enfrentar a diminuição dos postos de trabalho e a subtração dos direitos dos trabalhadores.

6 JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente trabalho de pesquisa, pois apresenta um tema atual e abrangente quanto as demandas socioeconômicas que impactam na vida de homens e mulheres de todo o mundo. O trabalho sustentável como motor de desenvolvimento humano tem em seu escopo a quebra de paradigmas e a forma como é conduzida a economia e a produção de bens duráveis, de consumo e serviços, colocando as pessoas e o bem-estar social como prioridades.

7 PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa, em função da metodologia, tem uma abordagem teórica e como



procedimento técnico a análise documental, pois segundo Lakatos e Marconi, 2010, “ A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 157).

O material a ser utilizado será:
O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015, divulgado pelo PNUD;
A Agenda da classe Trabalhadora para um projeto Nacional de Desenvolvimento, com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalhador, versão de junho de 2015 – concebida pelas centrais sindicais brasileiras;
Agenda Legislativa para as Relações de Trabalho, Edição 1 – 2015 – Elaborada pela Central Única dos Trabalhadores;
Caderno de Resoluções do 12º Congresso da Central Única dos Trabalhadores realizado de 13 a 17 de outubro de 2015, São Paulo – SP;
Outros materiais poderão ser utilizados para ajudar na compreensão do tema e análise conjuntural como jornais, revistas, boletins e documentos do PNUD/OIT/OMC/UNESCO, bem como entidades de representação de classe internacionais.

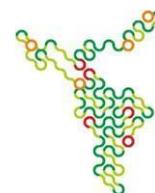
Segundo Rezende (2010), esses materiais serão tomados como capazes para elucidar as práticas sociais e políticas dos principais atores envolvidos ao tema, porque eles englobam, seguindo orientações de Tim May em Pesquisa Social (2004), explicitam a sedimentação de determinadas práticas sociais.

Para confirmar que a técnica metodológica está correta, afirma-se:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.(GIL, 2002, p. 46)

CONCLUSÕES

O objeto deste trabalho está andamento e podemos observar as ações dos atores envolvidos nesta discussão, onde os empresários apresentaram 101 proposta para modernização trabalhista, representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2012) e encaminharam ao Congresso Nacional para implementá-las. Já os trabalhadores por meio das Centrais Sindicais elaboraram a Agenda da Classe Trabalhadora para um projeto Nacional de desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho (MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO, 2015), encaminhando-as também ao Legislativo Brasileiro para serem aprovadas. O governo Federal, 13/07/2017, sanciona a Reforma Trabalhista (G1-POLITICA, 2017).



Para o movimento sindical a Reforma Trabalhista atende aos interesses do empresariado e enfraquece os sindicatos e vai em direção oposta ao RDH -2015, no entanto, para o Governo e Empresários essa reforma possibilita a oferta de produtos e serviços a preços acessíveis aos consumidores, e a geração de mais e melhores empregos, com crescimento econômico e transformação social.

REFERENCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1992. Disponível em:

<<https://brito964.files.wordpress.com/2013/06/o-que-c3a9-trabalho-suzana-alborno.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BOLZON, A. **O que é mesmo um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)?** 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-o-que-e-mesmo-um-relatorio-de-desenvolvimento-humano-rdh-andrea-bolzon-coordenadora-do-rdh-pnud-brasil/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CNI. **101 Propostas para Modernização Trabalhista**. ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, 2012. ISSN 349-2. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>>. Acesso em: 10 Setembro 2019.

G1-POLITICA. **Temer sanciona texto da reforma trabalhista em cerimônia no Planalto**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-sanciona-texto-da-reforma-trabalhista-em-solenidade-no-planalto.ghtml>>. Acesso em: 13 agosto 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

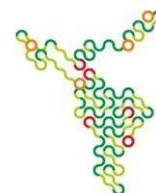
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO. **Agenda da Classe Trabalhadora para um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho**. Conferência Nacional da Classe Trabalhadora/Assembléia Nacional, São Paulo, junho 2015. Disponível em: <cedoc@cut.org.br>. Acesso em: 18 Julho 2019.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O que é trabalho decente**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ONUBR - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU divulga 1º relatório de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável**.



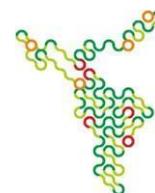
2016. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/onu-divulga-1o-relatorio-de-acompanhamento-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável:** dos ODM aos ODS. 2016b. Disponível em:<<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **RDH -Relatório do desenvolvimento humano 2015:** o trabalho como motor do desenvolvimento humano. New York, 2015. Disponível em <http://fae.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-do-esenvolvimento-Humano.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

REZENDE, M. J. **A globalização e os desafios da ação política Num contexto de concentração de riqueza e de poder:** as reflexões de Zygmunt Bauman e as de Celso Furtado. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.org.mx/pdf/estsoc/v15n30/v15n30a1.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

REZENDE, M. J. R. **Os RDHs (Relatório do Desenvolvimento Humano) produzidos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) entre 2001 e 2010 e a exposição das dificuldades de cumprimento das metas socioeconômicas denominadas do Milênio) da ONU.** Londrina: UEL, 2010. Projeto de pesquisa.



VIDEOCOLONOSCOPIA: OS CUIDADOS NA VISÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

Patrícia Gartner Milke¹

Márcia Welfer²

Resumo: O estudo tem como objetivo verificar qual a percepção da equipe de enfermagem em relação à assistência prestada aos pacientes submetidos ao exame de videocolonosopia. Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória realizada com seis profissionais da enfermagem em uma Clínica do Aparelho Digestivo, privada, localizada na região metropolitana de Porto Alegre/RS. A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro/2016 por meio de entrevista semiestruturada. Após análise das entrevistas emergiram três categorias: A percepção da equipe de enfermagem na humanização do paciente submetido à videocolonosopia; Os cuidados prestados pela enfermagem no pré e pós realização da videocolonosopia e Ações para melhorar o atendimento e cuidados de enfermagem ao paciente submetido a videocolonosopia. Assim, os resultados mostraram a preocupação da equipe de enfermagem com os pacientes submetidos à videocolonosopia no pré, trans e pós exame. Além dos cuidados prestados de forma humanizada e com orientações coerentes aos pacientes e familiares.

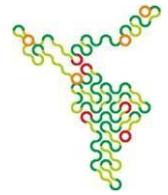
Descritores: Enfermagem. Cuidados. Colonoscopia.

VIDEOCOLONOSCOPY: care in the vision of the nursing team

Abstract: The study the perception of the team of nursing in relation to the assistance given to the submentidos patients to the videocolonosopia examination has as objective to verify which. Research qualitative, descriptive and exploratória with six professionals of the nursing in a Clinic private, located in the region metropolitan of Porto Alegre /RS. The data collection was performed in the months of September and October/2016 through a semi-structured interview. After analysis of the interviews had emerged three categories: The perception of the team of nursing in the humanização of the patient submitted to the videocolonoscopy; The care provided by nursing in the pre and post-videocolonoscopy and Actions to improve care and nursing care for patients undergoing videocolonoscopy. The results showed the concern of the nursing team with the patients submitted to videocolonoscopy in the pre, trans and post examination. In addition to the care provided in a humanized way and with consistent guidelines for patients and their families.

¹ Enfermeira. Graduada pela Universidade LASALLE/Canoas/RS/ Brasil.

² Enfermeira. Mestre em Gerontologia Biomédica. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade LASALLE/Canoas/RS/ Brasil.



Keywords: Nursing. Care. Colonoscopy.

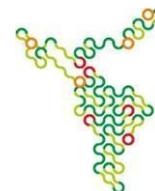
INTRODUÇÃO

O câncer colorretal quando detectado precocemente reduz não somente a incidência do câncer como também a mortalidade pela doença, tornando possível a probabilidade do tratamento ou cura. Tendo como foco a prevenção, este exame deve ser realizado a partir dos cinquenta anos de idade e quando o fator genético (histórico familiar) for prevalente este rastreamento deve ser realizado com intervalos de um a três anos, começando na idade de vinte e cinco anos ou cinco anos antes do caso índice. A videocolonoscopia é o exame de extrema importância para rastrear alterações intestinais e fazer o diagnóstico da maioria das doenças que acometem o intestino grosso (cólon) até a porção Ílio Terminal (ceco). Por tratar-se de um procedimento invasivo que tem como objetivo identificar anormalidades intestinais utiliza-se um aparelho tubular flexível, maleável com uma câmera de vídeo em sua extremidade, permitindo ao médico, através de uma tela, visualizar o aspecto da mucosa intestinal, vasos sanguíneos e outros achados como pólipos, doenças inflamatórias, divertículos e tumores .

Tanto no pré, trans e pós-exame, a enfermagem tem um papel importante, pois é a enfermeira quem irá fazer a anamnese deste paciente com o intuito de coletar todos os dados fundamentais para que o exame ocorra da forma mais segura possível ao paciente. Na entrevista, a mesma já orienta o preparo necessário para a realização do procedimento, nesse momento os profissionais de enfermagem devem passar todo conhecimento adquirido e o paciente poderá rever todas suas dúvidas e anseios.

Frente a isso, verificamos que as orientações e ações de enfermagem aos pacientes, que irão realizar a videocolonoscopia, ocorrem de forma mecanizada e simplificada. Entendemos que, em todas as etapas do exame de videocolonoscopia as ações de enfermagem devem previamente pensadas, humanizadas e individualizadas tanto aos pacientes quanto aos familiares.

A equipe de enfermagem tem o papel de orientar o paciente de forma humanizada, procurando sempre manter a privacidade do mesmo, instruir toda a equipe do serviço para que não ocorra nem um tipo de constrangimento ao paciente. Após, o



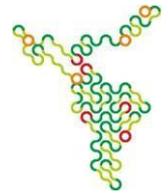
preparo inicial deve-se encaminhar o paciente para a sala de exames onde estará a sua espera o anestesista e o médico colonoscopista, nesse momento é importante orientar e/ou auxiliar o paciente quanto ao posicionamento confortável e de forma correta na mesa de exames. Durante o procedimento cuidar para que nenhum incidente ocorra com o paciente, atentar para o uso do eletrocautério nas realizações do exame com biópsias e ficar atento aos cuidados com a integridade da pele do paciente. No término do exame o paciente é transferido para uma cama onde ele será encaminhado para sala de recuperação, o qual ficará até ter condições de alta. Quando bem acordado o mesmo recebe um lanche, e as orientações pós-exame tais como: permanecer em repouso, não pode dirigir neste dia, manter uma dieta leve nas próximas 12hs, ingerir líquidos não gasosos à vontade, em casos de biópsias atentarem para sangramento, ao persistir os sintomas entrarem em contato com o médico ⁽³⁾.

Assim, a assistência integral da equipe de enfermagem são fundamentais em todas as etapas do cuidado aos pacientes com distúrbios gastro intestinais, a enfermagem trabalha de forma integrada, procurando sempre atender as necessidades do cuidado individualizado. Os desafios a equipe de enfermagem no exame de videocolonoscopia é descobrir estratégias que irão melhorar a assistência prestada, focando na resolução dos problemas e bem estar dos pacientes e familiares. É de extrema importância que a enfermagem esteja capacitada para intervir de forma eficaz e de transmitir uma mensagem de tranquilidade e segurança, adequado à orientação do procedimento⁽⁴⁾.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo verificar qual a percepção da equipe de enfermagem em relação à assistência prestada aos pacientes submetidos ao exame de videocolonoscopia.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Participaram da pesquisa 06 profissionais da enfermagem, sendo 01 enfermeiro e 05 técnicos de enfermagem, do serviço de endoscopia de uma instituição privada, localizada na região metropolitana de Porto Alegre/RS. A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2016. Teve como participantes a equipe de enfermagem, que preencheram os seguintes critérios de inclusão: técnicos de enfermagem e enfermeiros que trabalhavam com videocolonoscopia, que aceitaram participar da pesquisa e



assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que atuam na instituição por um período mínimo de seis meses, pois obtém melhor conhecimento das normas e rotinas da instituição. Foram excluídos da pesquisa profissionais que atuavam na instituição no período menor que seis meses e colaboradores da equipe em afastamento no período da coleta de dados.

A entrevista semiestruturada transcorreu em um tempo médio de 50 minutos, foram realizadas em ambientes reservados com auxílio de gravador digital e em seguida transcritas na íntegra, partindo da seguinte questão norteadora: Como você observa a assistência ao paciente submetido a videocolonoscopia ?

Objetivando o anonimato os participantes foram identificadas por meio do código “E” de entrevista, acrescida da numeração correspondente à ordem de realização da entrevista (E1, E2, E3, por exemplo).

Para o encerramento das entrevistas foi utilizado o critério de repetição de idéias dos entrevistados. As informações foram submetidas à técnica de análise de conteúdo tipo temática, proposta por Minayo, em que se dá mediante as fases de pré-análise, exploração do material, tratamento e interpretação dos resultados.

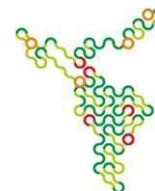
A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Unilasalle/Canoas (CAAE: 58672516.7.0000.5307). Os sujeitos expressaram sua concordância em participar da pesquisa, assinando o TCLE. O estudo foi realizado em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

Participaram da pesquisa cinco técnicos e enfermagem e um enfermeiro, todas eram do gênero feminino, com idade de 27 a 40 anos. Quanto ao tempo de trabalho em videocolonoscopia variou de 1 a 14 anos de serviço. O tempo de formação na enfermagem foi de no mínimo quatro anos e no máximo vinte e dois anos. Dos entrevistados, apenas uma não tinha experiência ou conhecimento sobre o exame.

Após análise das entrevistas emergiram três categorias. A primeira intitulada em “A percepção da equipe de enfermagem na humanização do paciente submetido à videocolonoscopia”.

Nessa, primeira categoria, observamos a preocupação da equipe de enfermagem



com o atendimento holístico, de manter o paciente o mais tranquilo possível, adaptado e priorizando sua privacidade. Como podemos observar nas falas abaixo:

[...] Humanização é manter o paciente bem acomodado no ambiente, manter privacidade, integridade e bom atendimento [...] (E1).

[...] Humanização é o cuidado com o paciente, o cuidado integral, sempre tendo o cuidado de se colocar no lugar do paciente, este é um cuidado humanizado [...] (E2).

Além disso, os entrevistados ressaltam, que humanizar refere-se não somente ao cuidado técnico de enfermagem, mas também ao bem-estar e segurança ao paciente. Como podemos visualizar nas falas a seguir:

[...] Humanização é quando tu visa não só o atendimento técnico e sim visando o bem esta do paciente [...] (E3).

[...] Eu entendo que é a preservação do bem-estar do paciente, o conforto dele durante o exame dele ou qualquer procedimento de enfermagem, né. A orientação que a gente dá para ele no pré exame e pós exame, tudo para que ele se sinta bem, se sinta tranquilo e também seguro para fazer o procedimento [...] (E5).

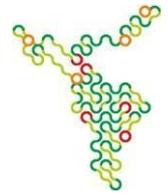
Notamos, também, a preocupação que os profissionais da enfermagem têm com o bom acolhimento não somente do usuário do serviço, mas com seus familiares/acompanhantes para que o exame se não torne ainda mais desgastante, tranquilizando todas as pessoas envolvidas no atendimento.

[...] todas as informações necessárias passada ao paciente e familiares deixando ele os mais tranquilos possível para realização do procedimento [...] (E3).

A segunda categoria denominou-se “ Os cuidados prestados pela enfermagem no pré e pós realização da videocolonosopia”, emergiu relatos de inquietações sobre as orientações prestadas aos pacientes antes e após a realização do exame.

Nas falas da equipe de enfermagem referente as orientações no pré exame observamos a preocupação quanto ao jejum, preparo intestinal, medicações, patologias prévias, controle de sinais vitais além de prestar um cuidado especial ao paciente idoso o qual apresentam dificuldades de compreensão quanto ao preparo para o exame, como são observadas nas falas a seguir:

[...]a colono é o preparo das medicações, da dieta né! – o tempo que ele tem que ficar em jejum também. Cada um tem seu tipo de preparo [...] (E4).



[...] Bom no pré-exame os cuidados de enfermagem são basicamente ah os exames, né! motivo que ele vai fazer este exame, a idade eu também acho que conta muito é um paciente mais idoso já tem que ter um cuidado a mais, sobre o preparo da colonoscopia é muito importante passar direitinho, a dieta [...] dependendo dos pacientes tem alguns paciente que são mais idosos de difícil

entendimento né! Até às vezes na linguagem como agente fala com eles tem algumas palavras que eles não entendem a gente tem que se ah – não fica explicando muito que quanto mais a gente explica às vezes é pior, tem que se clara né! [...] (E6).

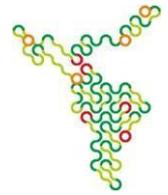
Verificamos, em uma entrevista, a preocupação da profissional de enfermagem quanto a integridade da pele do paciente durante o preparo do exame em que o mesmo poderá apresentar lesões decorrentes de assaduras relacionadas ao número de evacuações durante a preparação para o exame e de que forma o paciente poderá prevenir tal complicação, mostrada a seguir:

[...] A gente orienta a dieta, orienta como vai utilizar o laxante, que ele vai no banheiro muitas vezes, a forma até da higiene que vai muitas vezes ao banheiro às vezes fica até assado, gente explica tudo isso né! -, não usar papel usar lençinho. E o cuidado também que eles têm que ter, vão ta tomando laxante vai ter que cuidado na hora de levantar, não levantar muito rápido, aquela coisa toda [...] (E5).

Quanto aos cuidados de enfermagem no pós-exame de videocolonoscopia citados foram relacionados à estabilidade do paciente, a alimentação, orientações quanto aos cuidados pós-anestésicos, repouso, acompanhamento de um familiar ou responsável, com o intuito de garantir à segurança do paciente. Além de orientar quanto a entrega do exame e provável tempo de espera do resultado de análise patológica. Como podemos perceber nas falas:

[...] Após a realização do exame o paciente fica muito ansioso querendo saber os resultados de exame, resultado de biopsia a gente tenta deixar ele mais tranquilo para espera deste resultado, que às vezes não é um resultado tão positivo né! - que pode gerar problemas mais graves, mas é esta a segurança de a gente tentar tranquilizar ele e o familiar [...] (E2).

[...] Bom os cuidados de enfermagem pós-exame, para mim os cuidados pós o exame engloba os sinais vitais do paciente para ver se ele esta estável, se ocorreu tudo



direitinho ah, passar para o paciente depois quando ele for para sua casa às orientações básicas né! sobre alimentação, sobre anestesia, ele tem que ficar em casa com a supervisão de alguém, ele não pode dirigir. Então assim engloba varias coisas né! que são os cuidados de enfermagem que a gente tem que orientar o paciente para que ele saia da clinica bem, chegue na sua casa bem e confortável né! [...] (E6).

A terceira categoria foi intitulada em “Ações para melhorar o atendimento e cuidados de enfermagem ao paciente submetido a videocolonoscopia”. Com o intuito de melhorar o entendimento das orientações quanto ao preparo do exame novamente, as entrevistadas salientam a importância do acompanhante junto ao paciente no momento das orientações e o preenchimento de formulários de orientações básicas o qual o paciente poderá levar para seu domicílio e ler a qualquer momento para sanar suas dúvidas, como foi salientado:

[...] A gente tenta passar o mais claro possível não só verbalmente, mas a gente também fornece um formulário que ele possa ler depois com o familiar em casa isso traz segurança para o paciente e qualquer duvida ele tem aquele formulário para se basear. [...] (E2).

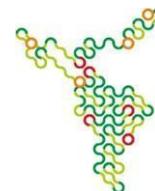
Além disso, foi mencionado o desgaste e a ansiedade do paciente durante o preparo e eventuais atrasos que podem ocorrer na realização do exame. Como podemos observar nas falas abaixo:

[...] Eu acho que alguma coisa em relação ao preparo, eu acho que o preparo ele é bem desgastante para o paciente. [...] (E5).

[...] Eu acho que a questão do tempo, que o paciente aguarda às vezes da uma atrasadinha no exame uma coisa assim que pode levar ao estresse [...] (E4).

Discussão

Os resultados evidenciaram que a equipe de enfermagem tem ciência sobre humanização, priorizam um atendimento integral, bem-estar dos pacientes e cultivam essas beneficências nas suas rotinas diárias. Conforme a Política de Humanização da assistência à saúde (PHAS) humanizar é garantir a sua dignidade ética. A humanização é um processo cultural que precisa de tempo para ser construída, pois exige participação de todos os



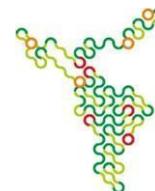
colaboradores do sistema, determinados a evoluir seus pensamentos e conhecimentos. Humanizar é de caráter intransferível, pois ninguém pode ser humano pelo outro. A humanização tem que ser multiplicada e contagiar a todos. É parâmetros para a humanização do atendimento a saúde dos usuários: Condições de acesso e presteza dos serviços; Qualidade das instalações, equipamentos e condições ambientais; Qualidade da relação entre usuários e profissionais.

A equipe trás ainda, que humanização é dar informações necessárias para deixar o paciente seguro, dando ênfase também, ao cuidado com os familiares. Conforme a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), há uma política de conscientização dos gestores de instituições hospitalares e privadas, e profissionais de saúde para melhoria na segurança na assistência do paciente, como por exemplo, checklists de cirurgias segura, controle de infecções com campanha de higiene das mãos, prevenção de eventos adversos e o respeito pelo paciente e seus familiares são aspectos éticos e morais, no qual vem se tratando com uma abordagem diferenciada visando o cuidado humanizado.

É importante a presença do familiar para que de apoio e segurança ao paciente na hora do exame. Pensando desta forma considera-se a presença do acompanhante fundamental, pois ele será um aliado no cuidado continuado no momento que o cliente receber a alta para seu domicílio.

Alguns estudos realizados no Reino Unido e na Alemanha demonstram que o enfermeiro deve tomar como ponto de partida de suas ações, os familiares e não somente o paciente. Passar as informações mais complexas para o familiar com o intuito de preservar a saúde. Para o acolhimento ser reconhecido como um cuidado de enfermagem requer que o enfermeiro seja realista e as relações humanas devem ser o centro da prática de enfermagem.

Relatos dos entrevistados demonstram preocupação com as orientações fornecidas aos pacientes no pré-exame. Relatam que a forma com o qual é transmitidas as orientações são de extrema importância para que o exame ocorra de forma adequada. Para o exame de videocolonosopia ocorrer é necessário que o paciente faça uma entrevista prévia, onde serão coletadas informações de sua história pregressas e atuais sobre sua saúde. O mesmo receberá todas as orientações para o exame, e a dieta que precisará seguir para que o intestino grosso esteja limpo, pois o sucesso do exame vai depender de um preparo bem feito.

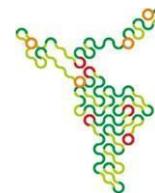


O preparo do cólon tem como objetivo a limpeza completa da luz intestinal, para uma melhor visualização e inspeção da mucosa em toda sua extensão. Para que seja atingido um grau de eficácia, satisfação e eficiência são ideais que o serviço tenha um protocolo de preparo, definindo o tipo de dieta, dosagem e horário dos laxantes a ser utilizado. É importante ter a presença de profissionais treinados para o preparo do cólon. Existem três formas de fazer o preparo: domiciliar, hospitalar e ambulatorial.

Para o preparo domiciliar é realizada uma entrevista com o paciente, visando à coleta de dados importantes sobre sua saúde e história de vida, é importante saber o motivo pelo qual ele está realizando o exame, se tem algum problema cardiológico, respiratório, renal ou urinário, se é fumante, algum problema psicológico, alguma patologias infecto contagiosa, diabetes, medicações de uso contínuo, cirurgias e alergias. Também é importante explicar ao paciente quais as medicações que terá que parar (anti-inflamatórios, anticoagulantes, sulfato ferroso entre outros), sintomas que possam ocorrer durante o preparo (náuseas, vômitos, distensão abdominal) e no pós-exame (desconforto ou dores abdominais, gases, febre). Saber escutar o paciente, pois o mesmo ira sentir-se seguro e acolhido de forma humanizada, o que será importante para um bom preparo e principalmente para o exame. Sempre falar para o paciente sobre a importância de manter-se hidratado enquanto não inicia o jejum.

O preparo deve ter início de 12 a 24 horas antes do exame com algumas restrições. Dieta leve 24 horas antes e dieta líquida sem resíduos 12 horas antes, com restrição de fibras, frutas e legumes, sendo permitidos líquidos claros à vontade. Os pacientes precisam fazer uso de laxativos para garantir uma eficácia maior do preparo. Pois só assim teremos um cólon bem preparado para o exame. Os laxativos de função osmótica tem o objetivo de retirar os líquidos do meio menos concentrado para o mais concentrado, fazendo assim com que os excessos de remanescentes no intestino sejam eliminados.

As práticas recomendadas pela SOBECC (Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização), lembram que a enfermagem tem um papel importante no pré-exame, pois é a enfermeira (o) quem vai fazer a anamnese deste paciente com o intuito de coletar todos os dados fundamentais para o exame, na entrevista questionar as comorbidades, a mesma já orienta o preparo necessário para a realização do exame. É neste momento que os profissionais de enfermagem devem passar todo conhecimento relacionado ao procedimento, é nesta



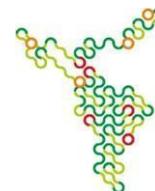
hora que o paciente irá perguntar como decorre o exame, que tipo de anestesia irá receber, quanto tempo dura o exame, se a recuperação é rápida e se realmente precisa de acompanhante.

Para que tudo seja realizado da forma mais segura possível é de extrema importância estar atento às ações de enfermagem, as rotinas, a manipulação de medicamentos e produtos de enfermagem, pois a equipe deve manter-se atualizada nas rotinas de administração de medicamentos. A confirmação pelo nome completo do paciente é fundamental para evitar erros, a utilização de pulseiras de identificação será uma estratégia importante para se evitar o erro na administração de drogas ou fluxo de paciente.

Evidenciamos os cuidados nas orientações aos pacientes idosos para que ocorra uma boa compreensão quanto ao preparo do colon e avaliação das condições de saúde dessa população evitando assim possíveis complicações decorrentes do exame. Muitas vezes, a presença de uma familiar/acompanhante é necessário para reforçar as orientações.

Os cuidados com os pacientes já faz parte da rotina, em especial os idosos que estão suscetíveis a complicações relacionadas as multicomorbidades. Durante a preparação do exame pode ocorrer: desidratação, distúrbio eletrolítico, náuseas, vômitos, dor abdominal, hipoglicemia, hipervolemia, delirium e Insuficiência renal. Durante o exame complicações decorrentes da sedação como depressão respiratória, aspiração pulmonar, arritmias cardíacas, hipertensão, hipotensão e no pós exame infecção intestinal, bacteremia, perfuração intestinal e dor abdominal. Estes pacientes estão pré dispostos a complicações, por estes motivos se faz necessario uma orientação adequada. A ingesta hidrica para manter a hidratação antes e depois do exame é fundamental.

Em alguns casos as orientações prestadas não ficam bem claras para os pacientes, então se solicita a presença de um familiar para poder auxiliar nas informações que serão passadas. Em especial os idosos, eles tem mais dificuldade de interpretar as informações que são fornecidas. O idoso é dependente de seus familiares, pois a capacidade de memorizar informações já não é mais a mesma. Quando a família é vinculada ao cuidado do idoso, ele se transforma em uma extensão do cuidado oferecido pela unidade de saúde. Além do suporte que este familiar irá fornecer, ele será o porta voz das



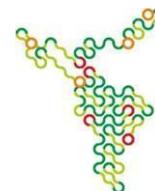
informações importantes. Durante a consulta de enfermagem, procura-se saber sobre a história pregressa desse cliente, e o mesmo pode não passar as informações de forma coerente e precisa. A resolução do COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) 358/2009, Art 1º- Inciso I: Coleta de dados de Enfermagem ou Histórico de Enfermagem é um processo deliberado, sistemático e contínuo, realizado com o auxílio de métodos e técnicas variadas, que tem por finalidade a obtenção de informações sobre a pessoa, família ou coletividade humana e sobre suas respostas em um dado momento do processo saúde e doença.

A apreensão com o cuidado da integridade da pele foi mencionada principalmente no preparo do exame onde, devido a dieta e uso de medicações para a limpeza do colon, levam ao aumento do peristaltismo e ao elevado número de evacuações que podem vir a lesionar a pele perianal.

Para realização da colonoscopia o paciente precisa fazer uma dieta e utilizar laxantes e medicação que tem função osmótica. Diarreia osmolar ocorre devido ao excesso de osmolaridade dentro da luz intestinal, havendo conseqüentemente pressão osmótica superior à do plasma, o que promove passagem de água e eletrólitos para dentro do lúmen. Esta quantidade aumentada de líquidos produzida supera a capacidade de absorção, o que determina a emissão de fezes liquefeitas.

O objetivo é a limpeza intestinal, então o paciente terá vários episódios de diarreia, que significa eliminação de fezes amolecidas até ficar líquido claro ou amarelado, numa frequência maior que o habitual e poderá provocar assaduras na região perianal. O estado nutricional é também um efeito importante, sobretudo naqueles pacientes já desnutridos. Então se faz necessário alguns cuidados para que sejam prevenidas estas complicações desagradáveis, não deixar a pele úmida, realizar higiene perianal após as evacuações, nos casos de uso fraldas, atentar para troca⁽¹⁶⁾. A ingestão de alimentos cítricos é um dos fatores que podem agravar as lesões da pele, então é importante atentar para este cuidado, compressas mornas, banhos de assento e higiene após as evacuações são medidas de prevenção para proteger e amenizar os desconfortos e irritação da região perianal⁽¹⁷⁾.

No pós-exame foi relatado a importância do acompanhante para a liberação do paciente da sala de recuperação pós-anestésica além de orientações quanto a dieta e



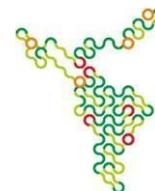
repouso. Em casos de exames ambulatoriais deve ser solicitado a presença de acompanhante de maior, pois o paciente não poderá dirigir e precisará de auxílio para acompanhá-lo até sua residência. O paciente quando bem acordado receberá um lanche, e as orientações pós-exame (permanecer em repouso, não pode dirigir neste dia, manter uma dieta leve nas próximas 12hs, ingerir líquidos à vontade, menos os gasosos), em casos de biópsias atentarem para sangramento, ao persistir os sintomas entrarem em contato com o médico.

O Conselho Federal de Medicina ressalta que o procedimento deverá ser suspensa se o paciente se apresentar ao serviço sem a companhia de uma pessoa que se responsabilize por acompanhá-lo durante todo o tempo da intervenção cirúrgica/procedimento, e no retorno ao lar .

O exame de colonoscopia é um tanto desconfortável, gera um estresse para o paciente e seu familiar. São sentimentos de vulnerabilidade, vergonha, medo e dor antes do procedimento, assim como sentimentos de apreensão e temor em relação aos resultados do mesmo.

Para que tudo ocorra perfeitamente, é primordial que a equipe de enfermagem saiba conduzir de forma humanizada uma relação de confiança entre paciente e familiar, fazendo com que se crie um vínculo de confiança e respeito de ambas as partes. O familiar cuidador é uma peça essencial para os demais membros da família, este será responsável pelas informações que receberá e o portador das mesmas. Uma situação de estresse poderá gerar uma surpresa desagradável tanto ao paciente quanto ao seu familiar, e, quando esse evento apresenta-se poderá desestabilizar ou até mesmo incapacitar, o familiar no momento do cuidado. Este momento é acompanhado de desestabilidade emocional do membro cuidador, e que os demais membros da família tem que se mobilizar para dar suporte à pessoa que precisa de atenção. Dividir os cuidados do paciente entre os demais componentes da família é uma maneira de tentar manter a saúde emocional/psíquica.

No momento em que um dos membros da equipe de enfermagem passar as orientações de alta ao paciente, é importante que seu familiar esteja presente e atento as informações que serão transmitidas. Estas informações serão referentes ao resultado do exame, restrições e repouso, se teve ou não coleta de materiais para análise patológica e



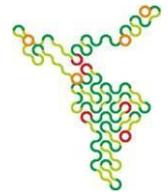
o tempo que esta ficará pronta. Como conduta ética sempre orientar o paciente a retornar com o profissional de origem.

As pessoas de uma família, nem sempre estão unidas por laços de parentesco, podem habitar a mesma casa ou não, ou estarem ligados por laços afetivos. Vivem com valores próprios interagindo entre seus membros. No processo do cuidado a família é fundamental, e deve ser vista como componente no processo de saúde. Para o familiar o fato de ser ouvido e compreendido, faz com que ele seja mais flexível favorecendo o trabalho da equipe de saúde.

Quanto as ações de melhora ao atendimento ao paciente para a videocolonosopia as entrevistas trouxeram que desgastes e a ansiedade em atrasos podem ser geradores de estresse.

O paciente quando vai se submeter a um exame, já começa na sala de espera gerar um grau de expectativa e ansiedade em relação ao mesmo, principalmente quando houver atraso na agenda. A ansiedade é uma vivência humana que demonstra o papel funcional na interação com o meio ambiente, uma emoção caracterizada por sensação eminente de perigo, tensão, aflição. Dessa forma, caracteriza um conjunto de sintomas, como taquicardia, sudorese, hiperventilação e tensão muscular além de manifestações psicológicas, como inquietação, agonia e algumas vezes raiva. Quando se trata de um procedimento ainda desconhecido para o paciente este nível de ansiedade é consideravelmente maior.

O tempo de espera para realização do exame pode ser a causa de grande estresse e angústia. Estas sensações estão correlacionadas diretamente, tanto à questão invasiva do procedimento, quanto à incerteza do resultado diagnóstico. Diariamente percebe-se, que, devido ao estado de estresse e ansiedade, o paciente passa a não compreender claramente as informações fornecidas pela equipe de saúde. Assim nesta situação de espera e ansiedade, os familiares também estão envolvidos e dividem com o paciente seus sentimentos e incertezas, tornando o manejo dessa situação ainda mais complexa para a equipe de enfermagem. No cotidiano, observa-se que o enfermeiro tem dificuldades para contornar este processo de ansiedade do paciente, e da família no período pré- exame. Ainda é importante resaltar que o paciente e seu familiar estarão na sala de espera e que esta ansiedade pode ser semeada entre os demais pacientes e



familiares que ali também estão.

Conclusões

Na busca da compreensão observou-se que a equipe de enfermagem demonstra preocupação e zela pela integridade do pacientes submetidos ao procedimento durante a fase pré e pós exame. Nas entrevistas notamos que os entrevistados expressaram de forma simples, mas não menos admirável, a importância do trabalho humanizado e os cuidados de enfermagem que são prestados não só para o paciente, mas também para seus familiares. Compreende-se que o cuidado e humanização são dois quesitos que tem que andar de forma simultânea, pois não existe um cuidado de excelência se não houver trabalho humanizado, pois trabalhamos com vidas e nos propusemos a cuida-las com ética e respeito. A equipe num todo tem que estar bem treinada e focada em seus objetivos de manterem uma assistência de qualidade.

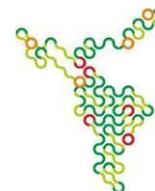
Observamos que nos cuidados prestados pela enfermagem no pré e pós- exame, os atendimentos são fragmentados e direcionados de forma exata conforme a necessidade do individuo. A equipe demonstrou empenho em exercer as tarefas as quais foram designadas, pois os cuidados com os pacientes são organizados e bem desenvolvidos por todos os elementos do grupo.

Além disso, há uma preocupação com o entendimento do paciente ao preparo do exame, a presença de familiar durante as informações prestadas e melhorias que poderiam beneficiar ao paciente para diminuir a ansiedade no ambiente de espera. Então mais uma vez a equipe demonstra a preocupação com o cuidado holístico e de forma humanizada, pois tentar atender estes clientes visando um atendimento diferenciado sem distinção, fazendo com que a equipe se esmere em todas as fases da assistência de enfermagem.

Referências

Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. Práticas recomendadas pela SOBECC. 6. ed. São Paulo; 2013.

AVERBACH, M; CORRÊA, P. Colonoscopia. 2ªed. Rio de Janeiro: Revinter; 2014.



BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas brasileiras regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 13 de junho de 2013.

CAMPOS, F; REGADAS, F; PINTO, M. Tratado de coloproctologia. São Paulo: Atheneu; 2012.

Conselho Federal de Enfermagem. resolução COFEN-358/2009 ... O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), no uso de suas atribuições legais que ... 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de... [internet]. Brasília-DF, 15 de outubro de 2009. Disponível em: <www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html>. Acesso em 30 de maio de 2018.

COSTA, P; GARCIA, A; TOLEDO, V. Acolhimento e cuidado de enfermagem: um estudo fenomenológico. *Texto Contexto Enferm*, 2016.

Ministério da Saúde (BR). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº 6, de 10 de março de 2013 [internet]. [citado 2016 ago 29]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0006_10_03_2013.html. Acesso em 30 de maio de 2018.

SAKAI, P; ISHIOKA, S; FAUZE, M. F, Moura EGH, Martins BC. Tratado de endoscopia digestiva - intestino delgado, cólon e reto. 2º ed. São Paulo: Atheneu, v. 42015.

SMELTZER, S.C; Bare, B. G. BRUNNER & SUDDARTH: Tratado de enfermagem médico- cirúrgica. 13º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v. 2, p.1193- 1281. 2015.

SOUZA, E; BUENO, A; FASSARELLA C. Segurança do paciente no ambiente hospitalar: os avanços na prevenção de eventos adversos no sistema de medicação. *Revista Rede de Cuidados em Saúde*, 2013.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 14º ed. São Paulo: Hucitec; 2014.